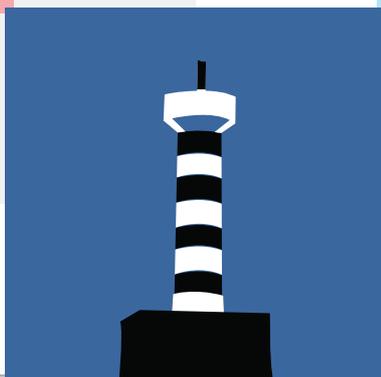
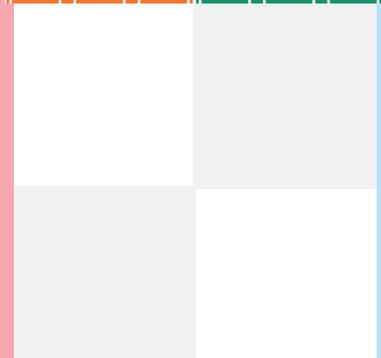
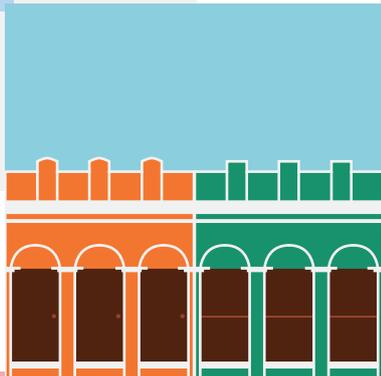
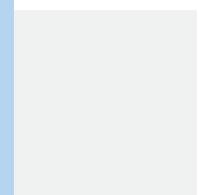
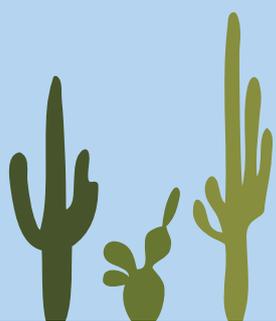


BALANÇO GERAL | 2018



ALAGOAS | 2018
BALANÇO GERAL

VOLUME I
Prestação de contas

Secretaria da
Fazenda



Governador do Estado de Alagoas
José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Secretário de Estado da Fazenda
George André Palermo Santoro

Controladora Geral do Estado
Maria Clara Cavalcante Bugarim

Secretário-Chefe do Gabinete Civil
Felipe de Carvalho Cordeiro

Procurador Geral do Estado
Francisco Malaquias de Almeida Júnior

Secretário de Estado da Assistência e
Desenvolvimento Social
João Emanuel Barros Lessa

Secretário de Estado da Comunicação
Ênio Lins de Oliveira

Secretário de Estado da Segurança Pública
**Paulo Domingos de Araújo Lima Júnior -
Cel. PM**

Secretária de Estado do Esporte, Lazer e
Juventude
Cláudia Aniceto Caetano Petuba

Secretária de Estado da Infraestrutura
Maurício Quintella Malta Lessa

Secretário de Estado do Meio Ambiente e
dos Recursos Hídricos
Fernando Soares Pereira

Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio
Fabício Marques dos Santos

Secretária de Estado da Saúde
Claudio Alexandre Ayres da Costa

Secretário de Estado de Ressocialização e
Inclusão Social
Marcos Sérgio de Freitas Santos

Vice-Governador do Estado de Alagoas
José Luciano Barbosa da Silva

Secretário de Estado da Agricultura,
Pesca e Aquicultura
Ronaldo Augusto Lessa Santos

Secretário de Estado da Ciência
da Tecnologia e da Inovação
Rogério Moura Pinheiro

Secretária de Estado da Cultura
Mellina Torres Freitas

Secretário de Estado da Educação
José Luciano Barbosa da Silva

Secretário de Estado do Desenvolvimento
Econômico e Turismo
Rafael de Góes Brito

Secretário de Estado do Transporte
e Desenvolvimento Urbano
Mosart da Silva Amaral

Secretária de Estado da Mulher e
dos Direitos Humanos
Maria José da Silva

Secretário de Estado de Prevenção
à Violência
Evalda Amorim Bittencourt de Araújo

Secretário de Estado do Trabalho
e Emprego
Arthur Jessé Mendonça de Albuquerque

Secretária Especial do Tesouro Estadual
Renata dos Santos

Secretário Especial da Receita Estadual
Luiz Dias de Alencar Neto

Secretário Executivo de Gestão Interna
Eliza Maria Pessoal Silva

Superintendente Especial de Política Fiscal
Monique Souza de Assis

Superintendente Especial do
Tesouro Estadual
Paulo Castro Cardoso da Silva

Superintendente Especial da
Receita Estadual
Francisco Luiz Suruagy Motta Cavalcanti

Chefe de Gabinete
Paloma Tojal Rego Cavalcanti

Contador Geral do Estado
Ricardo André de Holanda Leite

Gerente Especial de Convênios e da
Dívida Pública
Benildo Gomes de Farias

Gerente Especial de Finanças
Epson Acioli Silveira

Equipe Técnica e de Apoio

Adriano Pereira Nunes | Amara Midiã Correia Alves | Antônia Roberta Alves | Antônio Eugênio Tenório Gameleira | Arcenor Gomes Neto | Bruna Freire da Rocha Figueiredo | Cícero José da Cruz Neto | Eliene Carvalho Rolemberg Lima | Euzébio Francisco Santos | Hélio Rodrigues da Silva | Isabelle Celine Santos Monteiro | Jany Mary Barbosa Pereira | José Alberto Oliveira | José Ivo da Silva Neto | Josileide Machado da Silva | Karine Daniele da Silva | Lourdes Maria de Moraes Pedrosa de Araújo | Luiz Cláudio Silva de Souza | Maria Teresa Gomes de Souza Mendes | Nilton Lima | Pedro Eliezer Santiago Guedes | Ricardo Luis Sombra Dias | Rosa Maria Lessa Maia | Sílvio Ribeiro Dias | Tânia Maria Ferreira da Silva | Tatyane Kelly Barbosa Silva | Valter Gouveia de Oliveira | Victor Thiago Farias Santos | Vilma Oliveira Aleluia | Wagner Cunha e Torres

Estagiários

Brenda Ruane de Oliveira | Ingrid Rodrigues da Silva | Karla Andressa dos Santos | Layla Camilla de Oliveira Lima | Jéssica Renata Moreira Ferreira | José Gabriel Moraes da Silva | Joyce Patrícia da Silva | Lorena Melo Martins da Silva | Thiago Moraes de Lima Cabral | Caroline Stephanie de Oliveira Farias | Thallysson Henrique de Melo Oliveira

Capa e Projeto Gráfico
Thallysson Henrique de Melo Oliveira

Diagramação
Thallysson Henrique de Melo Oliveira e José Ivo da Silva Neto

Informações e Contato

ricardoleite@sefaz.al.gov.br
Contadoria Geral do Estado

msassis@sefaz.al.gov.br
Superintendência Especial de
Política Fiscal

ascom@sefaz.al.gov.br
Assessoria de Comunicação

Atendimento Geral - (82) 3315.9000
Fale Conosco - 0800.284.1060
Rua General Hermes, 80 - Centro, CEP:
57020-904, Maceió/AL

Quadro dos Responsáveis pela Contabilidade

Unidade Gestora	Nome do Profissional	Nº CRC
Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL	Lenise Lopes	7821
Agência de Fomento de Alagoas - S/A - DESENVOLVE	Sandra Tenório	4699
	(In Memoriam)	
Agência de Modernização da Gestão de Processos - AMGESP	Georgina Nascimento	3795
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL	Rosilene dos Santos	6293
Alagoas Previdência	Laysa Cordeiro	7178
Companhia de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais - CARHP	Teones Gustavo	3174
Controladoria Geral do Estado - CGE	Salesia Campos Lima	5049
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC	Thany Mendonça	7378
Corpo de Bombeiros Militar - CBM	Cláudia de Carvalho	6875
Defensoria Pública Geral do Estado - DPE	Renata Mendonça	6505
Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas - DER	Isaac Falcão	1540
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	Maria Silva	8026
Diretoria de Teatros do Estado de Alagoas - DITEAL	Maria da Silva	4433
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL	Dolores de Almeida	5737
Fundo da Infância e da Adolescência - FIA	Albenis dos Santos	4030
Fundo de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Educação Superior - FUNDECTES	Adriano Vieira da Silva	7989
Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais - FDAC	Cleivaldo de Melo	6223
Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos - FUNDERH	Denise de Araújo	5120
Fundo de Modernização da Defensoria Pública do Estado de Alagoas - FUNDEPAL	Renata Mendonça	6505
Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - FUNPGE	Suely Andrade	6911
Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ	Josedy Silva	2609
Fundo de Previdência do Estado de Alagoas	Laysa Cordeiro	7178
Fundo Financeiro do Estado de Alagoas	Laysa Cordeiro	7178
Fundo dos Militares de Alagoas	Laysa Cordeiro	7178
Fundo do Turismo - FUNTURIS	Sarah Lima Medeiros	7024
Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura de Alagoas - FUNDESMAL	Lucas Souza	7848
Fundo Especial de Desenvolvimento dos Esportes - FUNESP	Djalma Junior	6091
Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário - FUNJURIS	José Santos	7155
Fundo Especial de Segurança Pública - FUNESP	Fabrcia Cavalcante	4840
Fundo Especial do Ministério Público de Alagoas - FEMPEAL	Bruno Daniel de Lima	7796
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	Averaldo da Silva	2611
Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC	Thany Rafaella Gusmão	7378
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDEFCON	Márcio Santos	5297
Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas - FEPAD	Albenis Santos	4030
Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH		
Fundo Estadual de Saúde - FES	Rilton dos Santos	6190
Fundo Estadual do Registro do Comércio - JUCEAL	Izabele Costa	6960
Fundo Penitenciário do Estado de Alagoas - FUNPEAL	João Neves	8877
Gabinete Civil	Maria de Lima	2722
Gabinete do Vice-Governador	José Carlos Gomes	3605
Instituto de Assist. à Saúde dos Serv. do Estado de Alagoas - IPASEAL SAÚDE	João Neto	5439
Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL	Heleno Júnior	3409
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural e Sustentável - EMATER	Mauricio Apel	6550

Instituto de Metrologia e Qualidade de Alagoas - INMEQ	Francisco Araújo	1827
Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor de Alagoas - PROCON	Márcio Santos	5297
Instituto de Tecnologia em Informação e Informática - ITEC	Maria Guimarães	3867
Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL	Jãina Costa	8012
Instituto do Meio Ambiente - IMA	Joelma Souza	8137
Instituto Zumbi dos Palmares - IZP	Laiza Climaco	8690
Ministério Público do Estado de Alagoas - MPE	Bruno Lima	7796
Perícia Oficial do Estado de Alagoas - POAL	Aryana Feijó	6276
Polícia Civil do Estado de Alagoas - PCAL	Selma Lopes	6111
Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL	Maria da Silva	3403
Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - PGE	Suely Andrade	6911
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI	Flávia dos Santos	8214
Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES	Averaldo da Silva	2611
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e da Inovação - SECTI	Adriano da Silva	7989
Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM	José de Lima	2467
Secretaria de Estado da Cultura - SECULT	Clezivaldo de Melo	6223
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	José de Almeida	5436
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ	Wellington de Paula	16886
Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA	José Silva	2563
Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos - SEMUDH	Fabiola do Nascimento	8594
Secretaria de Estado de Prevenção a Violência - SEPREV	Albenis dos Santos	4030
Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social - SERIS	João Neves	8877
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU	Rilton dos Santos	6190
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	Fabrcia Cavalcante	4840
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano - SETRAND	Marcelo Vieira	2602
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR	Sarah Medeiros	7024
Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude - SELAJ	Djalma Junior	6091
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH		
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG	Denise de Araújo	5120
Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego - SETE	Larysse Cursino	7988
Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas - SERVEAL	Maria Pereira	3031
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE	Benedito da Silva	4521
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJ	Paulo Ramirez	7578
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL	Rosilene Teodoro	8749
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL	Maelí Santana	6640

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Dou cumprimento, mais uma vez e com elevada honra, ao mandamento da Constituição Estadual, encaminhando e compartilhando com os Poderes Legislativo e Judiciário este documento, o Balanço Geral do Estado de Alagoas relativo ao ano de 2018. Por extensão, abro o acesso público a esta prestação de contas, uma reverência devida ao destinatário primeiro e final do nosso compromisso – a sociedade alagoana, dona do mandato.

Este Balanço Geral 2018 fecha um ciclo de quatro anos, o primeiro período de governo que o povo de Alagoas, pelo voto livre e soberano, nos encarregou, a mim e a Luciano Barbosa, de exercer.

Foram quatro anos de trabalho duro até chegarmos aqui. Valeu a pena. Alagoas está melhor do que era. Enquanto o País e vários Estados historicamente pujantes sofreram, e ainda sofrem, quatro anos seguidos de crise e turbulências sem trégua, debatendo-se em vagalhões de incertezas, Alagoas surpreende o Brasil como Estado bom pagador. Não é milagre nem produto da sorte – é planejamento e sensibilidade para entender os sinais que a crise já mandava, e se preparar para enfrentá-la.

Graças às medidas prudenciais tomadas desde o primeiro dia de governo, atravessamos esses 48 meses sem sustos nem sobressaltos, com as contas públicas finalmente arumadas e as finanças equilibradas, sem atrasar um só dia, em nenhum mês, os salários dos servidores públicos. Investindo recursos próprios em obras físicas na capital e no interior, em programas sociais, trazendo novas tecnologias, apostando na inovação. E nunca, jamais, nos acomodando em zonas de conforto. Por melhor que esteja, sempre há o que corrigir, acertar, melhorar.

Principalmente, olhos e ouvidos atentos às demandas da sociedade. De toda a sociedade. Da dona de casa, do estudante, do lavrador e do pescador; dos segmentos empresariais da indústria, comércio e serviços; dos movimentos sociais e das igrejas; dos artistas, de toda a comunidade que produz cultura e da juventude que precisa ter acesso a ela; das prefeituras porque é nas cidades que o povo reside, trabalha e estuda; da representação popular na Assembleia Legislativa e dos demais órgãos de fiscalização e controle; das torcidas do CRB, do CSA, do ASA e dos demais clubes de futebol. As demandas vêm de todos os lados, e todas são justas; é preciso dar atenção e solução. O governo tem que possuir visão de 360 graus.

Foi com esse espírito que conduzimos o Governo de Alagoas nesses quatro anos. É como diz o verso de um antigo rock de Gilberto Gil: foi um tempo “que afinal passou depressa como tudo tem que passar”.

Um novo governo está começando, felizmente sem precisar partir do zero. Vamos a ele, com ânimo renovado e redobrado, coração alegre e disposição para o trabalho e a luta.

Renan Filho,
Governador do Estado de Alagoas

APRESENTAÇÃO DO BALANÇO

O Balanço Anual do Estado de Alagoas **2018** é composto por dois volumes. O **Volume I** tem a finalidade de demonstrar uma síntese das ações realizadas pela Administração Estadual em formato de Prestação de Contas a sociedade alagoana. Por se tratar de um relatório substancialmente técnico, o objetivo desse volume é traduzir a abordagem financeira, orçamentária e patrimonial em uma linguagem mais acessível aos cidadãos, na esteira dos preceitos constitucionais de aproximar o cidadão à coisa pública. Enquanto o **Volume II** tem por objetivo apresentar os diversos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Resultado da combinação do trabalho de diversas áreas da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, com destaque para a equipe da Secretaria Especial do Tesouro Estadual, principalmente a Contadoria Geral do Estado, o Balanço Anual complementa as informações prestadas pelo Poder Executivo, disponibilizadas ao cidadão por meio do Portal da Transparência (**www.transparencia.al.gov.br**). A composição detalhada dos dois volumes que integram o Balanço Anual do Estado de Alagoas segue a descrição a seguir:

Volume I - Prestação de Contas

Apresenta os destaques da Administração Estadual no exercício de 2018 em conjunto com uma série de indicadores econômicos e sociais. No segmento financeiro-patrimonial é possível acompanhar um compilado das ações que afetaram as contas públicas no período, bem como as demonstrações contábeis, notas explicativas e análise contábil.

Volume II - Anexos da Lei nº 4.320/64

Contém os anexos preconizados pela Lei Federal nº 4.320/1964, os quais englobam a Administração Direta e Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).

PUBLICAÇÕES DA CONGEAL

Em cumprimento aos preceitos da legislação financeira, a **Contadoria Geral do Estado - CONGEAL** dá publicidade aos seus atos por meio do Diário Oficial do Estado - DOEAL (www.doeal.al.gov.br) e da página da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ na internet (www.sefaz.al.gov.br/finanças), onde disponibiliza, periodicamente, as execuções orçamentárias de receita e despesa e demais Demonstrativos e Relatórios em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Outrossim, pelo definido no regimento interno da Sefaz, também é de sua competência expedir atos normativos que definam procedimentos contábeis visando à adequação dos registros contábeis dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública estadual, sempre com o intuito de desempenhar boas práticas contábeis.

Publicidade e Transparência da Gestão Fiscal

Tendo em vista o parágrafo 3º, do Artigo 176, da Constituição Estadual e o Artigo 52, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a CONGEAL publica até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, que é composto por:

Anexo 1 - Balanço Orçamentário

Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Anexo 5 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário

Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo 8 - Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (SIOPE)

Anexo 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Anexo 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (SIOPS)

Anexo 13 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Além disso, com vistas ao cumprimento dos Artigos 54 e 55 da LRF, a CONGEAL também é responsável pela publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, uma publicação quadrimestral cuja finalidade principal, assim como o RREO, é conferir transparência à gestão fiscal do ente público. Integram o RGF os seguintes anexos:

Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

No quadro a seguir encontra-se o calendário das referidas publicações homologadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), que é o sistema oficial administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para registro e publicidade dos relatórios dos entes subnacionais.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RREO - 2018	Data de Homologação	Situação
1º Bimestre	01/04/2018	Homologado
2º Bimestre	31/05/2018	Homologado
3º Bimestre	31/07/2018	Homologado
4º Bimestre	01/10/2018	Homologado
5º Bimestre	30/11/2018	Homologado
6º Bimestre	31/01/2019	Homologado

Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

RGF - 2018	Data de Homologação	Situação
1º Quadrimestre	31/05/2018	Homologado
2º Quadrimestre	01/10/2018	Homologado
3º Quadrimestre	01/02/2019	Homologado

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Além dos relatórios fiscais, a CONGEAL elabora anualmente as demonstrações contábeis constantes no Balanço Geral, as quais são também enviadas pelo SICONFI sob o título de Declaração das Contas Anuais (DCA) até o dia 31 de maio do exercício seguinte, conforme Art. 51, §1º, inciso II da LRF.

SUMÁRIO

1.	PANORAMA SOCIOECONÔMICO	02
2.	PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS	13
2.1	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	14
2.2	RESULTADO PRIMÁRIO	16
2.3	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	19
2.4	DESPESA COM PESSOAL	20
2.5	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA.....	22
2.6	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	27
2.7	AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)	29
3.	ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	32
3.1	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O ANO DE 2018	33
3.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	35
3.2.1	VISÃO GERAL.....	36
3.2.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA.....	38
3.2.2.1	RECEITA CORRENTE.....	40
3.2.2.2	RECEITAS DE CAPITAL.....	45
3.2.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	46
3.2.3.1	DESPESAS CORRENTES.....	52
3.2.3.2	DESPESA DE CAPITAL.....	55
4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	58
4.1	BALANÇO PATRIMONIAL.....	61
4.2	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	64
4.3	BALANÇO FINANCEIRO.....	67
4.4	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	69
4.5	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	70
4.6	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	75
5.	NOTAS EXPLICATIVAS	76
5.1	RELAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	77
5.2	BALANÇO PATRIMONIAL.....	84
5.3	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	97
5.4	BALANÇO FINANCEIRO.....	97
5.5	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	98
5.6	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	98
5.7	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	98
6.	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	99
6.1	O QUE É A ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	100
6.2	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	101



**PANORAMA
SOCIOECONÔMICO**

ASPECTOS SOCIAIS:

TERRITÓRIO

102

municípios

27.843,30 km²

de extensão territorial

POPULAÇÃO¹

3.322.820

habitantes

74%

em áreas urbanas

26%

em áreas rurais



72,32

anos

EXPECTATIVA DE VIDA

52,09%

mulheres

47,91%

homens

POPULAÇÃO¹ ALAGOANA

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNAD, DataSus e SEFAZ/AL (2018).

¹ Dados IBGE 2017.

PRODUTO INTERNO BRUTO

O estado de Alagoas obteve em 2016 o **terceiro melhor resultado do país**, mesmo com uma variação negativa de -1,4%. Nesse mesmo período o Brasil fechou o ano com um decréscimo de -3,3%. O PIB divulgado em 2016 atingiu a quantia de R\$ 49,9 bilhões, praticamente mantendo a produção em um ano de recessão para quase todos os entes da Federação¹.

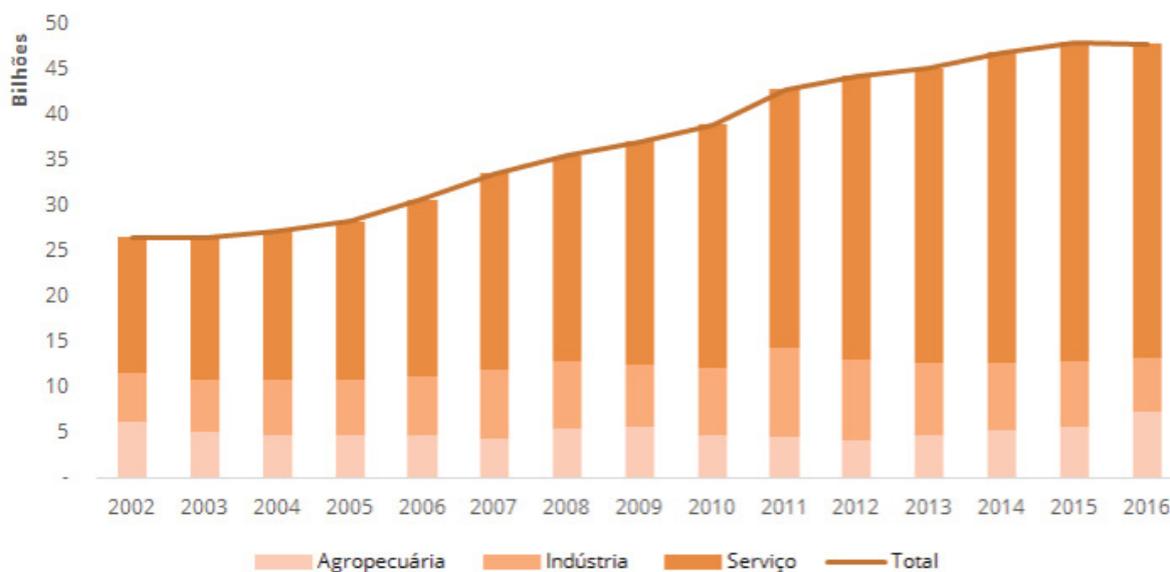


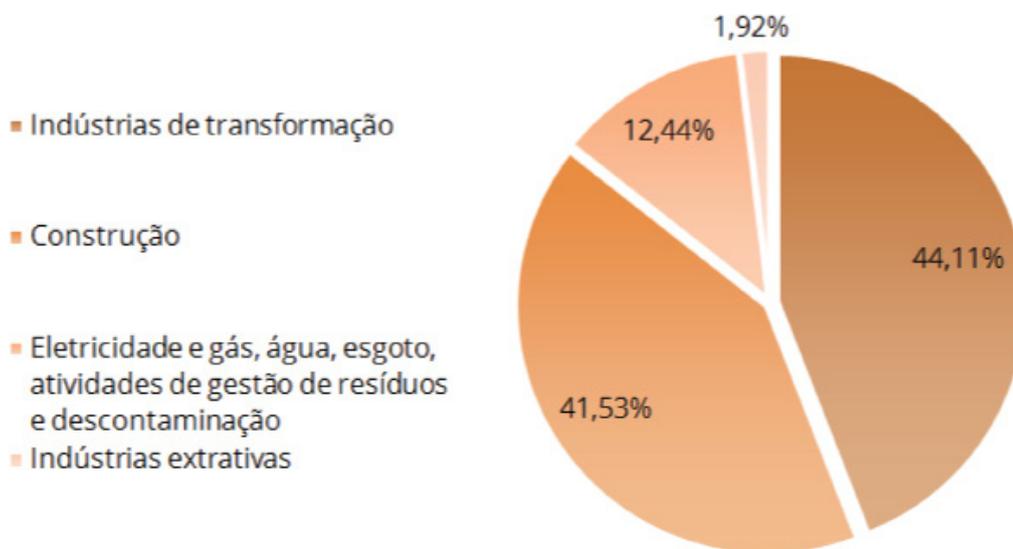
Gráfico 1 - PIB por setor em 2016 - Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes

Fonte: IBGE. Dados atualizados pelo IPCA até 2018.

Analisando a evolução da estrutura econômica, com dados corrigidos monetariamente, essa manutenção do PIB é ainda mais destacada, uma vez que a variação negativa cai para -0,39% entre os anos de 2015 e 2016. Na composição da produção, o setor industrial apresentou uma involução de -18,96%, enquanto o setor de serviços se manteve praticamente estável. O destaque para essa manutenção da produção recai no setor Agropecuário que alcançou um crescimento de 30,54% (+R\$ 1.687,19 milhões). A composição agregada desses setores está descrita graficamente abaixo.

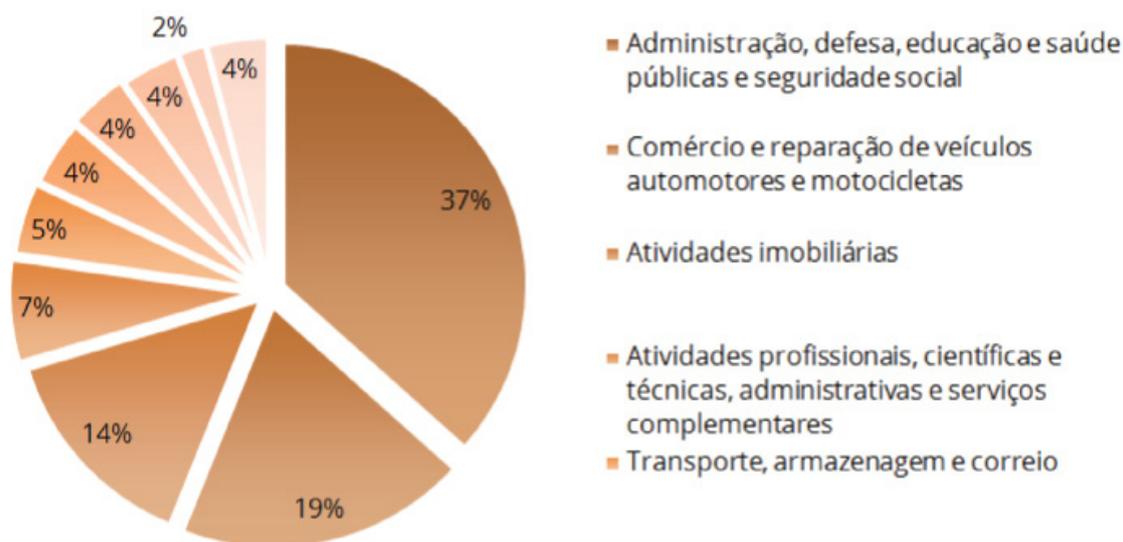
¹ Pela ótica da produção, segundo Estimativa Trimestral do PIB realizada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), a variação estimada do PIB de Alagoas para 2018 é de 1,53%, ultrapassando a nacional, de 1,10%. Este cálculo é realizado com base no comportamento econômico dos setores de Agropecuária, Serviços e Indústria. Nesta perspectiva, o desempenho apresentado por Alagoas retoma o patamar econômico alcançado em 2014, anterior ao período de crise, entre os anos 2015 e 2016.

Indústria (2016)



Fonte: IBGE

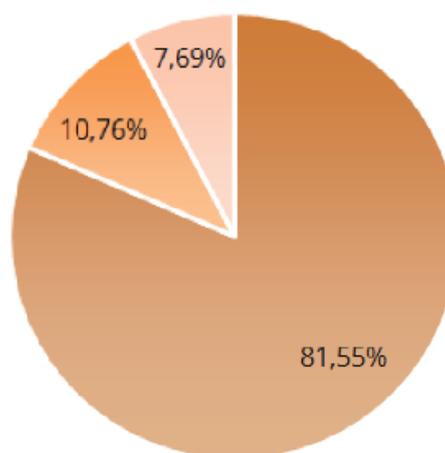
Serviços (2016)



Fonte: IBGE

Agropecuária (2016)

- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita
- Produção florestal, pesca e aquicultura
- Pecuária, inclusive apoio à Pecuária



Fonte: IBGE

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é uma das prioridades do Estado, visto sua responsabilidade de proporcionar melhor qualidade de vida a partir de políticas públicas de segurança duradouras e voltadas a uma prevenção social, além de seu dever constitucional por ofertar esse serviço à população. Através do engajamento do Conselho Estadual de Segurança Pública e o forte investimento estadual foi possível nos últimos anos reverter o resultado de alguns indicadores, tornando Alagoas destaque no combate a violência no cenário nacional, como por exemplo, a redução na taxa de homicídios.

De acordo com o Atlas da Violência divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Alagoas obteve o terceiro melhor resultado no combate a homicídios no país, no período de 2011 a 2016, apresentando uma taxa de variação negativa de 24,1%. Quando comparado com os demais estados do Nordeste, Alagoas apresentou a maior redução do número de homicídios no mesmo período considerado, conforme demonstrado no Gráfico 2 abaixo:



Gráfico 2 - Nordeste: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes - Variação no % de 2011 a 2016

Fonte: Atlas da Violência 2018

Ao analisar o gráfico 2, nota-se que dos nove estados da região apenas Alagoas e Paraíba conseguiram diminuir suas taxas de homicídios, ficando abaixo da média nacional, que alcançou uma variação positiva de 10,5% no período. Em 2011 Alagoas registrou 2.244 homicídios, apresentando tendência negativa com o passar dos anos até chegar à marca de 1.820 homicídios em 2016.

EDUCAÇÃO

Com objetivo de avaliar o resultado das Políticas Públicas em Educação no país, em 2005 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SEAB) ao longo do tempo. Esta avaliação é dividida em três segmentos:

- i) alunos de 4ª Série/5ª Série (Séries Iniciais do Ensino Fundamental - EF);
- ii) alunos de 8ª Série/9ª Série (Séries Finais do Ensino Fundamental - EF); e,
- iii) alunos da 3ª Série do Ensino Médio - EM.

Neste sentido, no que se refere ao IDEB referente ao estado de Alagoas, o Gráfico 3 demonstra o desempenho da educação alagoana no IDEB nos três segmentos entre os anos de 2005 e 2017:



Gráfico 3 - Evolução do IDEB para o Estado de Alagoas

Fonte: IDEB (2018)

Em termos gerais, temos que nos três segmentos educacionais o IDEB do estado de Alagoas apresentou melhorias, no entanto, quando comparados esses resultados projetados para o período, verifica-se que apenas os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental conseguiram apresentar desempenho capaz de superar a meta estabelecida de 4,6, alcançando a nota 4,9 no IDEB 2017. Para o grupo das 8ª e 9ª Séries o estado alcançou nota 4, igual a meta estipulada no ano. Na última série do Ensino Médio o desempenho estadual não alcançou a meta estabelecida, no entanto, o índice apresenta melhora significativa em relação ao período anterior, saltando de 2,8 em 2015 para 3,3 em 2017.

Destarte, ressalta-se a relação entre Alagoas e os demais estados, em consideração ao segmento dos alunos das Séries iniciais do Ensino Fundamental, em 2015 o estado atingiu a última colocação no ranking do IDEB, no entanto, após os esforços realizados desde então, em 2017 saltou para a 19ª colocação. O mesmo pode ser observado com relação às Séries Finais do Ensino Fundamental, em 2015 o estado ocupava a 26ª posição e saltou para 20ª em 2017. No que tange o grupo do segmento da 3ª Série do Ensino Médio, em 2015 estava na penúltima posição e alcançou a 20ª colocação em 2017.

Indicador	IDEB			
	2015		2017	
4ª Série/5ª Série	2,5	27ª	2,8	19ª ↑
8ª Série /9ª Série	3,1	26ª	4	20ª ↑
3ª Série do EM	2,8	25ª	3,3	20ª ↑

Tabela - Evolução do IDEB para o Estado de Alagoas - Ranking

Fonte: IDEB (2018)

Outro indicador que apresentou significativa melhora foi a Taxa de Analfabetismo em que o Estado reduziu o percentual da população sem alfabetização de 21,98% em 2014 para 18,2% em 2017, uma redução de aproximadamente 4 p.p.

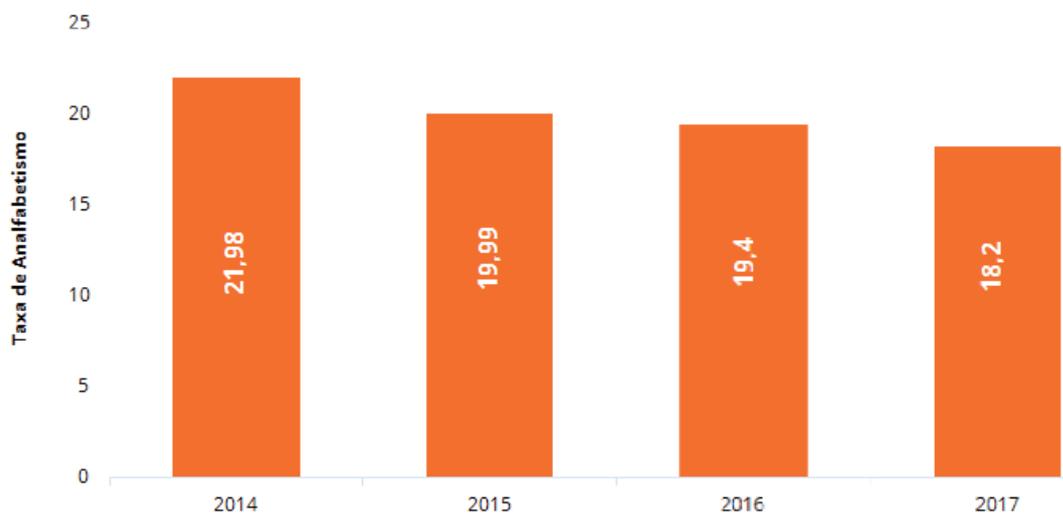


Gráfico 4 - Taxa de Analfabetismo - Alagoas

Nota: Pessoas de 15 anos ou mais de idade de 2016 a 2018.

Fonte: PNAD Contínua

SAÚDE

Nos últimos 4 anos o Estado de Alagoas tem realizado uma expansão em oferta de procedimentos e em recursos físicos na área de saúde, essas ações tem possibilitado maior cobertura de ações e serviços de saúde pública aos alagoanos. A exemplo disso tem-se a ampliação de maternidades, implantação de novos serviços de atendimento no Hospital Geral do Estado, como a nova pediatria, bem como a implantação de atendimento especializado para crianças como a Casa do Coraçãozinho.

Esse cenário possibilitou que o Estado de Alagoas pudesse apresentar uma queda significativa na Taxa de Mortalidade Infantil que saiu de um patamar de 15,3% em 2014 para 13,4% em 2017, conforme pode se verificar no gráfico a seguir.

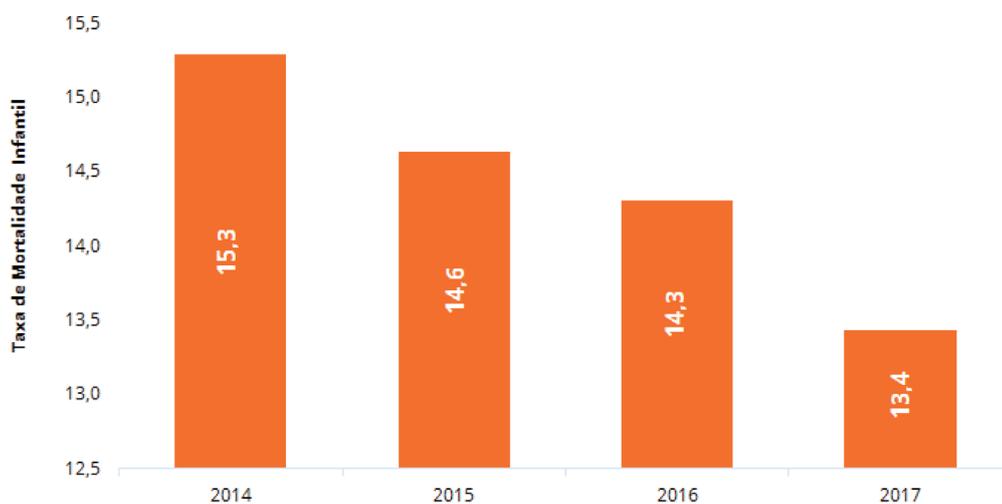


Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil

Nota: Taxa obtida pela razão entre o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Dados trabalhados pela equipe técnica, a partir do banco de dados do DataSus.

Fonte: DataSus | Elaboração Própria

Ressalta-se que com a construção de novos hospitais a exemplo do Hospital Metropolitano, Hospital da Mulher e dos Hospitais Regionais, que estão em andamento, tem como um dos seus objetivos apresentar melhoria de outros indicadores de saúde pública nos próximos anos.

TURISMO

Alagoas é um ótimo destino turístico no Brasil devido a sua riqueza natural, uma gastronomia excepcional, com uma cultura diversificada e um povo receptivo. A capital Maceió vem se consolidando como um dos destinos mais cobiçados pelos brasileiros, além de estar sendo descoberta pelos países vizinhos, com isso o Turismo é hoje uma atividade econômica muito importante e marcante para o Estado e seu avanço pode ser observado de acordo com fluxo de passageiros entre os anos de 2011 e 2018:



Gráfico 6 - Movimento de Passageiros - Embarque e Desembarque Alagoas - 2011-2018

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR)

No período de 2011 a 2018 tem-se um avanço de 40,92% levando em consideração embarque e desembarque. Em relação ao exercício anterior este avanço foi de 5,41%, atingindo o fluxo de 2.180.140 passageiros, comprovando o movimento crescente de turistas no Estado.

Este crescimento de passageiros contribui diretamente para o aumento da ocupação hoteleira que, conseqüentemente, também tem apresentado avanços nos últimos anos.

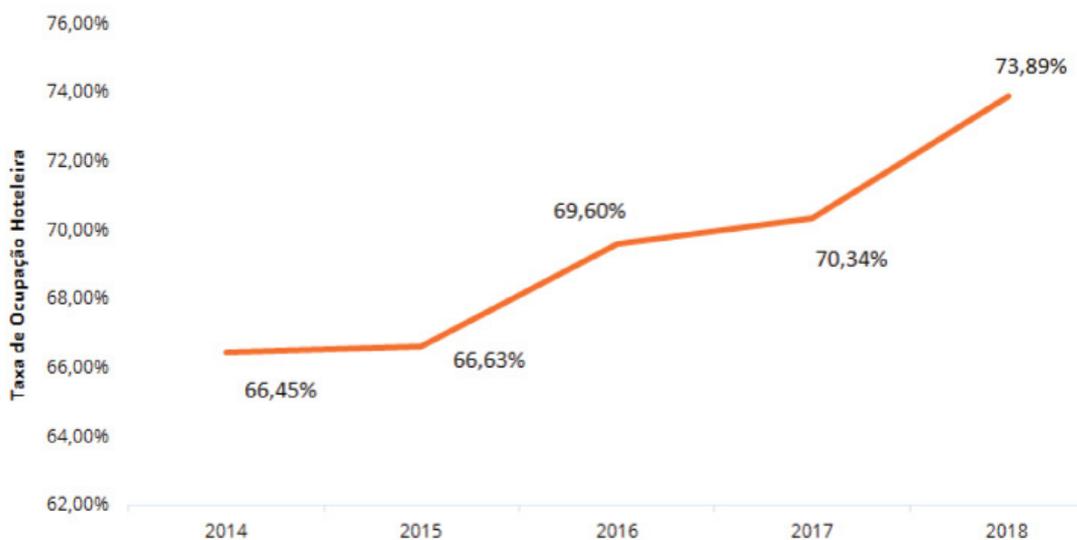


Gráfico 7 - Taxa de Ocupação Hoteleira (média) Alagoas - 2014-2018

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR)

Percebe-se que em 2018, 73,89% dos leitos oferecidos foram ocupados, apresentando um crescimento de 3,55 p.p em relação a 2017. Este movimento de crescimento fica ainda mais visível quando observa-se o incremento no número de leitos.

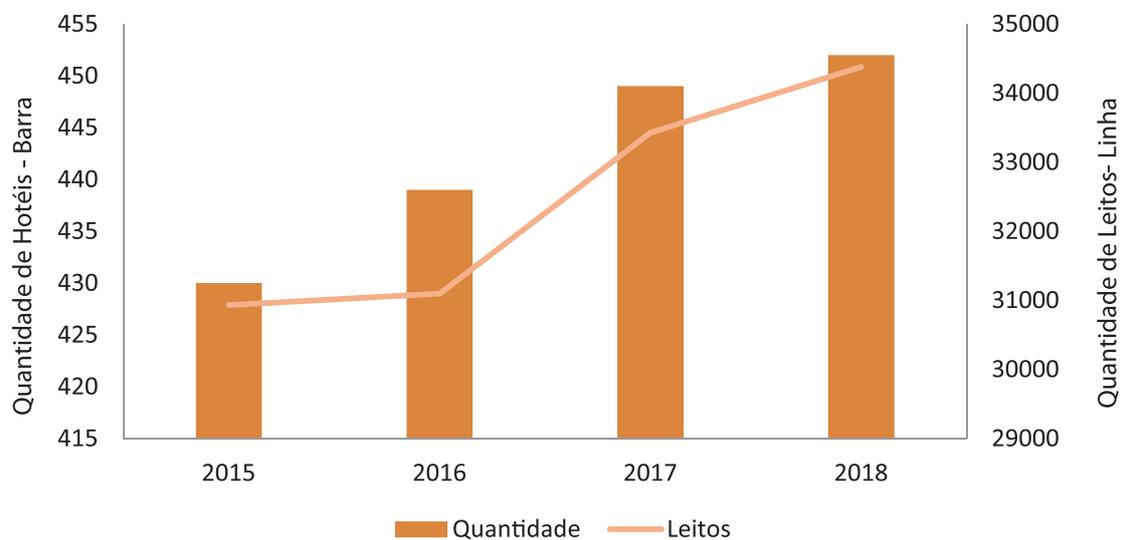


Gráfico 8 - Expansão da Oferta Hoteleira - 2014-2018

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR)



**PRINCIPAIS
RESULTADOS
FISCAIS**

RESULTADOS FISCAIS

Resultados Fiscais podem ser entendidos como um conjunto de indicadores fiscais definidos pela literatura econômica que permitem ao gestor público a avaliação do desempenho e o acompanhamento da evolução das finanças públicas ao longo do tempo, ou seja, são informações estratégicas para a tomada de decisão.

O monitoramento dos resultados fiscais é uma ferramenta que os gestores públicos responsáveis devem utilizar para identificar eventuais desvios na calibragem de suas receitas e despesas, corrigindo, quando for necessário, os excessos de gastos que ultrapassem sua capacidade financeira, sempre tendo o cuidado de não causar prejuízos na prestação dos serviços públicos. Os principais resultados fiscais¹ são:

- (i) Resultado Orçamentário
- (ii) Resultado Primário
- (iii) Receita Corrente Líquida - RCL
- (iv) Despesa Total com Pessoal
- (v) Dívida Consolidada Líquida - DCL

Nesse sentido, esta seção é destinada a análise desses indicadores fiscais alcançados pelo Estado de Alagoas no exercício de 2018. Além disso, serão apresentados os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE e em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, tendo em vista que para manter a sustentabilidade fiscal é necessário que o Estado atue com a Rigidez Orçamentária imposta pelas vinculações nas receitas públicas estabelecidas pelos Limites Constitucionais previstos para essas áreas, 25% e 12%, respectivamente.

2.1 Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. Nesse sentido, o resultado orçamentário é obtido pela diferença entre as Receitas Orçamentárias realizadas e Despesas Orçamentárias incorridas num determinado exercício financeiro. Assim, se o resultado for positivo, tem-se a definição de Superávit. Caso seja negativo, então tem-se Déficit Orçamentário.

¹ Os indicadores de Resultado Primário (LRF, art. 53, inciso III), Receita Corrente Líquida - RCL (LRF, art. 53, inciso I) são divulgados bimestralmente por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO. Os indicadores de Despesa com Pessoal (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) e Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, alínea b) são divulgados quadrimestralmente por meio dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF. Esses relatórios encontram-se disponíveis na página da Sefaz-AL: www.sefaz.al.gov.br/financas.

O Déficit Orçamentário caracterizado pela execução de despesas acima da realização de receitas num período específico, podendo também significar que um determinado ente utilizou poupança corrente acumulada para financiamento de despesas incorridas no exercício financeiro corrente. Dessa maneira, caso o ente deseje ter continuidade nos níveis de investimentos, por exemplo, e houver frustração de receita no exercício, ele pode optar por financiar esses investimentos com superávits obtidos em outros exercícios financeiros. Esse fato implicará em déficit na visão estritamente orçamentária.

O Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas no ano de 2018 foi deficitário em R\$ 158,2 milhões. Esse resultado é decorrente tanto do crescimento dos investimentos estaduais quanto pela manutenção dos pagamentos decorrentes da Dívida Pública em sua integralidade, tendo em vista o fim do período de pagamento de parcelas da dívida decorrente do que consta da Lei Complementar nº 156/2016. Além disso, no que se refere à Receita de Capital houve uma frustração ao longo do exercício advinda das fontes de recursos de operação de crédito e transferências de capital (Convênios), a qual a entrada de recursos prevista inicialmente para o último bimestre de 2018 ocorreu no início de 2019 no caso das operações de crédito. No caso das Transferências de Capital, o valor inicialmente previsto para ser recebido do Governo Federal não se realizou. Esse efeito foi refletido no Resultado Orçamentário de Capital. Quanto ao Resultado Orçamentário Corrente, este foi superavitário devido ao crescimento das receitas correntes refletindo o esforço fiscal do Estado.

Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas (2017-2018)			
DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Receita Total	8.015,5	8.439,6	5,3%
<i>Corrente</i>	7.644,8	8.287,1	8,4%
<i>De Capital</i>	370,7	152,5	-58,9%
Despesa Total	7.775,9	8.597,8	10,6%
<i>Corrente</i>	6.865,2	7.310,5	6,5%
<i>De Capital</i>	910,7	1.287,3	41,4%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL	239,5	(158,2)	-166,1%
<i>Resultado Orçamentário Corrente</i>	779,6	976,6	25,3%
<i>Resultado Orçamentário de Capital</i>	(540,0)	(1.134,9)	110,1%

NOTAS:

(1) Exceto Intra-Orçamentária

(2) Despesa Empenhada

(3) As receitas para ambos exercícios estão deduzidas de Transferência Constitucional a Municípios e FUNDEB. No caso das Despesas Correntes de 2017, foram excluídos os valores referentes as transferências a municípios que em 2018 passaram a ser consideradas como Deduções de Receita.

Fonte: Siafem e Siafe - AL

O financiamento das Despesas de Capital acima da realização das receitas de mesma natureza só foi possível pela trajetória de superávits iniciada em 2015. Isto permitiu que o Estado acumulasse uma poupança corrente substancial entre os exercícios de 2015-2017, muito importante para regularizar o déficit estrutural de cerca de R\$ 800 milhões identificado no início de 2015 e ainda possibilitando a realização de investimentos com recursos próprios mesmo num dos piores períodos da economia brasileira.

Nesse sentido, a análise do Resultado Orçamentário segregado em Corrente e de Capital demonstra que a maior parte das despesas de capital, tanto em 2017 como em 2018, foram financiadas por receitas correntes. E no caso específico de 2018 também por poupança acumulada em outros exercícios financeiros.

2.2 Resultado Primário

O Resultado Primário é obtido pela diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias, ou seja, é a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras. Dessa maneira, representa o esforço que atualmente está sendo realizado pelo ente federado para o controle da trajetória do endividamento.

No exercício de 2018 a metodologia para a apuração do Resultado Primário no Brasil foi modificada, conforme consta no Manual de Demonstrativos Fiscais 8ª edição (MDF) aprovado pela Portaria nº 495 de Junho de 2017 e alterado pela Portaria nº 766 de Setembro de 2017, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A antiga metodologia apurava o resultado pela diferença entre Receitas e Despesas não financeiras, tanto para as Despesas Empenhadas quanto para as Liquidadas de modo que o resultado era obtido pelo regime de competência. Nesta metodologia não eram considerados os Restos a Pagar Processados (RPP) e os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), de modo que ela não refletia a real disponibilidade de caixa, que permite verificar as variações da dívida pública. Na nova metodologia adotada a partir de 2018, o Resultado Primário pode ser apurado de duas formas “Acima da Linha” e “Abaixo da Linha” e consideradas despesas pagas como um todo, incluindo as decorrentes dos RPP e RPNP. Em resumo, os resultados “acima da linha” e “abaixo da linha” são apurados da seguinte forma:

- **“Acima da Linha”:** apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos, o que permite melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e Despesas.
- **“Abaixo da Linha”:** parte dos saldos de dívida pública para obter as necessidades de financiamento com isso permite destacar as fontes de financiamento do setor público. Nesse sentido, o resultado primário abaixo da linha corresponde à variação da dívida fiscal líquida, excluídos os encargos financeiros líquidos.

Assim, a apuração do resultado primário “Acima da Linha” possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da federação. Destarte, Superávits Primários indicam aumento de disponibilidades de caixa, as quais são deduzidas da Dívida Consolidada - DC para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida - DCL. Em contrapartida, déficits primários têm como consequência à diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da DC para fins de cálculo da DCL.

Nesse sentido, o resultado primário Acima da Linha alcançado em 2018 pelo Estado de Alagoas alcançou o montante de R\$ 624,9 milhões, reforça que Alagoas continua firme em seu esforço fiscal sendo um dos 5 estados que mais acumularam resultados primários em função de sua RCL. Esse desempenho é decorrente de uma forte gestão de controle de gastos de custeio da máquina pública e também da implantação de diversos novos mecanismos de combate à sonegação fiscal que permitiram ao Estado ser considerado pelo mercado como o que fez o maior esforço fiscal no período de 2015 a 2018.

Resultado Primário de Alagoas – Acima da Linha (2017-2018)			
DISCRIMINAÇÃO	2017	2018 (*)	Δ % 2018/2017
Receitas Totais	8.015,5	8.439,6	5,3%
<i>(-) Receitas Financeiras</i>	312,1	241,6	-22,6%
Receita Primária Total (a)	7.703,4	8.198,0	6,4%
Despesas Totais	7.914,3	8.213,6	3,8%
<i>(-) Despesas Financeiras</i>	470,8	640,5	36,0%
Despesa Primária Total (b)	7.443,5	7.573,1	1,7%
Resultado Primário- Acima da Linha (a-b)	259,9	624,9	140,4%

NOTAS:

(1) Para fins de comparação entre os exercícios de 2017 e 2018, foi aplicado o conceito de Resultado Primário Acima da Linha para o Exercício de 2017.

(2) As receitas para ambos exercícios estão deduzidas de Transferência Constitucional a Municípios e FUNDEB. No caso das Despesas Correntes de 2017, foram excluídos os valores referentes as transferências a municípios que em 2018 passaram a ser consideradas como Deduções de Receita.

(3) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: Siafem e Siafe/AL

Já o Resultado primário “Abaixo da Linha” é apurado a partir da diferença entre Resultado Nominal Ajustado e a diferença entre Juros e Encargos Ativos e Passivos. Os ajustes considerados encontram-se nas variações dos restos a pagar processados que são deduzidos das disponibilidades de caixa, impactando o valor da dívida líquida já no momento da sua inscrição. Assim, para harmonizar o resultado nominal do período com a variação da DCL, é preciso, portanto, expurgar do resultado o valor das variações no saldo de restos a pagar processados ocorridas durante o período de apuração. Outro relevante ajuste refere-se ao reconhecimento de passivos que compõem a dívida consolidada, sem que haja reflexo

orçamentário desses fatos. Uma vez que a metodologia “abaixo da linha” apenas compara os estoques da DCL em momentos distintos, ela será capaz de detectar tais variações no estoque da dívida consolidada.

Resultado Primário - Abaixo da Linha (R\$ Milhões) - 2018	
Resultado Primário - Acima da Linha (a)	624,9
Juros e Encargos Ativos (b)	106,8
Juros e Encargos Passivos (c)	479,4
Resultado Nominal - Acima da Linha (d) = (a) + ((b)-(c))	252,3
Dívida Consolidada Líquida - 2017 (e)	7.000,3
Dívida Consolidada Líquida - 2018 (f)	6.816,3
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (g) = (e)-(f)	184,0
Variação Saldo RPP (h)	149,0
Outros Ajustes (i)	217,3
Resultado Nominal Ajustado - Abaixo da Linha (j) = (g) - (h) + (i)	252,3
Resultado Primário - Abaixo da Linha (k) = (j) - ((b)-(c))	624,9

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: Siafe/AL

Embora o cenário de recessão enfrentado pela economia brasileira seja um fator que influenciou o Resultado Primário de todos os entes federativos, o Estado de Alagoas manteve sua política fiscal de ajuste o que teve como reflexo apresentar o 4º melhor resultado primário em termos relativos, quando utilizamos a relação Resultado Primário / Receita Corrente Líquida - RCL dos estados. Esse resultado significa dizer que Alagoas realizou o quarto maior esforço fiscal do país dentre os estados em 2018, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:

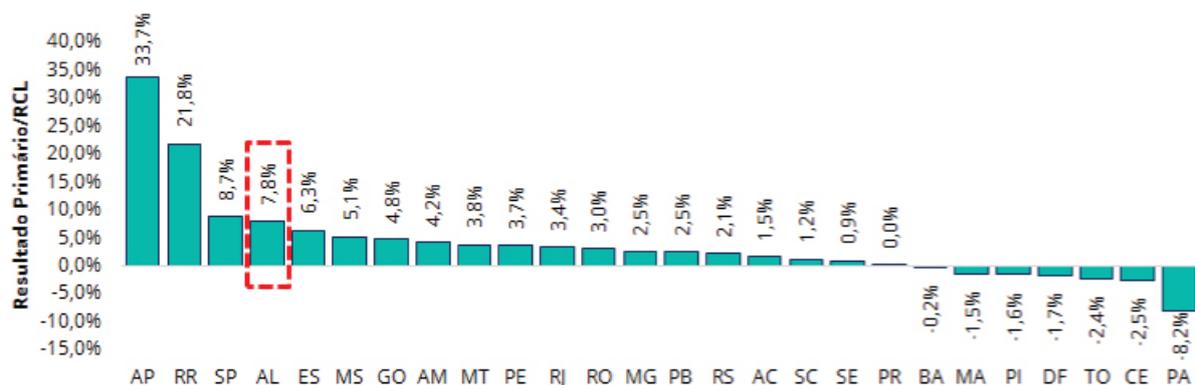
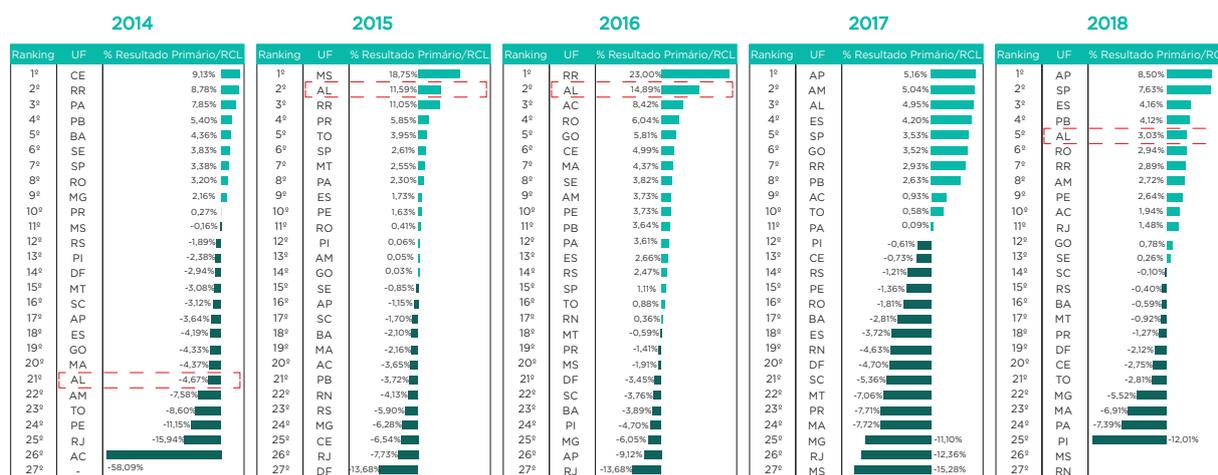


Gráfico 9 - Comparativo Resultado Primário / RCL Estados (2018)

Fonte: SICONFI - Finbra - RREO dos Estados no 6º Bim de 2018 (Elaboração Própria)

Ao utilizarmos a relação Resultado Primário / Receita Corrente Líquida - RCL dos estados pela Antiga Metodologia de Apuração do Resultado Primário, verifica-se uma trajetória de manutenção do esforço fiscal do Estado de Alagoas, refletido no alcance da 5ª posição no último ano do período analisado - 2018. Vale ressaltar, que o Estado saiu da 21ª posição em 2014 alcançando já em 2015 a 2ª colocação.



Quadro - Comparativo Resultado Primário / RCL Estados (2014-2018) - Antiga Metodologia

Nota: Para fins de apuração do Resultado Primário foram consideradas as Despesas Empenhadas em todos os Exercício Financeiros. Fonte: SICONFI - Finbra - RREO dos Estados no 6º Bim de 2014-2018 (Elaboração Própria)

2.3 Receita Corrente Líquida

O indicador de Receita Corrente Líquida - RCL reflete o montante de recursos que o estado teria disponível para arcar com suas obrigações. Com relação à RCL, em 2018 o resultado foi de R\$7.963,0 milhões, variação positiva em 8,4% (R\$614,4 mil) em relação ao resultado auferido quando do término do exercício de 2017.

Receita Corrente Líquida (2017-2018)			
DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Receita Corrente	10.002,9	10.844,5	8,4%
(-) Deduções	2.654,3	2.881,6	8,6%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.348,6	7.963,0	8,4%

NOTAS: Inclui Intra-Orçamentária
Fonte: Siafem e Siafe - AL

Realizando um balanço dos últimos 5 exercícios financeiros identifica-se um crescimento nominal de 33,4% da Receita Corrente Líquida entre os anos de 2014-2018 indicando o esforço do estado em aumentar o montante disponível para arcar com as suas obrigações.

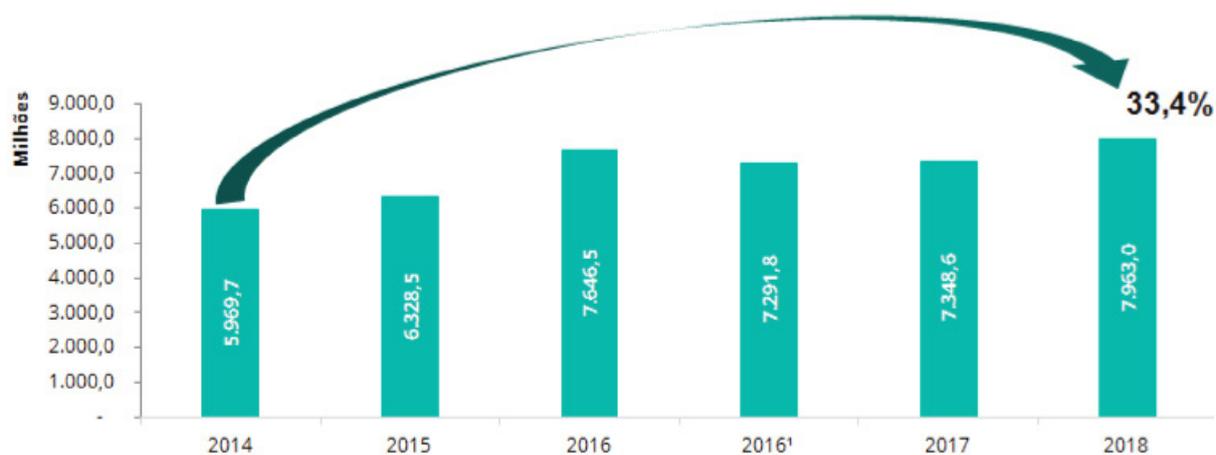


Gráfico 10 - Receita Corrente Líquida - Alagoas (2014-2018)

Nota: RCL Ajustada (desconsideram-se os valores decorrentes da Regularização de Ativos no Exterior FPE-Repatriação que tem característica sazonal).

Fonte: RREO no 6º Bim (2014-2018) (Elaboração Própria).

2.4 Despesa com Pessoal

O Índice de Despesa com Pessoal é um dos resultados mais importantes para a avaliação fiscal de um ente, isso porque de acordo com LRF, no caso de o ente ultrapassar os limites dispostos em tal legislação, diversas ações administrativas serão vedadas, inclusive a adoção de medidas rígidas relacionadas à redução do índice aos limites dispostos no prazo de dois quadrimestres.

Analisando a despesa total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, nota-se que no ano de 2018 o Poder Executivo atingiu o índice 48,68%, acima do limite prudencial estabelecido pela LRF (46,55%), mas não atingindo o limite máximo (49,00%). A tabela abaixo demonstra esses índices comparando os resultados auferidos em 2017 e 2018:

Índice de Pessoal - Estado de Alagoas (2017-2018)			
Especificação	2017	2018	Variação (%)
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	3.573,25	3.876,44	8,5%
Receita Corrente Líquida	7.348,62	7.963,0	8,4%
Executivo/RCL	48,62%	48,68%	0,1%

Fonte: RGF 3º Quad 2017 e 2018 (Elaboração Própria)

O índice de pessoal tem como base de cálculo a RCL, sendo assim as variações desse resultado não é influenciada apenas pelo aumento da despesa de pessoal, mas também por aumento ou redução da RCL. Assim, temos que apesar de em 2018 as despesas que compõem o índice do Poder Executivo terem aumentado cerca de 8,5% com relação a 2017, o crescimento dos índices de pessoal entre os exercícios financeiros de apenas 0.1 p.p foi possível pelo aumento da Receita Corrente Líquida.

No caso específico do Índice de Despesa com Pessoal do Poder Executivo, é importante salientar que apesar do aumento do índice em 2018 quando comparado com o exercício anterior, a Gestão atual vem realizando diversas ações no sentido de adequar o seu índice dentro dos limites dispostos na LRF. O Gráfico abaixo ilustra a evolução desse indicador entre 2014 e 2018, nota-se que no início da gestão o limite máximo estava extrapolado, sendo o Governo Estadual vedado legalmente naquele momento de realizar diversas ações no que tange a pessoal e contratação de operações de créditos, por exemplo. Esse cenário se reverteu ao longo dos últimos 4 exercícios, em decorrência principalmente do crescimento da receita bem acima da inflação.

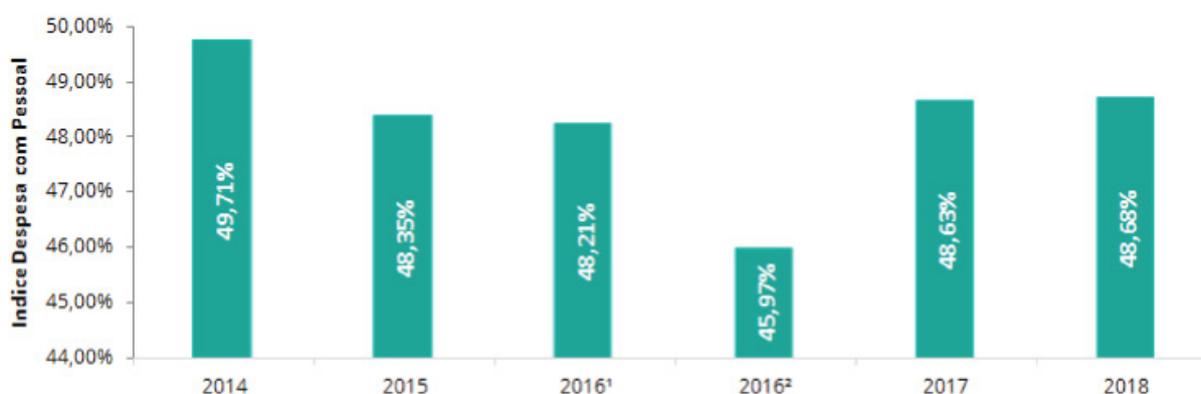


Gráfico 11 - Despesa com Pessoal Poder Executivo / RCL (%) ²

Fonte: RGF 3º Quad de 2014 a 2018 (Elaboração Própria)

Em termos comparativos, o gráfico abaixo demonstra o resultado apresentado em 2018 com Despesa Total de Pessoal do Poder Executivo de 26 estados e Distrito Federal. Nele podemos verificar que Alagoas não está entre os estados com índices mais elevados, mas de qualquer maneira é um indicador que merece muita atenção pela proximidade de seu limite.

² No intuito de prezar pela gestão prudente das finanças públicas estaduais, a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Alagoas publicou dois índices no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal – RGF referente ao exercício de 2016, devido a entrada de montante de recursos significativos no Fundo de Participação dos Estados – FPE, decorrente da Regularização de Ativos no Exterior (Repatriação). Essa entrada de recursos extraordinários elevou a Receita Corrente Líquida – RCL, que é base de cálculo do Índice de Pessoal e da Dívida Consolidada Líquida, promovendo um efeito nesses indicadores que não é estruturante, mas sim sazonal. Assim sendo, o índice de pessoal do poder executivo foi de 45,97% considerando a Repatriação incluída na base da RCL (2016²), e se desconsiderando os referidos recursos do exterior da composição da RCL, o índice alcançou 48,21% de participação (2016¹).

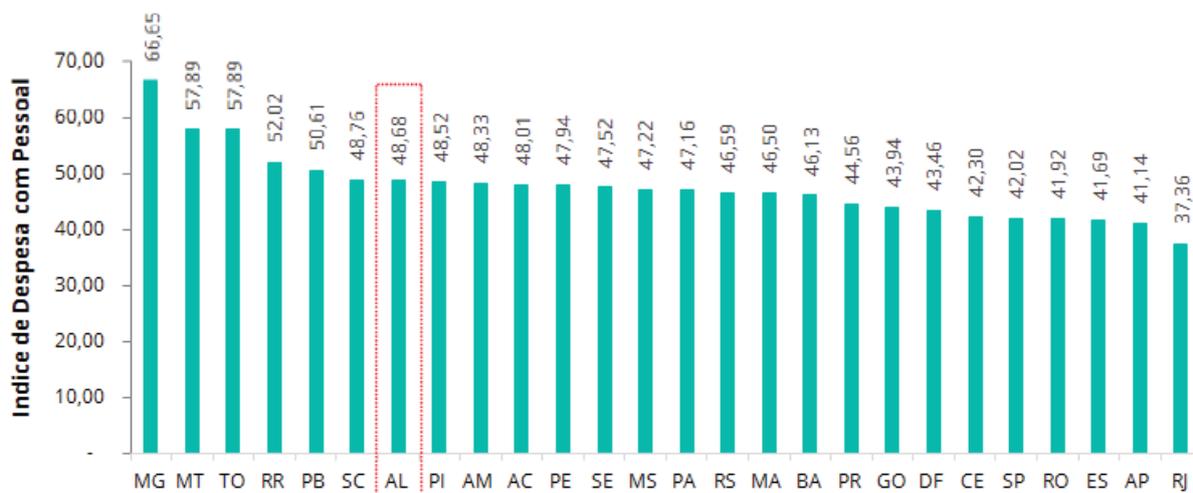


Gráfico 12 - Despesa com Pessoal Poder Executivo / Receita Corrente Líquida (2018)

Fonte: SICONFI - Finbra - RGF dos Estados no 3º Quad 2018 (Elaboração Própria)

2.5 Dívida Consolidada Líquida

No exercício de 2018, a Dívida Consolidada Líquida - DCL totalizou R\$6.816,3 milhões, correspondendo ao percentual de 85,59% da RCL, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2001 que é de um endividamento máximo de 200%.

Dívida Consolidada Líquida (2017-2018)			
Discriminação	2017	2018	Δ % 2017/2018
Receita Corrente Líquida - RCL	7.348,6	7.963,0	8,36%
Dívida Consolidada Líquida - DCL	7.000,3	6.816,3	-2,63%
% DCL / RCL	95,26%	85,59%	-10,15%

Fonte: RGF 3º Quad 2017 e 2018 (Elaboração Própria)

Com esse resultado, o estado de Alagoas manteve uma relação Dívida Consolidada Líquida - DCL / Receita Corrente Líquida - RCL abaixo de 100% resultado alcançado pela primeira vez no ano de 2017. Esse resultado permitiu que o Estado de Alagoas alcançasse posições mais baixas de endividamento, conforme pode se verificar no quadro a seguir.

2017			2018		
Ranking	UF	%DCL/RCL	Ranking	UF	%DCL/RCL
1º	RJ	269,74	1º	RJ	262,45
2º	RS	218,86	2º	RS	222,9
3º	MG	186,35	3º	MG	189,03
4º	SP	170,96	4º	SP	174,45
5º	AL	95,26	5º	SC	92,97
6º	GO	92,03	6º	GO	92,19
7º	MS	76,13	7º	AL	85,59
8º	AC	71,83	8º	AC	73,57
9º	PE	61,25	9º	MS	72,4
10º	SE	57,99	10º	BA	64,08
11º	BA	57,52	11º	PE	61,0
12º	SC	51,1	12º	CE	57,11
13º	RO	48,48	13º	MA	54,24
14º	CE	45,82	14º	RO	46,97
15º	MT	44,11	15º	SE	46,12
16º	MA	43,77	16º	MT	42,99
17º	RR	41,74	17º	PI	39,29
18º	PI	41,07	18º	PR	37,91
19º	TO	38,01	19º	DF	35,17
20º	AM	35,86	20º	PB	32,47
21º	DF	33,86	21º	TO	31,5
22º	PR	29,34	22º	AM	30,43
23º	PB	28,93	23º	ES	18,95
24º	ES	17,34	24º	RR	18,77
25º	RN	13,22	25º	PA	13,31
26º	PA	6,4	26º	AP	-13,75

Quadro - Comparativo DCL / RCL Estados (2015-2018)

Fonte: SICONFI - Finbra - RGF dos Estados no 3º Quad 2017 e 2018 (Elaboração Própria)

Comparando a composição da Dívida do Estado de Alagoas no período dos 4 últimos exercícios financeiros, ao analisar a tabela a seguir verifica-se que a dívida externa que tem seu comportamento influenciado pela variação cambial e as demais dívidas do estado apresentaram redução no período de 2015-2018, reflexo da gestão ativa da dívida pública nesse período.

Dívida Consolidada Líquida	2015	2016	2017	2018
Dívida Consolidada Bruta (d) = (a) + (b) + (c)	11.252,03	9.223,99	8.854,37	8.671,05
Dívida Contratual (a)	10.526,68	8.709,40	8.684,08	8.549,19
Interna	8.806,14	7.288,19	7.252,42	6.907,56
Externa	1.720,55	1.421,22	1.431,67	1.641,64
Parcelamentos (b)	262,96	236,25	125,54	121,86
Precatórios (c)	462,38	278,33	44,74	-
Deduções (e)	696,72	1.360,47	1.854,03	1.854,70
Dívida Consolidada Líquida (f) = (d) - (e)	10.555,30	7.863,51	7.000,34	6.816,35

Fonte: Anexo 2 - Relatório de Gestão Fiscal - RGF | 2015 a 2018

No período de 2015-2018 o Estado saiu de um endividamento de 159,8% em 2014 para um endividamento de 85,6% em 2018, considerando o indicador de Dívida Consolidada Líquida- DCL sobre a Receita Corrente Líquida - RCL.

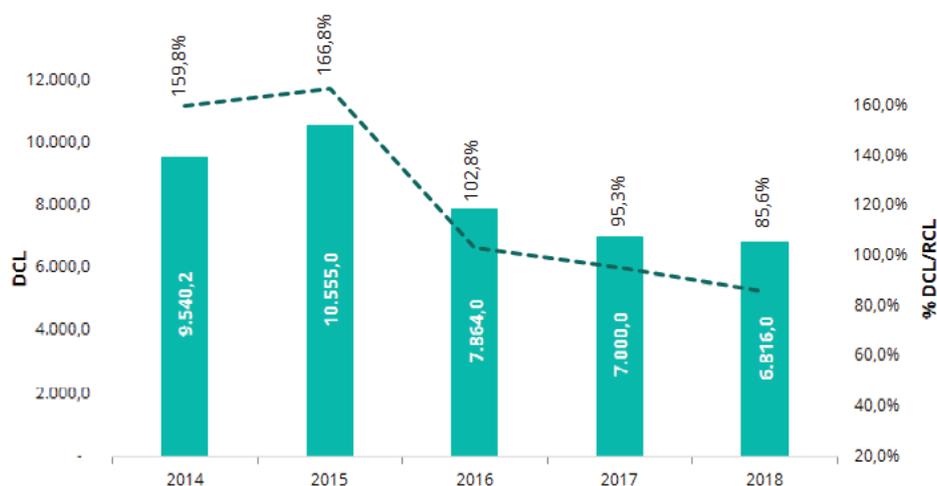


Gráfico 13 - DCL / RCL (2014 - 2018)

Fonte: RGF 3º Quad de 2015 a 2018 (Elaboração Própria)

Essa redução no índice de DCL/RCL é explicada por uma série de medidas adotadas pelo Estado de Alagoas no que tange a gestão da Dívida Pública. Essas medidas não tiveram reflexos apenas no estoque do endividamento do Estado, mas principalmente no pagamento do serviço da dívida, ou seja, no fluxo de pagamento da dívida pelo Estado e, conseqüentemente, em seu fluxo de caixa. Cabe destacar os fatores principais para essa redução:

Em relação a dívida decorrente da Lei nº 9.496/1997 ocorreram três fatos que tiveram impacto direto tanto no estoque quanto no pagamento de serviço da dívida da mesma:

- (i) Aditivo decorrente da Lei Complementar nº 148/2014: assinatura de termo de convalidação que alterou o pagamento de juros do contrato de 7,5% para 6%, além de adotar novo índice de correção do contrato com recálculo do estoque desde janeiro/2013 (IPCA + 4% ao invés de IGP-DI). Além de recalculer a dívida no período entre 1997 e 2012 pela SELIC ao invés de IGP-DI. A assinatura do aditivo com essas novas condições financeiras resultou em uma redução do estoque da dívida a partir de maio de 2016;

(ii) Promulgação da Lei Complementar nº 156/2016 que estabeleceu alguns benefícios de renegociação tendo como contrapartida que os estados cumprissem limite de Teto de Gastos por dois anos (2018-2019). Em resumo, as novas condições contratuais foram o alongamento em 20 anos da dívida com a União; redução extraordinária de parcelas; e parcelamento, em 24 meses, das parcelas não pagas por força de decisões liminares do STF. Além disso, o pagamento das parcelas passou a ser calculadas por tabela Price e não mais como um percentual da RCL, essa nova forma de cobrança tem como principal vantagem a previsibilidade para os estados no que se refere ao fluxo de caixa;

(iii) Nova liminar no âmbito da Ação Originária (AO) 1726: em 2018, após apuração realizada pela Gerência da Dívida Pública e Convênios, no âmbito da SEFAZ/AL, verificou-se que ao renegociar a Dívida Lei nº 9.496/97 no âmbito da LC 156/16, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desconsiderou liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012 no âmbito da AO nº 1726, na qual foi deferida a redução do percentual de juros incidentes sobre a dívida do Estado junto à União à época (de 7,5% para 6%), bem como estabeleceu que o comprometimento da Receita Líquida Real (RLR) de Alagoas não ultrapassasse o patamar mensal de 11,5%, que anteriormente era de 15%. Estas diferenças de percentuais começaram a ser calculadas separadamente, acumulando pendência jurídica desde 2012, chegando ao montante de R\$ 1.019.560.171,56 bilhão em 2018. Desta forma, após tal constatação, o Estado de Alagoas ingressou no STF que concedeu nova liminar no âmbito da AO 1726, no qual determinou que a União realizasse a exclusão do valor correspondente a pendência jurídica do estoque da dívida contratual para fins de cálculo das parcelas mensalmente pagas pelo Estado de Alagoas, até o julgamento definitivo da ação. Além do abatimento dos valores pagos de forma indevida em virtude do acréscimo da pendência jurídica ao restante do estoque da dívida, na ordem de R\$ 118.202.662,03.

Os efeitos da LC nº 156/2016 não se restringiram aos contratos decorrentes da Lei nº 9.496/1997

(iv) se estendeu a algumas outras dívidas firmadas junto ao BNDES, com a diferença que o alongamento no caso desses contratos foi de 10 anos. No caso de Alagoas, os contratos aditados foram: Proinvest Caixa, Proinvest BNDES e PEF II. Esses aditivos resultaram numa redução do serviço da dívida em R\$ 60,8 milhões em 2018.

Outras ações

(v) Redução no valor da dívida decorrente de parcelamentos e renegociação de dívida aproveitando dos descontos e benefícios nos juros e multas pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, lançado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 13.496/2017 e regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio da Instrução Normativa nº 1.177/2017, proporcionou ao Estado de Alagoas utilizar crédito/prejuízo fiscal decorrente do Banco do Estado de Alagoas - Produban no valor de R\$156,2 milhões para quitação de parcelamentos de PASEP;

(vi) Redução em Precatórios posteriores a 05 de maio de 2000: quitação do estoque de precatórios do estado em 2018, o que proporcionou ao estado sair do Regime Especial e aderir o Regime Geral de Pagamento de Precatórios a partir de 2019.

Entretanto, é importante ratificar que a Sefaz-AL vem desenvolvendo junto à sua área de Tesouro e de Política Fiscal diversas ações no sentido de monitoramento e busca de alternativas que resultem na melhoria do perfil do endividamento do Estado, ou seja, há um monitoramento ativo e constante da gestão da dívida do estado.

LIMITES CONSTITUCIONAIS

A legislação orçamentária brasileira, no âmbito do Governo Central e dos Governos Subnacionais, dispõe sobre algumas áreas em que é obrigatória a aplicação de um mínimo de recursos ao longo do exercício. Essas obrigações são usualmente conhecidas como vinculações orçamentárias.

As principais vinculações são as ditas Vinculações Constitucionais que se referem ao art. 212 da Constituição Federal – CF/88 que determina o mínimo de aplicação em Educação (25%) e ao §3º do art. 198, regulamento pela Lei Complementar – LC nº 141/2012, que estabelece o mínimo a ser aplicado em Saúde (12%), em todos os entes da federação. Os demonstrativos referentes à essas vinculações são:

- i) EDUCAÇÃO: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE; e
- ii) SAÚDE: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

Assim, considerando a relevância desses indicadores, principalmente pelo fato de serem áreas prioritárias de Governo, as subseções a seguir serão destinadas a análise da aplicação de recursos pelo Estado no exercício de 2018 em acordo com os limites constitucionais.

Por fim, é importante esclarecer que os resultados apresentados nesta seção não se referem aos gastos totais em educação e saúde, mas apenas as despesas que se enquadram dentre as definidas pela legislação.

2.6 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

No exercício de 2018, o Estado de Alagoas aplicou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE o equivalente a 25,9% das Receitas Líquidas de Impostos, que representam uma aplicação de R\$1.986,5 milhões, ou seja, o mínimo constitucional de 25% foi cumprido tanto em 2017 quanto em 2018, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Despesa em MDE para fins de Apuração do Índice Const. (a)	1.821,6	1.986,5	8,9%
Receita Líquida de Impostos (b)	7.092,3	7.674,4	8,2%
% Aplicação MDE 2016 (a) / (b)	25,7%	25,9%	0,7%

Fonte: RREO 6º Bim 2017 e 2018 (Elaboração Própria)

Para fins de apuração da despesa realizada com MDE é importante esclarecer que além das despesas realizadas diretamente pelo Estado, deve-se considerar a diferença entre o valor transferido e o valor recebido do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Nos casos em que o montante recebido é inferior ao montante recebido do Fundeb, dizemos que o ente teve perda líquida e esse montante deve compor o valor de aplicação em MDE, uma vez que se trata de uma contribuição do estado para financiamento da educação brasileira, ou seja, uma aplicação indireta em educação³.

No caso de Alagoas, a Tabela abaixo demonstra a decomposição da despesa considerada para fins de apuração do limite constitucional, aplicação direta e indireta:

Comparativo da Aplicação Despesa Considerada para Fins de Apuração em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (2017-2018)			
Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Despesa Realizada Diretamente pelo Estado (a)	1.155,90	1.274,80	10,29%
Despesa Realizada Indiretamente pelo Estado (b)	665,7	711,7	6,91%
(+) Recursos Enviados para Fundeb	1.284,50	1.389,70	8,19%
(-) Recursos Recebidos do Fundeb	616	678	10,06%
(-) Cancelamentos RP anos anteriores	2,9	0	-
Total Aplicação MDE = (a) + (b)	1.821,60	1.986,50	9,05%

Fonte: RREO 6º Bim 2017 e 2018 (Elaboração Própria)

O total gasto em educação referente à aplicação direta na rede estadual somou R\$1.274,8 milhões em 2018, refletindo um gasto superior ao exercício anterior em 10,29%. Esse incremento na despesa foi motivado, sobretudo, pelo aumento na realização de receitas correntes as quais possuem vinculação do mínimo constitucional.

No que tange a aplicação indireta, verificamos na tabela acima que a “perda líquida” em 2018 foi 6,9% superior ao resultado de 2017, tal resultado pode ser explicado pela dinâmica distributiva do Fundeb na qual os recursos são distribuídos em função da proporção do número de alunos matriculados, anualmente, nas escolas estaduais. Assim, quando se analisa a aplicação total do estado em MDE, esse total foi, em 2018, 9,1% superior à aplicação realizada no exercício anterior (+164,9 milhões).

Por fim, a análise da aplicação em MDE demonstra que 57,3% dos recursos são destinados à Secretaria de Estado de Educação – Seduc, conforme ilustrado na tabela abaixo:

³ Para apuração do MDE, se faz necessário também verificar as despesas inscritas em Restos a Pagar em exercícios anteriores e que por ventura tenham sido canceladas ao longo do exercício corrente. Essa necessidade se explica pelo fato de que o valor aplicado em Educação deve ser preservado mesmo que por algum motivo aquela obrigação registrada não tenha se concretizado.

Aplicação em MDE por Unidade Gestora (2017-2018) (R\$ Milhões)					
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2018/2017
	2017	% PART.	2018	% PART.	
AMGESP - Agência de Modernização da Gestão de Processos	1,5	0,1%	1,7	0,1%	12,7%
Secretaria de Estado da Educação	663,1	57,4%	730,0	57,3%	10,1%
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas	34,2	3,0%	35,7	2,8%	4,4%
UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde do Estado de Alagoas	46,9	4,1%	45,3	3,6%	-3,4%
Encargos Gerais do Estado/Alagoas Previdência	410,3	35,5%	462,1	36,2%	12,6%
FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa	-	-	0,1	0,0%	
APLICAÇÃO EM MDE POR UNIDADE GESTORA	1.155,9	100,0%	1.274,8	100,0%	10,3%

Fonte: Siafem e Siafe - AL (Elaboração Própria)

2.7 Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

No que diz respeito à aplicação do mínimo constitucional em Saúde, nota-se, pela Tabela seguinte, que o estado de Alagoas aplicou, em 2018, valor superior ao mínimo constitucional de 12%, atingindo do total aplicado em saúde de 12,2% (R\$933,2 milhões). A aplicação em 2018 foi 6,6% superior à do ano anterior em termos absolutos (+R\$57,7 milhões).

Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (R\$ Milhões)			
Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (a)	875,5	933,2	6,6%
Total das Receitas para Aplicação do Índice (b)	7.092,3	7.674,4	8,2%
% Aplicação ASPS (a) / (b)	12,3%	12,2%	-0,8%

Fonte: RREO 6º Bim 2017 e 2018 (Elaboração Própria)

Analisando a Aplicação dos Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS por Sub-Função, verifica-se que no exercício de 2018 as despesas incorridas foram em grande parte destinadas a Assistência Hospitalar e Ambulatorial e a Administração Geral da Saúde Pública do Estado, que incluem despesas com pessoal e encargos sociais.

Aplicação por Sub-Função (R\$ milhões)

SUB - FUNÇÃO	2018	%
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,0	0,002%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	336,0	36,00%
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,1	0,01%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,9	0,10%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,1	0,01%
ATENÇÃO BÁSICA	19,8	2,12%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	463,0	49,61%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	58,5	6,27%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	4,3	0,46%
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,0	0,00%
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	50,5	5,41%
Aplicação em ASPS	933,2	100,00%

Fonte: Siafe/AL

Dessas despesas, 61% foram despesas com Custeio da Saúde Pública (Outras Despesas Correntes), 39% com Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos 0,3%.

Aplicação por Grupo de Despesa (R\$ mil)

GRUPO DE DESPESA	2018	%
INVESTIMENTOS	2,8	0,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	564,8	61%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	365,6	39%
Aplicação em ASPS	933,2	100%

Fonte: Siafe/AL

Vale ressaltar, que as despesas calculadas para fins do Mínimo Constitucional de 12% são expressamente aquelas com vinculação de receita de impostos. Entretanto, as despesas de Saúde são financiadas tanto com recursos de impostos (Recursos Ordinários) como por recursos advindos de Transferência do SUS, Convênios e com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza- FECOEP, este último apesar de ser um imposto estadual não é considerado para o cálculo dos 12% do Mínimo Constitucional. Essa disposição pode ser verificada na tabela a seguir.

Aplicação em Saúde - Fonte de Recursos (R\$ milhões)

FONTE DE RECURSOS	DESPESA EMPENHADA
0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	933,2
0110 - CONVÊNIO	6,3
0116 - FECOEP	97,2
0120 - SUS	264,1
TOTAL	1.300,7

Nota: Para o cálculo do Mínimo Constitucional foram deduzidas despesas de rubricas decorrentes, principalmente de restos a pagar cancelados e de despesas do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas (IPASEAL). Dessa forma para as outras fontes também não consideramos as rubricas correspondentes.

Fonte: Siafe/AL

Dessa maneira, a aplicação dos recursos em Saúde em 2018 foi de R\$ 1.300,7 milhões desse total 933,2 milhões referem-se aquelas despesas financiadas com recursos de vinculações de impostos (Recursos Ordinários).

Sob o ponto de vista de Grupo de Despesas, conforme pode se verificar na tabela a seguir mais de 100 milhões foram destinados a Despesas com Investimentos. Isso é reflexo do esforço que o Estado tem realizado na expansão do número de leitos por meio da Construção do Hospital da Mulher que será finalizada já no início de 2019, do Hospital Metropolitano com previsão de entrega para o final de 2019, e dos Hospitais Regionais (Sertão, Zona da Mata e da Região Norte). Além disso, serão entregues em 2019 mais 2 Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) em Maceió, melhorando o acesso da população a atendimentos de complexidade intermediária.

Aplicação em Saúde - Grupo de Despesa (R\$ milhões)	
GRUPO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
INVESTIMENTOS	101,7
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	833,5
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	365,6
TOTAL	1.300,7

Nota: Para o cálculo do Mínimo Constitucional foram deduzidas despesas de algumas rubricas de despesas referente, principalmente de restos a pagar cancelados, despesas do IPASEAL, etc. Dessa forma também não consideramos as rubricas correspondentes para todos os grupos de despesa na Função Saúde.

Fonte: Siafe/AL



**ASPECTOS
ORÇAMENTÁRIOS
E FINANCEIROS**

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Esta seção se dedica à avaliação entre o que foi planejado pela Lei Orçamentária Anual do Estado e o que foi realizado no ano de 2018. O Orçamento Público é uma importante ferramenta para o Planejamento Governamental e conta com três peças fundamentais para direcionar as ações e programas do governo de médio e curto prazo: i) o Plano Plurianual (PPA) – Lei Estadual nº 7.798/2016 e suas revisões - que se preocupa com um plano de médio prazo, estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as metas prioritárias do Estado no prazo de 4 (quatro) anos; ii) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Lei Estadual nº 13.473/2017 – com as metas e prioridades para o exercício do ano seguinte, responsável pelas diretrizes a serem seguidas na elaboração do orçamento anual, dispõe sobre as alterações na legislação e indica as diretrizes das agências financeiras de fomento; e iii) a Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei Estadual nº 7.986/2018 – que planeja as ações do Governo no curto prazo, em conformidade com as prioridades contidas no PPA, apresentando a estimativa das receitas que serão arrecadadas e fixando as despesas planejadas para serem executadas nesse período.

Nesse sentido, a discussão a seguir discorre sobre a LOA do Estado de Alagoas para o ano de 2018 e a execução orçamentária e financeira das receitas e despesas desse exercício.

3.1 A Lei Orçamentária Anual – LOA 2018 (Lei Estadual nº 7.986/2018)

De acordo com a previsão da LOA para 2018, o estado estimou o orçamento em R\$10.215 milhões, onde 91,1% seriam compostos por receita corrente (R\$ 9.301 milhões¹) e 8,9% por receita de capital (R\$ 914 milhões). Do lado da aplicação de recursos, o valor previsto para despesas correntes foi de R\$ 8.549 milhões, correspondendo a 83,7% do total, enquanto as despesas de capital seria de R\$ 1.629 milhões, correspondendo a 15,9%. Dentro das despesas correntes o custo com Pessoal e Encargos Sociais seria responsável por 62,9% do total e pelo lado das de capital o maior peso é com investimentos 13,3%.

A tabela abaixo demonstra de forma clara a estimativa da receita e a fixação da despesa constante da LOA 2018:

¹ Valor Líquido de Deduções.

Orçamento Anual do Estado de Alagoas 2018 (R\$ milhões)			
Receitas Correntes (a)	11.669	Despesas Correntes (a)	8.549
Receita Tributária	4.670	Pessoal e Encargos Sociais	6.431
Receita de Contribuições	1.916	Juros e Encargos da Dívida	377
Receita Patrimonial	264	Outras Despesas Correntes	1.742
Receita Agropecuária	0		
Receita de Serviços	161		
Transferências Correntes	4.567		
Outras Receitas Correntes	90		
Receita de Capital (b)	914	Despesas de Capital (b)	1.629
Operações de Crédito	366	Investimentos	1.356
Alienação de Bens	0	Inversões Financeiras	6
Amortização de Empréstimos	-	Amortização da Dívida	267
Transferências de Capital	548		
Outras Receitas de Capital	-		
Deduções (c)	(2.368)	Reserva de Contingência (c)	37
Formação do FUNDEB	(1.501)		
Transferências a Municípios	(867)		
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	10.215	TOTAL DA DESPESA = (a) + (b) + (c)	10.215

Fonte: Lei Estadual nº 7.986/2018 (LOA 2018)

No que tange a distribuição do orçamento por Poder, tem-se que 90% (R\$ 9.190 milhões) seria destinado ao Poder Executivo e 10% (R\$ 1.025 milhões) para os demais Poderes, com maior peso para os Poderes do Judiciário, Legislativo e Ministério Público com 5%, 2,1% e 1,5%, respectivamente.

Orçamento do Estado por Poder (R\$ milhões)		
Discriminação	2018	%
Poder Executivo	9.190	90,0%
Poder Legislativo	211	2,1%
Poder Judiciário	512	5,0%
Ministério Público	156	1,5%
Defensoria Pública	51	0,5%
Tribunal de Contas	95	0,9%
TOTAL DESPESA	10.215	100,0%

Fonte: Lei Estadual nº 7.986/2018

O orçamento de investimentos das empresas foi fixado pela LOA em seu art. 5º com uma despesa em R\$ 61.266.622,00, destacada dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Fica ainda estipulado, no caput do art. 6º, que a cobertura dessas despesas se dará pela geração de recursos próprios e de Operações de Crédito. Essa distribuição se dá conforme tabela a seguir:

Orçamento de Investimento Empresas Estaduais 2018 (R\$ milhões)	
Discriminação	Valor
Algás	9,6
Cepal	1,7
Lífal	2,6
Alagoas Ativos	5,0
Casal	42,3
TOTAL DESPESA	61,3

Fonte: Lei Estadual nº 7.986/2018

Inicialmente, no art. 7º da LOA, o Poder Executivo ficava autorizado até o limite de 15% do total das despesas fixadas a abrir créditos suplementares com os fins de transposição, remanejamento ou transferência. Posteriormente, por meio da Lei nº 8.813 de abril de 2018, esse percentual foi ampliado para 30%. No caso de alterações orçamentárias para os Demais Poderes e Órgãos, com exceção da Assembléia Legislativa, seria necessária autorização do Poder Legislativo.

3.2 Execução Orçamentária

A Execução Orçamentária pode ser definida como a utilização das dotações consignadas no orçamento anual enquanto a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando a atender a realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade. Diante disso, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a execução orçamentário-financeira ocorre concomitantemente e se refere ao processo de programação e realização da despesa levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais.

Essa presente seção discute a execução orçamentário e financeira do Estado de Alagoas no decorrer do exercício de 2018 e está dividida da seguinte maneira: i) uma visão geral quanto à execução orçamentário e financeira de 2018; ii) execução da receita, realizando uma análise comparativa com os números de 2017 e iii) execução da despesa também referenciada aos resultados do ano anterior.

3.2.1 Execução Orçamentária - Visão Geral

Em 2018 se alcançou uma receita realizada total de R\$ 10.084 milhões enquanto a despesa executada foi de R\$ 10.269 milhões, superando em 1,8% a receita realizada. Esse efeito foi ocasionado pelo impulso dos investimentos do Estado em relação ao ano de 2017 devido a poupança acumulada nos anos anteriores. Pelo lado das despesas tem-se que a despesa liquidada foi de 98,8% da empenhada. O gráfico a seguir demonstra a receita realizada, bem como a despesa empenhada e liquidada em 2018.

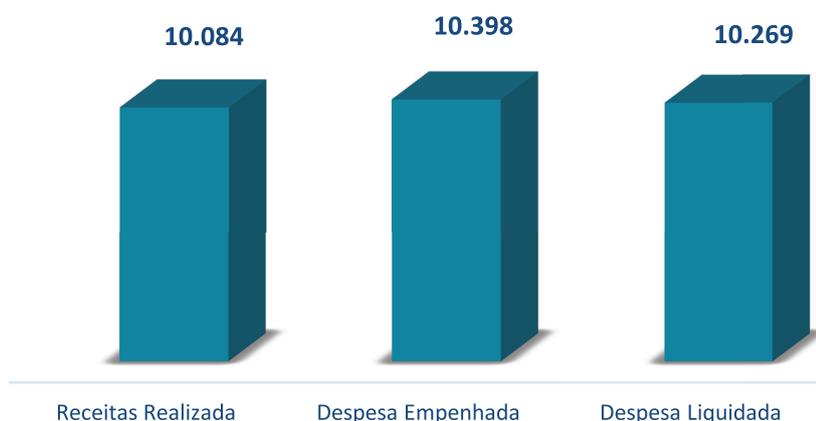


Gráfico 14 - Execução Orçamentária-Financeira 2018

Notas: Inclui Intra-Orçamentária

Fonte: Siafe/AL (Elaboração Própria)

Comparando a receita realizada com a previsão atualizada, o percentual de assertividade foi de 92,6%. Esse resultado foi influenciado principalmente pela conta de Transferências de Capital que finalizou o ano com apenas 2,9% (déficit de R\$ 532 milhões) do previsto inicialmente. Esse resultado indica principalmente frustração de receita por meio Transferência de Convênio da União, tendo em vista a superestimação dessa receita realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag). Corroborando para esse resultado, a conta de Operações de Crédito com (36,7%) também não chegou a se realizar completamente no ano, tendo em vista que o desembolso previsto para o último bimestre de 2018 ocorreu apenas no primeiro bimestre de 2019. Entretanto, a realização de receita corrente superou o previsto em cerca de 1,2% (+R\$149 Milhões) resultado de uma maior participação da receita de Serviços, Tributária e Transferências.

Receita Estadual - Previsão x Realização 2018 (R\$ milhões)				
Discriminação	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receita realizada (c)	% Realizado (c) / (b)
Receitas Correntes (a)	11.669	12.340	12.489	101,2%
Receita Tributária	4.670	4.946	5.124	103,6%
Receita de Contribuições	1.916	1.961	1.897	96,7%
Receita Patrimonial	264	268	166	61,8%
Receita Agropecuária	0	0	-	0,0%
Receita de Serviços	161	175	203	116,1%
Transferências Correntes	4.567	4.897	5.022	102,5%
Outras Receitas Correntes	90	92	78	84,3%
Receita de Capital (b)	914	914	152	16,7%
Operações de Crédito	366	366	134	36,7%
Alienação de Bens	0	0	2	3088,0%
Amortização de Empréstimos	-	-	1	-
Transferências de Capital	548	548	16	2,9%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Deduções (c)	2.368	2.368	2.557	108,0%
Formação do FUNDEB	1.501	1.501	1.390	92,6%
Transferências a Municípios	867	867	1.168	134,7%
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	10.215	10.886	10.084	92,6%

Fonte: SIAFE/AL

As Despesas Correntes, de uma forma geral, têm como finalidade a manutenção da máquina pública e ao atingir um cumprimento de 94,7% entre as despesas liquidadas e dotação atualizada, deixou de gastar em valores brutos R\$ 506 milhões. Esse movimento foi necessário para se adequar às frustrações das Receitas de Capital que eram provenientes de Transferências de Convênios da União. Adicionalmente, as Despesas de Capital também reduziram atingido 65,97%, em grande parte essas despesas foram financiadas pelo superávit nas receitas correntes.

Despesa Estadual - Previsão x Realização 2018 (R\$ milhões)						
Discriminação	Dotação inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Empenhada (c)	Despesa Liquidada (d)	% Emp/ Atualizado (c)/(b)	% Liq/ Atualizado (d)/(b)
Despesas Correntes	8.549	9.543	9.105	9.037	95,41%	94,69%
Pessoal e Encargos Sociais	6.431	6.919	6.716	6.716	97,06%	97,06%
Juros e Encargos da Dívida	377	327	326	326	99,71%	99,71%
Outras Despesas Correntes	1.742	2.296	2.062	1.994	89,81%	86,83%
Despesas de Capital	1.629	1.868	1.293	1.232	69,24%	65,97%
Investimentos	1.356	1.543	971	910	62,91%	58,95%
Inversões Financeiras	6	11	9	9	83,02%	83,02%
Amortização da Dívida	267	313	313	313	99,90%	99,90%
Reserva de Contingência	37	1	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL DA DESPESA	10.215	11.412	10.398	10.269	91,12%	89,98%

Fonte: SIAFE/AL

Conforme mencionado anteriormente o Poder Executivo apresenta um limite autorizado para a realização de alterações no orçamento de 30% de acordo com o art. 7º da Lei 7.986/2018, do qual o Estado utilizou de 26,4% (2.693 milhões) atendendo assim o estabelecido pela legislação como pode ser verificado na tabela abaixo:

Limite de Créditos Adicionais 2017 (R\$ milhões)	
Discriminação	Valor
Orçamento Inicial - Lei 7.986/2018	10.215
Limite - 30% - Lei 8.813/2018 (Art. 1º)	3.064
Créditos Adicionais	2.693
% Realização de Créditos	26,36%

Fonte: SEPLAG

3.2.2 Execução Orçamentária da Receita

Ao se elaborar o orçamento, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser levado em consideração. Para isso, é necessário que se analise a capacidade de arrecadação do Governo, tendo em vista que é a partir da expectativa de receita para o exercício, que as despesas devem ser fixadas.

Conforme já observado na seção anterior, em 2018, a receita total arrecadada pelo estado de Alagoas atingiu o montante de R\$ 10.084 milhões, correspondendo a 92,6% da previsão atualizada para o exercício. Do total arrecadado, considerando as deduções, tem-se que a Receita de Corrente responde por 82,2%, a Receita Intra-Orçamentária por 16,3%, e a Receita de Capital representou apenas 1,5% do total.

Execução da Receita 2018 (R\$ milhões)				
Discriminação	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receita realizada (c)	% realizado (c) / (b)
Receita Corrente	10.043	10.660	10.845	101,7%
<i>(-) Deduções - Formação Fundeb</i>	1.501	1.501	1.390	92,6%
<i>(-) Deduções - Transf aos Municípios</i>	867	867	1.168	134,7%
Receita de Capital	892	892	152	17,1%
Receita Intra-Orçamentária	1.647	1.701	1.645	96,7%
<i>Corrente</i>	1.626	1.679	1.645	98,0%
<i>de Capital</i>	21	21	-	0,0%
TOTAL DA RECEITA	10.215	10.886	10.084	92,6%

Fonte: Siafe/AL

Nota-se ainda, na execução da receita, que as transferências aos municípios superaram em 34,7% (R\$ 301 milhões) a previsão atualizada. Isso acontece devido ao efeito das vinculações das principais contas da receita corrente. Como essas aumentaram, consequentemente, houve influência no volume repassado aos municípios.

Comparativo da Arrecadação Estadual (R\$ milhões)			
Discriminação	Receita Realizada 2017	Receita Realizada 2018	Δ % 2018/2017
Receita Corrente	10.003	10.845	8,41%
(-) Deduções - Formação Fundeb	1.285	1.390	8,19%
(-) Deduções - Transf aos Municípios	1.074 ¹	1.168	8,72%
Receita de Capital	371	152	-58,87%
Receita Intra-Orçamentária	1.577	1.645	4,31%
Corrente de Capital	1.575	1.645	4,41%
	1	-	-100,00%
TOTAL DA RECEITA	9.592	10.084	5,14%
TOTAL DA RECEITA (exceto Intra-Orçamentária)	8.015	8.440	5,30%

¹ Em 2017 foi acrescentado as Transf. aos Municípios para que se possa ter uma comparação real do período

Fonte: SIAFE/AL

A arrecadação em 2018 foi maior em relação ao exercício anterior decorrente do aumento de 8,4% (R\$ 842 milhões) da Receita Corrente e por parte do incremento da Receita Intra-Orçamentária de 4,3% (R\$ 68 milhões).

Dos grandes grupos de Receitas, a de Capital foi a única que apresentou queda de 58,9% (-218 milhões) em relação a 2017. Esse peso, porém, dentro do total, foi mitigado para 1,5% face o incremento da Receita Corrente, fruto principalmente, dentre outros fatores, dos esforços de arrecadação própria.

Para facilitar a análise, será realizada uma breve descrição quanto à realização das receitas por rubrica.

3.2.2.1 Receita Corrente

Analisando a Receita Corrente, deduzida as transferências para formação do Fundeb e transferências aos municípios, verifica-se que estas totalizaram R\$ 8.287 milhões no ano corrente. A principal fonte de arrecadação do estado de Alagoas em 2018 são as Transferências Correntes Líquidas com participação de 51,4% (R\$ 4.259 milhões), seguido pela Tributária, 40,3% das receitas correntes (R\$ 3.336 milhões). As demais receitas foram responsáveis por 8,4% (R\$ 692 milhões).

Receita Corrente (R\$ Milhões)					
DISCRIMINAÇÃO	2017	% PART/R C 2017	2018	% PART/R C 2018	Δ % 2018/2017
Receita Tributária Líquida	3.053,1	39,9%	3.336,2	40,3%	9,3%
Receita de Contribuições	274,2	3,6%	278,7	3,4%	1,6%
Receita Patrimonial	220,3	2,9%	159,4	1,9%	-27,6%
Receita Agropecuária	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Receita de Serviços	193,0	2,5%	184,3	2,2%	-4,5%
Transferências Correntes Líquidas	3.807,5	49,8%	4.258,6	51,4%	11,8%
Outras Receitas Correntes	96,1	1,3%	69,9	0,8%	-27,3%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	7.644,2	100,0%	8.287,1	100,0%	8,4%

Notas:

(1) Em 2017 foram deduzidas as Transferências Constitucionais aos Municípios, já que em 2018 elas passaram a ser contabilizadas como deduções da receita.

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Realizando uma análise de 2018 em relação a 2017, a Receita Corrente teve uma variação positiva de 8,4%, puxada sobretudo pela Tributação e pelas Transferências Correntes Líquidas que apresentaram aumento de 9,3% e 11,8%, respectivamente. Vale a pena ressaltar que da Receita Tributária de 2017 foi deduzido as Transferências aos Municípios no valor de R\$ 1.059 milhões, de forma que no comparativo de mesma base, o Estado de Alagoas aumentou a sua receita própria em R\$ 283,1 milhões.

Conforme explicado no início deste tópico, a Receita Corrente possui grande importância, pois ela é fonte da manutenção das atividades governamentais. Além disso, devido às suas características, a maior parte das rubricas que compõe esse grupo de receita apresenta um comportamento regular. Diante disso, as subcategorias econômicas que compõe a Receita Corrente serão objeto de análise a seguir.

(i) Receita Tributária Líquida

A Receita Tributária Líquida é aquela advinda dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria do qual apresentou crescimento de 9,3% em relação ao exercício anterior. Os impostos tiveram um incremento de 8,97% efeito decorrentes principalmente da elevação da receita de ICMS que em 2018 teve um incremento de (+329 milhões) com relação a 2017. Já as taxas tiveram um incremento de 25,6% em 2018.

Receita Tributária (R\$ milhões)			
Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Impostos	4.634,61	5.050,30	9,0%
IR	432,9	459,9	6,2%
IPVA	281,77	306,2	8,7%
ITCD	10,56	16,3	54,4%
ICMS	3.672,30	4.002,00	9,0%
FECOEP	237,08	265,9	12,2%
Taxas	58,7	73,7	25,6%
Exercício do Poder de Polícia	28,7	38,9	35,5%
Prestação de Serviços	30	34,8	16,0%
Contribuição de Melhoria	0	0	0,0%
(-) Dedução Formação Fundeb	581,2	634,2	9,1%
(-) Dedução Transf aos Municípios	1.059	1.153,60	8,9%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	3.053,11	3.336,20	9,3%

Notas:

(1) Em 2017 foram deduzidas as Transferências Constitucionais aos Municípios, já que em 2018 elas passaram a ser contabilizadas como deduções da receita.

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Com relação à arrecadação de impostos, todos os tributos estaduais, apresentaram em 2018 resultados superiores aos alcançados em 2017. Vale ressaltar o desempenho ICMS - Principal que teve um incremento de 9% (R\$ 329,7 milhões), isto contribuiu com 79,2% dos Impostos em 2018, enquanto os demais impostos - IR, IPVA, ITCD, FECOEP - respondem juntos por uma participação de 20,8% (R\$ 1048,3 milhões).

Destarte, a boa performance da arrecadação de ICMS, bem como dos demais impostos, foi impulsionada sobretudo pela melhoria no âmbito interno da Receita Estadual, com a otimização de processos e sistemas informatizados. Isto é, não ocorreram ajustes em alíquotas tributárias ao longo do exercício de 2018.

(ii) Receita de Contribuições

Receitas de Contribuições são aquelas realizadas pelos servidores do Estado para com a Previdência Social. Em 2018 foi totalizado R\$ 278,7 milhões, variação positiva de 1,6% em relação a 2017 com destaque para as contribuições dos servidores civis inativos que contribuíram com R\$ 36,2 milhões e pelos precatórios que atingiu R\$ 10,9 milhões, juntos estes dois tipos de contribuições foram responsáveis por melhorar a arrecadação de 2018 visto que as demais tiveram resultados piores no relativo de 2017.

DISCRIMINAÇÃO	Contribuições (Milhões)		
	2017	2018	Δ % 2018/2017
Contrib. Previdenciárias do Regime Próprio	274,2	278,7	1,6%
<i>Contribuição de Servidor Ativo Civil</i>	164,7	157,7	-4,3%
<i>Contribuição de Servidor Ativo Militar</i>	62,9	59,1	-6,0%
<i>Contribuição de Servidor Inativo Civil</i>	11,8	36,2	206,8%
<i>Contribuição de Servidor Inativo Militar</i>	28,7	14,6	-49,3%
<i>Contribuição do Pensionista Civil</i>	-	0,3	-
<i>Contribuição Servidor - Precatórios Lei 6410/2003</i>	4,7	10,9	129,7%
<i>Outras Contribuições Previdenciárias</i>	1,4	-	-100,0%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	274,2	278,7	1,6%

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

(iii) Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial é resultante das entradas de recursos decorrentes de investimentos e outros rendimentos do ativo permanente, bem como aplicações financeiras, ou seja, se refere a receitas financeiras.

DISCRIMINAÇÃO	Receita Patrimonial (R\$ Milhões)		
	2017	2018	Δ % 2018/2017
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7,0	10,9	55,7%
Valores Mobiliários	190,9	110,3	-42,2%
<i>Remuneração Depósitos Bancários</i>	187,1	106,8	-42,9%
<i>Demais Valores Mobiliários</i>	3,8	3,6	-5,3%
Exploração de Recursos Naturais	0,8	1,7	112,5%
Cessão de Direitos	-	15,0	0,0%
Demais Receitas Patrimoniais	21,6	21,5	-0,5%
RECEITA PATRIMONIAL	220,3	159,4	-27,6%

Nota

(1): Foram consideradas no exercício de 2017 as receitas de Recursos Naturais (Royalties, Hídricos e Minerais) que em 2018 passaram a ser contabilizadas como Receitas Patrimoniais, antes classificadas como Transferências Correntes.

(2): Em 2017 foram deduzidas as Transferências Constitucionais aos Municípios, já que em 2018 elas passaram a ser contabilizadas como deduções da receita.

(3) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

O Estado recebe da União, por meio das transferências intergovernamentais os royalties incidentes sobre a exploração de recursos hídricos, minerais e petróleo. Em 2017, essas receitas eram contabilizadas no grupo Transferências Correntes e a partir de 2018 passaram a ser classificadas na Receita Patrimonial na espécie Demais Receitas Patrimoniais e Exploração de Recursos Naturais.

Em contrapartida, a diminuição percebida na remuneração de depósitos aconteceu devido à redução no montante aplicado, bem como da própria rentabilidade dos ativos, tendo em vista a queda na taxa básica de juros da economia² de 10,11% em 2017 para 6,58% em 2018. A diferença no valor mantido em caixa aconteceu porque em 2017 o estado começou o ano com receitas extraordinárias do final de 2016, que foram consumidas parte em 2017, e que não se repetiram em 2018: os recursos provenientes da repatriação e a venda da folha de pagamento do Poder Executivo para a Caixa Econômica.

(iv) Receita de Serviços

A Receita de Serviços é aquela propriamente decorrente de prestação de serviços básicos como de trânsito, transporte, saúde, comunicação etc. Em 2018 foi arrecadado R\$ 184,3 milhões em Receitas de Serviços, cerca de 4,6% menor que em relação a 2017. Os Serviços Administrativos e Comerciais Gerais respondem por uma redução de aproximadamente R\$ 9 milhões na execução da receita de serviços.

Essas receitas são majoritariamente decorrentes da arrecadação de serviços prestados pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Alagoas - DETRAN, sozinho o órgão compõe cerca de 74,1% (R\$ 136,5 milhões) do montante total das Receitas de Serviços.

Receita de Serviços (R\$ milhões)			
Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	169,8	160,6	-5,4%
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	22,8	23,3	2,1%
Serviços e Atividades Financeiras	0,3	-	-100,0%
Outros Serviços	0,1	0,4	176,3%
RECEITA DE SERVIÇOS	193,0	184,3	-4,6%

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

(v) Transferências Correntes

Os recursos advindos das transferências correntes no ano de 2018 foi responsável por 42,2% da Receita Total no Estado de Alagoas, em um montante de R\$ 4.258,6 milhões superando o exercício anterior em 11,8% (R\$ 3.807,5 milhões).

O Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) corresponde a 91,8% do total das transferências o que se comparado com a receita total equivale a 37,3% do que

²A Taxa Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>.

é arrecadado pelo Estado, sendo assim de fundamental importância para o planejamento do exercício em andamento. No comparativo entre 2017 e 2018 o fundo teve crescimento de R\$ 260,9 milhões (+ 7,5%).

Transferências Correntes (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Transf. da União e de suas Entidades	4516,8	5007,7	10,9%
<i>FPE</i>	3495,3	3756,2	7,5%
<i>Fundeb</i>	609,0	674,5	10,8%
<i>SUS</i>	243,0	264,1	8,7%
<i>Convênios</i>	84,8	210,0	147,6%
<i>CIDE</i>	23,8	19,1	-19,7%
<i>FNDE</i>	15,0	15,9	6,0%
<i>LC 87/96</i>	12,3	12,0	-2,4%
<i>Demais Transferências</i>	33,6	56,2	67,3%
Transf. dos Estados e de suas Entidades	0,4	0,0	-100,0%
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	1,0	11,2	1020,0%
Transf. das Instituições Privadas	1,4	3,3	135,7%
Transf. Outras Instituições Públicas	0,1	0,0	-100,0%
(-) Dedução Formação Fundeb	703,4	755,5	7,4%
(-) Dedução Transf aos Municípios	9,0	7,9	-12,2%
TRANSF. CORRENTES LÍQUIDAS	3807,5	4258,6	11,8%

Nota:

(1) Foram desconsideradas no exercício de 2017 as receitas de Recursos Naturais (Royalties, Hídricos e Minerais) que em 2018 passaram a ser contabilizadas como Receitas Patrimoniais.

(2) Em 2017 foram deduzidas as Transferências Constitucionais aos Municípios, já que em 2018 elas passaram a ser contabilizadas como deduções da receita.

(3) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Em relação ao ano de 2017 o grupo de contribuições que apresentou maior crescimento proporcional foi a Transferências de Municípios e suas Entidades, com aproximadamente 1020% (+R\$ 10,2 milhões). Em termos absolutos o grupo de Transferências da União e suas Entidades cresceu 10,9% (+R\$ 490,9 milhões). A conta de Demais Transferências apresentou variação positiva de 67,3% (R\$ 22,6 milhões). Ademais, ocorreu incremento significativo de 147,6% (+R\$ 125,2 milhões) nas rubricas de Convênios em 2018.

(vi) Outras Receitas Correntes

A realização de outras receitas correntes foi de R\$ 96,1 milhões no exercício de 2017 e de R\$ 69,9 milhões em 2018. É importante destacar que essa redução se deu pela queda das Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais e das Indenizações, Restituições.

Ocorreu que em 2017 houve incremento nesta rubrica de outras receitas correntes, principalmente devido à entrada de recursos extraordinários advindos da União em auxílio ao estado pelos danos causados pelas fortes chuvas do período (R\$ 17,1 milhões).

Outras Receitas Correntes (Milhões)			
Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	44,39	16,9	-61,93%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	31	4,4	-85,81%
Receita da Dívida Ativa	-	-	
Demais Receitas Correntes	20,7	48,6	134,78%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	96,09	69,9	-27,26%

Nota:

(1) Foram desconsideradas no exercício de 2017 as receitas de dívida ativa, multas e juros da dívida ativa e multas e juros dos impostos que 2018 passaram a ser contabilizadas nos respectivos impostos de origem.

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

3.2.2.2 Receita de Capital

No exercício de 2018 a realização de Receita de Capital apresentou um decréscimo de 58,9% (-R\$ 218,2 milhões) em relação a 2017. Esse resultado é explicado pela forte redução das Transferências de Capital, a qual passou de R\$ 245,6 milhões em 2017 para R\$ 15,9 milhões em 2018, redução de 93,5%. Como já explicado, essa diminuição aconteceu pela queda no repasse outras Transferências de Convênio com a União.

Receita de Capital (R\$ Milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Operações de Crédito	124,4	134,1	7,8%
Alienação de Bens	0,1	1,7	1037,9%
Amortização de Empréstimos	0,6	0,7	28,9%
Transferências de Capital	245,6	15,9	-93,5%
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	370,7	152,5	-58,9%

Fonte: SIAFE/AL

3.2.3 Execução Orçamentária da Despesa

O Controle das Despesas é de fundamental importância para a eficiência de Gestão de qualquer organização, sobretudo no que diz respeito à Administração Pública, visto que desembolsos são necessários para o seu bom funcionamento. Nesta seção o comportamento das Despesas bem como sua evolução entre os exercícios de 2017 e 2018 será melhor analisado.

A Dotação Atualizada ao final de 2018 foi R\$ 11.412,30 milhões, da qual foi assertivo o percentual de 91,12% equivalente a um montante de R\$ 10.398,46. Ele está decomposto em 70,30% (R\$7.310,51 milhões) de Despesa Corrente, 17,32% (R\$ 1.800,61 milhões) de Despesa Intra-Orçamentária e 12,38% (R\$ 1.287,33 milhões) de Despesa de Capital. Percebe-se que o Estado teve boa previsibilidade em relação a Dotação Atualizada.

Execução Despesa Estadual (R\$ Milhões)				
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Despesa Corrente	6.958,5	7.711,2	7.310,5	94,8%
Despesa de Capital	1.628,7	1.861,6	1.287,3	69,2%
Despesa Intra-Orçamentária	1.591,0	1.838,5	1.800,6	97,9%
<i>Corrente</i>	1.590,6	1.832,0	1.794,6	98,0%
<i>De Capital</i>	0,4	6,4	6,0	93,8%
Reserva de Contingência	36,7	1,0	-	-
TOTAL DA DESPESA	10.214,9	11.412,3	10.398,5	91,1%

Fonte: SIAFE/AL

Em relação à Dotação Inicial, a despesa empenhada foi superior em 1,80% (+R\$183,53) do total previsto, com a Despesa de Capital atingindo apenas 79,04% ficando abaixo do que havia sido planejado inicialmente, contudo com um valor de investimento superior quando comparado aos períodos anteriores. Essa análise está demonstrada da seção de Despesa de Capital.

Abrindo ainda mais a composição desta despesa por grupo, verifica-se que os gastos com Pessoal possui maior peso com cerca de 47,67% (R\$ 4.957,42 milhões) seguido por Outras Despesas Correntes com 19,49%, um montante equivalente a R\$ 2.026,69 milhões, em seguida dos Investimentos e Inversões e Serviço da Dívida com 6,23% e 4,49% respectivamente.

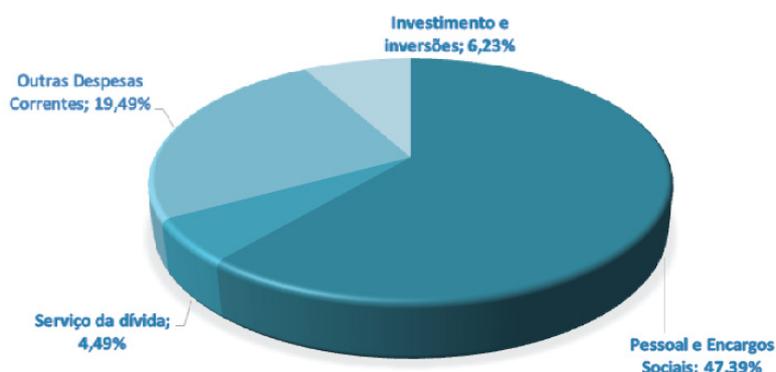


Gráfico 15 - Participação na Execução da Despesa 2018

Fonte: SIAFE/AL (Elaboração Própria)

Comparativamente a 2017 tem-se que as despesas tiveram acréscimo de 10,57% (+R\$ 821,9 milhões) observando apenas as Despesas Exceto Intra-Orçamentárias. Considerando o total das despesas, houve um incremento de 10,77%. Na decomposição da Despesa Total, as despesas correntes apresentaram aumento de 6,49%(+R\$ 445,30 milhões), enquanto a Despesa de Capital cresceu 41,35%, representando um volume de R\$ 376,6 milhões a mais. Esse cenário demonstra o esforço em aumentar o volume de investimento do Estado.

Comparativo de Execução da Despesa por Categoria e Grupo (R\$ Milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	DESPESA EMPENHADA 2018	Δ % 2018/2017
Despesa Corrente	6.865,20	7.310,50	6,49%
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	4.838,30	4.957,40	2,46%
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	210,7	326,4	54,91%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.816,20	2.026,70	11,59%
Despesa de Capital	910,7	1.287,30	41,35%
<i>Investimento</i>	639,1	970,4	51,84%
<i>Inversão Financeira</i>	12,8	3,8	-70,31%
<i>Amortização da Dívida</i>	258,8	313,2	21,02%
Despesa Intra-Orçamentária	1.611,10	1.800,60	11,76%
<i>Corrente</i>	1.609,60	1.794,60	11,49%
<i>De Capital</i>	1,5	6	300,00%
TOTAL DA DESPESA	9.387,00	10.398,40	10,77%
TOTAL DA DESPESA (exceto intra-orçamentária)	7.775,90	8.597,80	10,57%

Nota: Para fins de comparação foram desconsideradas em 2017 as despesas referentes às Transferências a Municípios que em 2018 passaram a ser contabilizadas como dedução de receita.

Fonte: SIAFE/AL

Na execução da Despesa por Função os maiores incrementos verificados foram em Encargos Sociais (+R\$ 213,2 milhões; 15,8%), Saúde (+R\$ 205,7 milhões; 18,3%), Transportes (+R\$ 151,9 milhões; 54,4%), Educação (+R\$ 131,3 milhões; 10,9%), Previdência Social (+R\$ 125,3 milhões; 6,9%), Judiciária (+R\$ 66,6 milhões; 12,5%) e Segurança Pública (+R\$ 60,1 milhões; 4,6%).

Comparativo da Execução da Despesa por Função (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	DESPESA EMPENHADA 2018	Δ % 2018/2017
01 - Legislativa	278,1	317,4	14,13%
02 - Judiciária	534,7	601,3	12,46%
03 - Essencial à Justiça	177,9	168,2	-5,45%
04 - Administração	592	508	-14,19%
06 - Segurança Pública	1.300,90	1.361,00	4,62%
08 - Assistência Social	32	66	106,25%
09 - Previdência Social	1.826,60	1.951,90	6,86%
10 - Saúde	1.125,60	1.331,30	18,27%
11 - Trabalho	4,8	5,1	6,25%
12 - Educação	1.199,90	1.331,20	10,94%
13 - Cultura	21	16,2	-22,86%
14 - Direitos da Cidadania	199,1	232,8	16,93%
15 - Urbanismo	22,1	32,4	46,61%
16 - Habitação	5,6	3,3	-41,07%
17 - Saneamento	32,8	53,1	61,89%
18 - Gestão Ambiental	164,8	210,4	27,67%
19 - Ciência e Tecnologia	60,5	54,3	-10,25%
20 - Agricultura	133,4	115,5	-13,42%
21 - Organização Agrária	2,1	2,5	19,05%
22 - Indústria	6,8	7	2,94%
23 - Comércio e Serviços	18,8	16,5	-12,23%
24 - Comunicações	7,7	7,9	2,60%
25 - Energia	0	-	
26 - Transporte	279,2	431,1	54,41%
27 - Desporto e Lazer	9,7	10	3,09%
28 - Encargos Especiais	1.351,00	1.564,20	15,78%
TOTAL DA DESPESA	9.387,10	10.398,60	10,78%
TOTAL DA DESPESA (exceto intra-orçamentária)	7.775,90	8.597,80	10,57%

Nota:

(1) Para fins de comparação foram desconsideradas em 2017 as despesas referentes às Transferências a Municípios que em 2018 passaram a ser contabilizadas como dedução de receita.

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Na execução das despesas por Poderes, o Poder Executivo responde por 88,59% (R\$ 7.617,0 milhões) e os Demais Poderes e Órgãos por 11,41% (R\$980,8 milhões) restantes. Em relação a 2017 o Poder Executivo aumentou suas despesas em cerca de 10,58% (+ R\$ 728,8 milhões) enquanto os Demais Poderes aumentaram em 10,49% (+R\$ 93,1 milhões).

Comparativo da Execução da Despesa por Categoria e Grupo 2018 (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	DESPESA EMPENHADA 2018	Δ % 2018/2017
Demais Poderes e Órgãos	887,7	980,8	10,49%
Assembleia Legislativa	182,7	176,7	-3,28%
Tribunal de Contas	67,4	72,8	8,01%
Tribunal de Justiça	459,3	539,5	17,46%
Ministério Público	137,5	151,1	9,89%
Defensoria Pública	40,8	40,6	-0,49%
Poder Executivo	6.888,20	7.617,00	10,58%
TOTAL DA DESPESA	7.775,90	8.597,80	10,57%

Notas:

(1) Para fins de comparação foram desconsideradas em 2017 as despesas referentes às Transferências a Municípios que em 2018 passaram a ser contabilizadas como dedução de receita

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No que diz respeito aos Demais Poderes, a análise dos dados demonstra que todos os poderes apresentaram incremento, exceto a Assembleia Legislativa que declinou 3,28% (-R\$ 6 milhões) e Defensoria Pública -0,49%, destaque para o Tribunal de Justiça que sofreu uma elevação em 17,46% (+R\$ 80,2 milhões).

A análise da despesa pela ótica da fonte de financiamento evidencia que os recursos provenientes do Tesouro Estadual (0100), que são Recursos Ordinários, foram responsáveis por 52,93% do total. Dentre as demais fontes que financiam as despesas do estado, as que merecem destaque são o FECOEP que aumentou em 172,70% as despesas financiadas (+R\$ 172,70 milhões) e o salário-educação que aumentou 101,70% (+R\$ 10,1 milhões), conforme pode ser demonstrado na Tabela a seguir.

Comparativo da Despesa por Fonte de Recursos (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	DESPESA EMPENHADA 2018	Δ % 2018/2017
0100 Recursos Ordinários*	4.523,50	4.550,70	0,60%
0103 CIDE*	16,5	15,6	-5,50%
0106 FEP	14,8	15,4	4,10%
0107 Salário Educação - Estadual	9,9	20	101,70%
0108 Salário Educação - Federal	2,8	0,2	-92,10%
0109 Royalties*	15,4	18,9	22,90%
0110 Convênios	280,3	390,5	39,30%
0112 Taxa de Prevenção à Incêndio	3,9	3	-23,70%
0113 Fundeb	556,1	624,8	12,40%
0114 Recursos Hídricos	11,1	4	-63,70%
0115 Fundo Proteção e Combate à Incêndio	2,6	1,1	-58,20%
0116 FECOEP	79,5	216,7	172,70%
0120 SUS	201,3	264,1	31,20%
0121 Serviços Hospitalares - CBM	0	-	-100,00%
0122 Fundo Estadual de Defesa Civil	0,5	0	-99,90%
0123 Transf. Obrigatórias da União	27	6,5	-76,10%
0143 Doações de Entidades Internacionais	0	-	-100,00%
0148 Operações de Crédito Externas	7,7	15,1	97,30%
0150 Proconfis	14,2	-	-100,00%
0151 Operações de Crédito Internas	-	267,5	-
0152 Proinvest	-	4,4	-
0158 Depósitos Judiciais	-	1	-
0202 Recursos Próprios - Previdência	1.793,90	1.934,70	7,80%
0291 Recursos da Adm. Indireta	215	243,7	13,40%
TOTAL DA DESPESA	7.775,90	8.597,80	10,60%

Notas:

(1) Para fins de comparação foram desconsideradas em 2017 as despesas referentes às Transferências a Municípios que em 2018 passaram a ser contabilizadas como dedução de receita.

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

As próximas subseções serão destinadas ao detalhamento das Despesas Correntes e das Despesas de Capital, inclusive comparando o montante executado em 2018 com o do exercício anterior.

3.2.3.1 Despesas Correntes

As Despesas Correntes no exercício de 2018 alcançaram o montante de R\$ 7.310,50 milhões, divididos em 67,80% com despesas com Pessoal e Encargos (R\$ 4.957,40%), 27,70% com Outras Despesas Correntes (R\$ 2.026,70 milhões) e 4,50% com Juros e Encargos da Dívida (R\$ 326,40 milhões). Em 2017 essa composição era diferente, com 70,48%, 26,46% e 3,07%, respectivamente. Em termos gerais as despesas correntes tiveram um acréscimo de cerca de 6,49% (+R\$ 445,30 milhões) em relação ao ano anterior, consequência direta do aumento de Outras Despesas Correntes (+R\$ 210,50 milhões) e do pagamento do Juros e Encargos da Dívida (+R\$ 115,70 milhões).

Despesas Correntes (R\$ Milhões)					
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2018/2017
	2017	% PART.	2018	% PART.	
Pessoal e Encargos Sociais	4.838,30	70,48%	4.957,40	67,80%	2,46%
Juros e Encargos da Dívida	210,7	3,07%	326,4	4,50%	54,91%
Outras Despesas Correntes	1.816,20	26,46%	2.026,70	27,70%	11,59%
Despesas Correntes	6.865,20	100,00%	7.310,50	100,00%	6,49%

Notas:

(1) Para fins de comparação foram desconsideradas em 2017 as despesas referentes às Transferências a Municípios que em 2018 passaram a ser contabilizadas como dedução de receita.

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Os Juros e Encargos da Dívida foi o grupo de despesa que apresentou maior crescimento relativo, atingindo um percentual de 54,91% (+R\$ 115,68 milhões) seguido por Despesas com Pessoal que cresceu 2,46%. A explicação para o crescimento dessas despesas deve-se ao fim da redução extraordinária concedida nas parcelas mensais da dívida Lei nº 9.496/97 firmada junto à União, benefício decorrente de seu refinanciamento no âmbito da LC nº 156/2016. Desde o início do exercício de 2017 o Estado usufruía de descontos concedidos em percentuais decrescentes sobre as prestações dessa dívida, a previsão legal dessas reduções, se estendeu até junho de 2018, desde então o estado paga integralmente o valor da parcela mensal devida.

Pessoal e Encargos Sociais

Pessoal e Encargos Sociais é o grupo da despesa corrente com maior peso, 67,80% atingindo um montante de R\$ 4.957,40 milhões como já mencionado anteriormente. Deste grupo, tem-se o Pessoal Ativo (53,86%) e Pessoal Inativo e Pensionista (40,87%) juntos somando 94,73% do total desse grupo, equivalente a R\$ 4.696,3 milhões. Os percentuais restantes correspondem a Contratação por Tempo Determinado (2,53%), Demais Despesas de Pessoal (1,60%), Obrigações Patronais (0,90%) e Indenizações e Sentenças Judiciais (0,24%).

Pessoal e Encargos Sociais (R\$ Milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	DESPESA EMPENHADA 2018	Δ % 2018/2017
Pessoal Ativo	2.583,0	2.670,2	3,4%
Pessoal Inativo e Pensionista	1.900,6	2.026,1	6,6%
Contratação por Tempo Determinado	99,3	125,2	26,1%
Obrigações Patronais	48,9	44,6	-8,9%
Indenizações e Sentenças Judiciárias	146,4	12,1	-91,7%
Demais Despesas de Pessoal	60,0	79,2	32,0%
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.838,3	4.957,4	2,5%

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No comparativo entre os exercícios de 2018 e 2017, o maior incremento em volume financeiro foi com o Pessoal Inativo e Pensionista, R\$ 125,5 milhões, enquanto a menor diminuição de despesas foi com Indenizações e Sentenças Judiciais com -R\$ 134,3 milhões.

Apesar da despesa com Inativos e Pensionistas ser inferior à despesa com os Servidores Ativos, nota-se que a primeira teve uma variação maior em relação ao exercício de 2017. Esse crescimento impulsiona os gastos com Pessoal à medida que é necessário recompor o quadro de servidores, além da responsabilidade estadual de arcar com o déficit previdenciário, tendo em vista a insuficiência de recursos advindos de contribuições dos servidores e patronal para cobrir a despesa com Inativos.

Com relação à queda de 91,7% das despesas com indenizações e sentenças, esse cenário reflete o término do pagamento do saldo de precatórios por parte do estado que em sua maioria se tratava de precatórios vinculados à pessoal e encargos sociais.

Juros e Encargos da Dívida

O Serviço da Dívida se refere ao pagamento dos Juros e Encargos e Amortização da Dívida do qual o estado é devedor. Entretanto, a despesa com Juros e Encargos da Dívida é classificada na categoria de despesa corrente. Com relação ao exercício de 2017 essa despesa teve um incremento de 54,9%. Esse efeito, conforme já mencionado, foi decorrente do término da redução extraordinária de parcelas mensais de dívida concedidos pela a LC nº 156/2016.

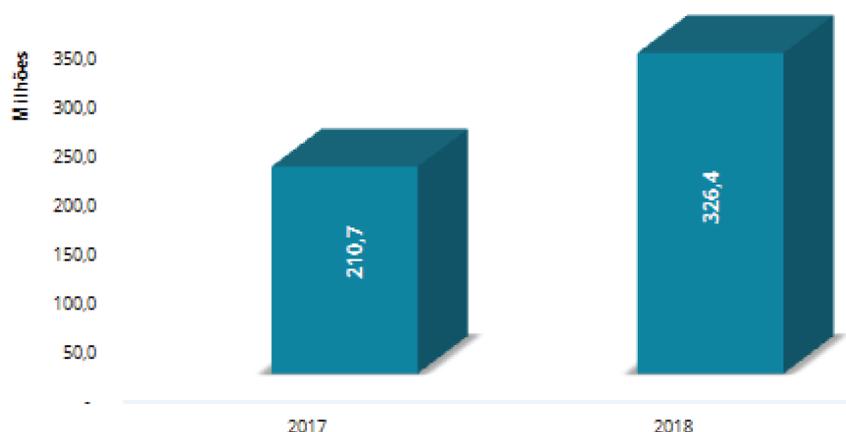


Gráfico 16 - Juros e Encargos da Dívida em Alagoas

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Outras Despesas Correntes

O grupo referente a Outras Despesas Correntes apresentou um acréscimo em 2018 de 11,6%. Os elementos de despesa que mais apresentaram crescimento foram os de Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita com 74,6% (+R\$ 57,5 milhões). Material de Consumo 30,1% (30,9 milhões). As Demais Despesas de Custeio que apresentaram 99,3% (152,1 milhões) representam o agregado de cerca de 18 elementos de Despesas tais como: passagens e despesas com locomoção, diárias, serviços de consultoria, outros serviços de terceiros, serviços de tecnologia, entre outros.

Outras Despesas Correntes (R\$ Milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	DESPESA EMPENHADA 2018	Δ % 2018/2017
Custeio	1.816,2	2.026,7	11,6%
<i>Serviços de Terceiros - Pessoa Física e Jurídica</i>	947,9	988,7	4,3%
<i>Material de Consumo</i>	102,4	133,3	30,1%
<i>Contribuições</i>	252,3	221,3	-12,3%
<i>Indenizações e Restituições</i>	70,1	60,2	-14,1%
<i>Obrigações Tributárias e Contributivas</i>	110,6	88,8	-19,7%
<i>Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita</i>	77,1	134,6	74,6%
<i>Locação de Mão de Obra</i>	102,6	94,4	-8,0%
<i>Demais Despesas de Custeio</i>	153,2	305,3	99,3%
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.816,2	2.026,7	11,6%

Notas:

(1) Para fins de comparação foram desconsideradas em 2017 as despesas referentes às Transferências a Municípios que em 2018 passaram a ser contabilizadas como dedução de receita.

(2) Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Na discriminação de Serviços de Terceiros, que é o principal tipo de despesa dentro de outras despesas correntes, por Área de Governo observa-se que 86,40% do valor se concentra em: Saúde (44%), Educação (13,2%), Segurança Pública (10,6%), Direitos de Cidadania (10,6%) e Administração (8%).

Serviços de Terceiros por Área de Governo (2017-2018)					
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2018/2017
	2017	% PART.	2018	% PART.	
01 - Legislativa	13,0	1,4%	15,3	1,6%	17,6%
02 - Judiciária	35,1	3,7%	42,8	4,3%	22,1%
03 - Essencial à Justiça	12,0	1,3%	9,2	0,9%	-23,3%
04 - Administração	110,9	11,7%	79,0	8,0%	-28,7%
06 - Segurança Pública	108,3	11,4%	105,1	10,6%	-3,0%
08 - Assistência Social	5,0	0,5%	5,3	0,5%	5,8%
09 - Previdência Social	7,8	0,8%	7,3	0,7%	-5,6%
10 - Saúde	384,9	40,6%	434,6	44,0%	12,9%
11 - Trabalho	1,2	0,1%	0,8	0,1%	-33,3%
12 - Educação	87,4	9,2%	130,9	13,2%	49,7%
13 - Cultura	10,8	1,1%	7,6	0,8%	-29,3%
14 - Direitos da Cidadania	92,4	9,7%	104,7	10,6%	13,3%
18 - Gestão Ambiental	13,9	1,5%	10,3	1,0%	-25,8%
19 - Ciência e Tecnologia	36,3	3,8%	8,3	0,8%	-77,2%
20 - Agricultura	7,5	0,8%	8,5	0,9%	12,4%
21 - Organização Agrária	1,1	0,1%	0,4	0,0%	-62,0%
22 - Indústria	2,7	0,3%	2,5	0,3%	-5,3%
23 - Comércio e Serviços	4,9	0,5%	4,8	0,5%	-2,2%
24 - Comunicações	1,3	0,1%	1,2	0,1%	-7,2%
26 - Transporte	6,8	0,7%	6,3	0,6%	-8,5%
27 - Desporto e Lazer	4,5	0,5%	3,8	0,4%	-16,0%
SERVIÇOS DE TERCEIROS POR ÁREA DE GOVERNO	947,9	100,0%	988,7	100,0%	4,3%

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Na comparação com 2017 os destaques são para Educação com incremento de 49,7% (+R\$ 43,5 milhões), e em relação às contas com redução, estão: Administração (-R\$ 31,9 milhões) e Ciência e Tecnologia (-R\$ 28 milhões).

3.2.3.2 Despesa de Capital

Ao analisar a Despesa de Capital observa-se que houve uma elevação de 41,35% com relação ao exercício de 2017, resultado ocasionado pela intensificação do ritmo dos investimentos realizados no estado, do qual saltou de um montante de R\$ 639,1 milhões em 2017 para R\$ 970,4 milhões em 2018, elevação de 51,8% (+ R\$ 331,27 milhões). O incremento de Amortização da Dívida de 21% pode ser explicado, assim como o crescimento das despesas com Juros e Encargos da Dívida, pelo fim dos descontos decrescentes aplicados nas parcelas mensais de dívida previstos pela LC nº 156/16, que ocorreram entre janeiro de 2017 e junho 2018.

Despesa de Capital (R\$ Milhões)					
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2018/2017
	2017	% PART.	2018	% PART.	
Amortização da Dívida	258,8	28,40%	313,2	24,33%	21,02%
Investimentos	639,1	70,20%	970,4	75,38%	51,84%
Inversões Financeiras	12,8	1,40%	3,8	0,30%	-70,31%
INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS	910,7	100,00%	1.287,30	100,00%	41,35%

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Dentre os gastos realizados com investimentos, observa-se que 79,79% é referente a Obras e Instalações, atingindo um valor de R\$ 774,18 milhões do qual teve aumento relativo ao ano de 2017 de +R\$ 274,02 milhões (54,79%). Os programas de infraestrutura de obras mais significativos ao longo do exercício 2018 foram Conecta Alagoas, Canal do Sertão, Construção de Unidades de Saúde, Implantação de Infraestrutura de Transporte e Restauração de Rodovias, juntos eles perfizeram 54,01% (R\$ 524,39 milhões) do Investimento anual, conforme apresentado no Gráfico abaixo.

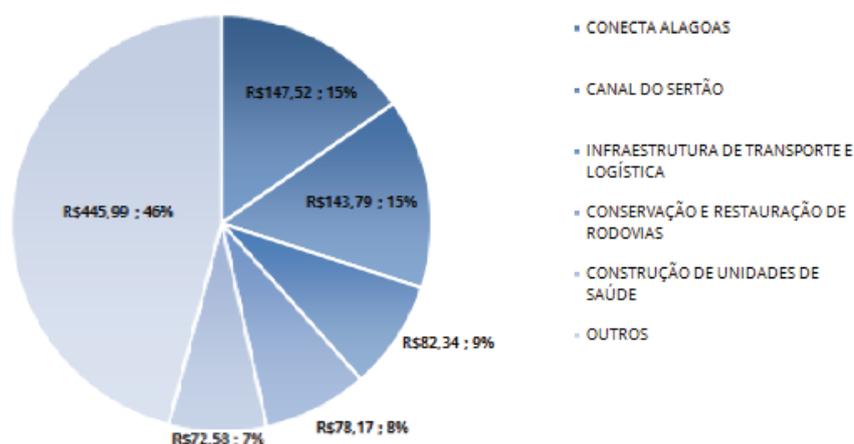


Gráfico 17 - Investimento Alagoas por Programas de Trabalho (2018) - R\$ milhões

Nota: Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No que tange a execução dos investimentos por Secretaria, a análise dos dados indica que as Secretarias de Transportes e Desenvolvimento Urbano (41,7%), Secretaria de Infraestrutura (27,3%) correspondem a mais da metade dos investimentos das secretarias, em 2018.

Investimento por Secretária (2017-2018) (R\$ Milhões)					
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2018/2017
	2017	% PART.	2018	% PART.	
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano	254,3	39,8%	404,9	41,7%	59,2%
Secretaria de Estado da Infraestrutura	188,7	29,5%	265,2	27,3%	40,5%
Secretaria de Estado da Segurança Pública	26,5	4,1%	56,1	5,8%	111,4%
Secretaria de Estado da Educação	18,9	3,0%	29,8	3,1%	57,3%
Demais Secretarias	150,6	23,6%	214,4	22,1%	42,4%
INVESTIMENTOS POR SECRETARIA	639,1	100,0%	970,4	100,0%	51,8%

Nota: Exceto Intra-Orçamentária
Fonte: SIAFE/AL

No âmbito dos Investimentos, ainda que todas as fontes apresentem crescimento, o destaque é pelo esforço estadual em realizar mais investimentos públicos com recursos próprios, com variação positiva de 181,06% (+R\$ 270,58 milhões) entre 2015 e 2018, reduzindo a dependência de operações de crédito e convênios. O Gráfico abaixo apresenta a evolução e composição por fontes de recursos dos investimentos estaduais de 2015 a 2018.

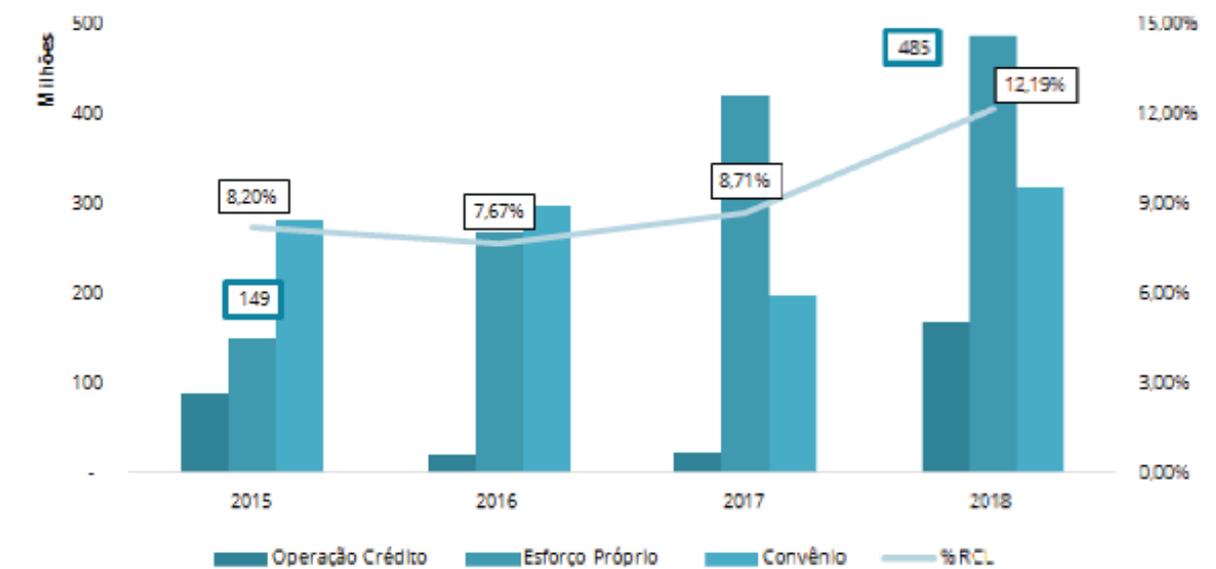
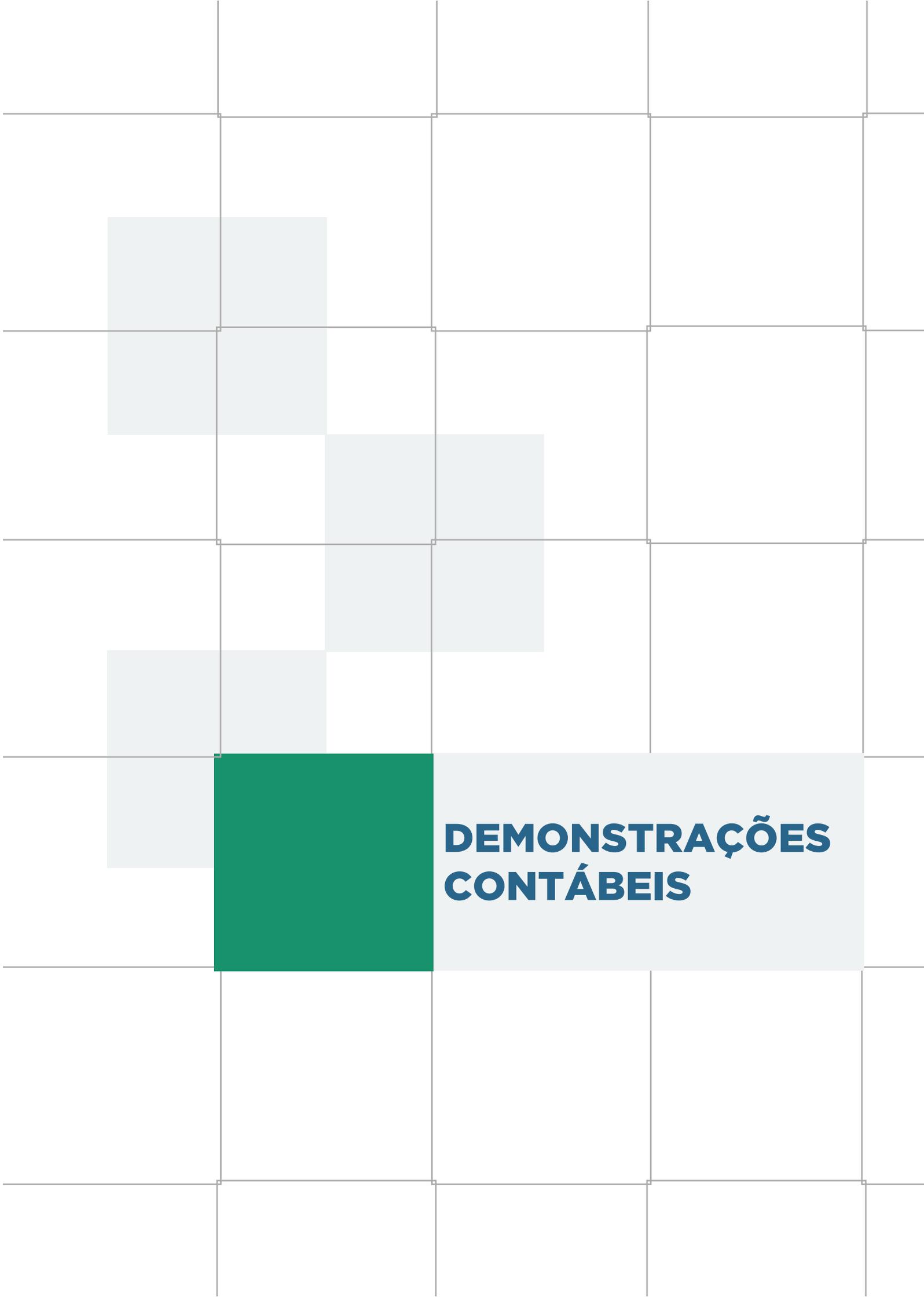


Gráfico 18 - Investimento Alagoas (2014-2018)

Fonte: SIAFEM e SIAFE/AL.

Por fim, é notória a participação desta natureza de despesa na Receita Corrente Líquida estadual, onde o percentual saltou de 8,20% em 2015 para 12,19% em 2018, uma significativa variação nominal de 48,66%. Analisando a trajetória do gasto com Investimento com recursos próprios, verifica-se que esse resultado saltou de 2,35% da RCL em 2015 para 6,09% em 2018, representando um crescimento nominal de 158,69%.



**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

APRESENTAÇÃO

Nesta seção são apresentadas as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Governo do Estado de Alagoas no exercício de 2018. As referidas tabelas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado (SIAFE/AL) e possuem valores em milhares de reais (R\$ mil), conforme título. Nas tabelas é possível verificar uma coluna reservada para as Notas Explicativas (NE), as quais fazem referência cruzada com o item correspondente na seção posterior. Segundo a NBC T 16.6 (R1) as DCASP seguem as seguintes definições:

O **Balanço Patrimonial** está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. Segundo a IPSAS 1, o Balanço Patrimonial deve apresentar ativos e passivos segregados em circulantes e não circulantes, como grupos de contas separados, considerando os valores a serem realizados ou liquidados (pagos).

- a) **Circulante** – Até 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis.
- b) **Não Circulante** – Mais do que 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis.

Nesse sentido, **ativo** é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. **Passivo** é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. **Patrimônio Líquido** é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

O **Balanço Orçamentário** evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O **Balanço Financeiro** evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais** evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no

setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- (a) das operações;
- (b) dos investimentos; e
- (c) dos financiamentos.

O **fluxo de caixa das operações** compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O **fluxo de caixa dos investimentos** inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O **fluxo de caixa dos financiamentos** inclui recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** (DMPL) evidencia a movimentação que havia em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. A DMPL deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporam no processo de consolidação das contas.

Balanço Patrimonial (BP)

Anexo 14 | Lei Federal nº 4.320/64
31 de dezembro de **2018** e de **2017**
Balanço Patrimonial (Consolidado Geral)

Balanço Patrimonial - Ativo (R\$ mil)			
ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	2.128.697	2.143.421
Créditos a Curto Prazo	8	766.369	467.988
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0	0
Estoques	9	246.250	210.972
VPD Pagas Antecipadamente	10	466	127
Total do Ativo Circulante		3.141.783	2.822.509
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		711.254	683.724
Créditos a Longo Prazo	11	627.566	600.036
Investimentos Temporários a Longo Prazo	12	83.688	83.688
Estoques		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
Investimentos	13	97.260	98.320
Imobilizado	14	4.603.552	3.801.981
Intangível	15	72.121	66.984
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		5.484.187	4.651.009
TOTAL DO ATIVO		8.625.969	7.473.517

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Continuação

Balanco Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2018	2017
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	16	442.292	293.589
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	17	362.511	499.106
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18	171.374	132.391
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	19	42.401	4.578
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	20	356.856	323.325
Total do Passivo Circulante		1.375.434	1.252.991
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	21	110.649	100.831
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	22	9.206.242	8.184.977
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	23	103.289	103.289
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	24	1.044	1.044
Provisões a Longo Prazo	25	315.127	241.216
Demais Obrigações a Longo Prazo	26	64.889	64.889
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		9.801.241	8.696.247
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		(2.257.151)	(3.693.275)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas de Capital		16.929	16.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		(48.157)	(48.157)
Resultados Acumulados		(262.326)	1.248.782
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		(2.550.706)	(2.475.720)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.625.969	7.473.517

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

31 de dezembro de **2018** e de **2017**
 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (R\$ mil)			
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	NE	2018	2017
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		2.502.331	2.532.595
Ativo Permanente		6.123.639	4.940.922
Total do Ativo		8.625.969	7.473.517
Passivo (II)			
Passivo Financeiro	27	1.017.590	697.383
Passivo Permanente		10.279.146	9.275.099
Total do Passivo		11.296.736	9.972.482
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		(2.670.767)	(2.498.964)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

31 de dezembro de **2018** e de **2017**
 Quadro das Contas de Compensação

Quadro das Contas de Compensação (R\$ mil)			
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	NE	2018	2017
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		5.320.123	5.061.186
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		5.320.123	5.061.186
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		137.259	30.496
Obrigações Contratuais	28	2.752.481	180.000
Outros Atos Potenciais Passivos		247.012	247.012
Total dos Atos Potenciais Passivos		3.136.752	457.508

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

31 de dezembro de **2018** e de **2017**
 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (R\$ mil)		
FONTES DE RECURSOS	2018	2017
Ordinária	488.968	686.472
Recursos Ordinários	488.968	686.472
Vinculada	995.773	1.148.740
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	107	1.315
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual	4.081	8.176
Cota-Parte do Salário Educação - Federal	26.143	25.531
Convênios	373.708	523.093
FUNDEB	50.953	73.967
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	121.918	104.629
Recursos Previdenciários	418.863	412.030
Total das Fontes de Recursos	1.484.741	1.835.212

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Balanco Orçamentário (BO)

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64
 De Janeiro a Dezembro de **2018**
 Balanco Orçamentário (Consolidado Geral)

Receitas Orçamentárias (R\$ mil)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	SALDO (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		7.675.749	8.292.828	8.287.143	(5.684)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.019.173	3.294.525	3.336.346	41.822
Contribuições		333.379	333.379	278.685	(54.694)
Receita Patrimonial		258.400	261.911	159.397	(102.514)
Receita Agropecuária		197	197	-	(197)
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		137.626	143.127	184.256	41.129
Transferências Correntes		3.856.009	4.186.524	4.258.610	72.086
Outras Receitas Correntes		70.966	73.165	69.849	(3.316)
Receitas de Capital (II)		892.216	892.216	152.473	(739.743)
Operações de Crédito		365.647	365.647	134.126	(231.521)
Alienação de Bens		55	55	1.697	1.642

Amortizações de Empréstimos	-	-	721	721
Transferências de Capital	526.515	526.515	15.929	(510.585)
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Receitas Intraorçamentárias (III)	1.646.960	1.700.505	1.644.872	(55.633)
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.625.579	1.679.124	1.644.872	(34.252)
Receitas Intraorçamentárias de Capital	21.381	21.381	-	(21.381)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	10.214.925	10.885.549	10.084.489	(801.060)
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	10.214.925	10.885.549	10.084.489	(801.060)
Déficit (VII)	29	-	313.967	313.967
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	10.214.925	10.885.549	10.398.455	(487.094)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	526.245	526.245	-
Superávit Financeiro	-	526.245	526.245	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Despesas Orçamentárias (R\$ mil)							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)		6.958.546	7.711.237	7.310.513	7.242.034	6.916.074	400.724
Pessoal e Encargos Sociais		4.878.373	5.129.826	4.957.425	4.957.403	4.669.608	172.402
Juros e Encargos da Dívida		376.747	327.329	326.395	326.395	326.395	933
Outras Despesas Correntes		1.703.426	2.254.082	2.026.693	1.958.236	1.920.071	227.389
Despesas de Capital (X)		1.628.713	1.861.572	1.287.332	1.226.231	1.152.524	574.240
Investimentos		1.355.915	1.542.423	970.390	909.289	836.158	572.033
Inversões Financeiras		5.841	5.672	3.769	3.769	3.194	1.902
Amortização da Dívida		266.957	313.477	313.172	313.172	313.172	305
Despesas Intraorçamentárias (XI)		1.591.015	1.838.480	1.800.610	1.800.546	1.619.808	37.870
Despesas Intraorçamentárias Correntes		1.590.615	1.832.039	1.794.569	1.794.505	1.613.766	37.470
Despesas Intraorçamentárias de Capital		400	6.442	6.041	6.041	6.041	400
Reserva de Contingência (XII)		36.651	1.009	-	-	-	1.009

Reserva do RPPS (XIII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIV) = (IX + X + XI + XII + XIII)	10.214.925	11.412.299	10.398.455	10.268.812	9.688.406	1.013.843
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XVI) = (XIV + XV)	10.214.925	11.412.299	10.398.455	10.268.812	9.688.406	1.013.843
Superávit (XVII)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVIII) = (XVI + XVII)	10.214.925	11.412.299	10.398.455	10.268.812	9.688.406	1.013.843

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2018**
Execução de Restos a Pagar Não Processados

Execução de Restos a Pagar Não Processados (R\$ mil)							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos			Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)					
Despesas Correntes	-	16.197		12.800	12.637	3.396	163
Pessoal e Encargos Sociais	-	-		-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-		-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	16.197		12.800	12.637	3.396	163
Despesas de Capital	-	7.651		6.585	6.585	1.066	-
Investimentos	-	7.651		6.585	6.585	1.066	-
Inversões Financeiras	-	-		-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-		-	-	-	-
TOTAL	-	23.847		19.385	19.222	4.462	163

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2018**
Execução de Restos a Pagar Processados

Execução de Restos a Pagar Processados (R\$ mil)					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)			
Despesas Correntes	22.689	112.893	114.413	1.392	19.777
Pessoal e Encargos Sociais	3.887	21.965	20.516	-	5.336
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18.802	90.927	93.897	1.392	14.440
Despesas de Capital	1.155	42.229	41.055	950	1.379
Investimentos	1.155	42.229	41.055	950	1.379
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	23.843	155.122	155.468	2.342	21.155

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Balanco Financeiro (BF)

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64
De Janeiro a Dezembro de **2018** e de **2017**
Balanco Financeiro (Consolidado Geral)

Ingressos (R\$ mil)			
	NE	2018	2017
Receita Orçamentária (I)		10.557.344	10.665.919
Ordinária		7.378.106	7.497.151
Vinculada		3.179.238	3.168.769
Recursos Vinculados à Educação		16.878	21.193
Recursos Vinculados à Saúde		282.331	248.681
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		1.939.943	1.893.324
Recursos Vinculados à Seguridade Social		-	-
Outras Destinações de Recursos		940.086	1.005.570
FUNDEB		682.787	615.997
Convênios		242.939	365.651
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		14.360	23.922
Transferências Financeiras Recebidas (II)		10.550.333	12.849.370
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		10.512.522	12.134.576

Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	37.811	714.794
Recebimentos Extraorçamentários (III)	6.652.374	18.757.534
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-	23.847
Inscrição de Restos a Pagar Processados	710.050	344.258
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.942.325	228.662
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	18.160.767
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	30	2.143.421
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.143.421	2.147.642
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	29.903.473	44.420.465

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Desembolsos (R\$ mil)			
	NE	2018	2017
Despesa Orçamentária (VI)		10.398.455	10.460.635
Ordinária		7.080.874	7.521.240
Vinculada		3.317.582	2.939.395
Recursos Vinculados à Educação		20.219	12.757
Recursos Vinculados à Saúde		264.125	202.101
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		1.934.663	1.793.940
Recursos Vinculados à Seguridade Social		-	-
Outras Destinações de Recursos		1.098.574	930.596
FUNDEB		690.084	625.472
Convênios		392.922	282.695
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		15.568	22.429
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		11.024.997	12.849.265
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		10.512.522	12.134.576
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		512.476	714.689
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		6.450.663	18.967.144
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		20.391	109.247
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		154.298	383.280
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.275.973	193.181
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	18.281.437
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	30	2.029.357	2.143.421
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.029.357	2.143.421
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		29.903.473	44.420.465

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Demonstração das **Variações Patrimoniais** (DVP)

Anexo 15 | Lei Federal nº 4.320/64
De Janeiro a Dezembro de **2018** e de **2017**
DVP – Sintético

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.112.125	5.633.094
Contribuições		793.094	767.035
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		228.662	201.478
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.315.245	913.143
Transferências e Delegações Recebidas		17.794.182	18.857.550
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		2.386	105.409
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.241.314	157.069
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		30.487.009	26.634.777
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		3.455.030	4.395.568
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.056.794	1.913.239
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.452.707	1.329.325
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.584.387	875.306
Transferências e Delegações Concedidas		15.618.121	15.684.452
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		1.931.438	576.904
Tributárias		89.067	111.113
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		4.295.951	318.280
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		30.483.494	25.204.187
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	31	3.515	1.430.589

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De Janeiro a Dezembro de **2018** e de **2017**
DVP – Analítico

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.112.125	5.633.094
Impostos		5.038.099	5.573.879
Taxas		74.026	59.215
Contribuições de Melhoria		0	0
Contribuições		793.094	767.035
Contribuições Sociais		793.094	767.035
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		228.662	201.478
Vendas de Mercadorias		-	118
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		228.662	201.360
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.315.245	913.143
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		2.007.163	59.149
Variações Monetárias e Cambiais		201.313	666.176
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		106.769	187.818
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		17.794.182	18.857.550
Transferências Intragovernamentais		12.724.835	14.058.649
Transferências Intergovernamentais		4.392.009	4.188.297
Transferências das Instituições Privadas		2.264	1.433
Transferências das Instituições Multigovernamentais		674.516	609.038
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	128
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	4
Outras Transferências e Delegações Recebidas		557	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		2.386	105.409
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	46
Ganhos com Incorporação de Ativos		34	1.408
Desincorporação de Passivos		2.352	103.955
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.241.314	157.069
VPA a Classificar		(3.351)	-
Resultado Positivo de Participações		3.580	4.119
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		4.121.585	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		119.500	152.949
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		30.487.009	26.634.777

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos		3.455.030	4.395.568
Remuneração a Pessoal		2.946.820	2.715.496
Encargos Patronais		458.077	1.613.487
Benefícios a Pessoal		50.133	66.585
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.056.794	1.913.239
Aposentadorias e Reformas		1.639.048	1.505.289
Pensões		393.800	395.287
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		23.945	12.664
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.452.707	1.329.325
Uso de Material de Consumo		269.515	187.013
Serviços		1.161.530	1.123.512
Depreciação, Amortização e Exaustão		21.662	18.799
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.584.387	875.306
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		326.385	199.942
Juros e Encargos de Mora		10	10.768
Variações Monetárias e Cambiais		1.257.971	664.596
Descontos Financeiros Concedidos		20	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		15.618.121	15.684.452
Transferências Intragovernamentais		12.735.950	12.985.274
Transferências Intergovernamentais		2.793.275	2.616.828
Transferências a Instituições Privadas		88.896	82.350
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		1.931.438	576.904
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		1.926.201	549.703
Perdas com Alienação		303	791
Perdas Involuntárias		307	21.609
Incorporação de Passivos		3.382	4.801
Desincorporação de Ativos		1.246	-
Tributárias		89.067	111.113
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		652	1.604
Contribuições		88.415	109.509
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		4.295.951	318.280
Premiações		2.872	3.710
Resultado Negativo de Participações		9.371	5.145
Incentivos		24.347	21.393
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		4.194.965	-
Constituição de Provisões		-	254.948
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		64.395	33.085
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		30.483.494	25.204.187
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	31	3.515	1.430.589

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

Anexo 18 | Lei Federal nº 4.320/64
De Janeiro a Dezembro de **2018** e de **2017**
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$ mil)			
FLUXOS DE CAIXA	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		26.897.529	41.968.747
Receitas Derivadas e Originárias		6.146.261	6.446.762
Transferências Correntes Recebidas		14.808.943	16.943.421
Outros Ingressos Operacionais		5.942.325	18.578.565
Desembolsos		25.957.861	41.214.418
Pessoal e Demais Despesas		6.268.224	8.093.070
Juros e Encargos da Dívida		326.395	210.710
Transferências Concedidas		13.087.268	14.239.961
Outros Desembolsos Operacionais		6.275.973	18.670.676
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		939.668	754.330
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		2.418	708
Alienação de Bens		1.697	149
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		721	559
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		893.033	624.808
Aquisição de Ativo Não Circulante		884.305	614.360
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		8.728	1.532
Outros Desembolsos de Investimentos		-	8.917
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(890.615)	(624.100)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		150.055	124.399
Operações de Crédito		134.126	124.399
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		15.929	-
Outros Ingressos de Financiamentos		-	-
Desembolsos		313.172	258.849
Amortização/Refinanciamento da Dívida		313.172	258.849
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		(163.117)	(134.450)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)		(114.064)	(4.220)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (V - IV)	32	(114.064)	(4.220)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (IV)		2.143.421	2.147.642
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (V)		2.029.357	2.143.421

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2018** e de **2017**
 Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Quadro das Receitas Derivadas e Originárias (R\$ mil)			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	NE	2018	2017
Receita Tributária		3.336.347	4.043.882
Receita de Contribuições		1.897.182	1.840.305
Receita Patrimonial		49.048	7.039
Receita Agropecuária		-	116
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		202.709	194.323
Remuneração das Disponibilidades		110.349	190.917
Outras Receitas Derivadas e Originárias		550.626	170.179
Total das Receitas Derivadas e Originárias		6.146.261	6.446.762

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2018** e de **2017**
 Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (R\$ mil)

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (R\$ mil)			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	NE	2018	2017
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		3.580.840	3.483.448
da União		3.569.628	3.477.701
de Estados e Distrito Federal		-	4.500
de Municípios		11.212	1.247
Intragovernamentais		10.550.333	12.849.370
Multigovernamentais		674.516	609.038
Outras Transferências Recebidas		3.253	1.565
Total das Transferências Recebidas		14.808.943	16.943.421
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		184.345	1.285.671
a União		15.396	34.326
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		168.950	1.251.345
Intragovernamentais		11.024.997	12.849.265
Outras Transferências Concedidas		1.877.925	105.025
Total das Transferências Concedidas		13.087.268	14.239.961

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2018** e de **2017**
 Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função (R\$ mil)			
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	NE	2018	2017
Legislativa		276.795	275.110
Judiciária		473.554	531.678
Essencial à Justiça		127.999	170.203
Administração		242.176	550.499
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		978.769	1.246.812
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		5.255	23.877
Previdência Social		1.848.759	1.824.891
Saúde		370.806	937.540
Trabalho		2.113	5.456
Educação		955.916	1.150.037
Cultura		2.991	19.276
Direitos da Cidadania		61.880	183.332
Urbanismo		-	0
Habitação		-	526
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		5.620	28.857
Ciência e Tecnologia		6.418	57.630
Agricultura		27.451	94.000
Organização Agrária		-	1.604
Indústria		3.217	6.665
Comércio e Serviços		4.816	15.393
Comunicações		5.856	7.767
Energia		-	2
Transporte		16.933	26.077
Desporto e Lazer		2.289	8.945
Encargos Especiais		848.611	926.894
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		6.268.224	8.093.070

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2018** e de **2017**
 Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Quadro de Juros e Encargos da Dívida (R\$ mil)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	NE	2018	2017
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		284.045	184.523
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	26.187
Outros Encargos da Dívida		42.350	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida		326.395	210.710

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL)

Anexo 19 | Lei Federal nº 4.320/64

31 de dezembro de **2018** e de **2017**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (R\$ mil)						
ESPECIFICAÇÃO	NE	Pat. Social/Capital Social	Reserva de Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos Iniciais		(3.693.275)	16.929	(48.157)	1.248.782	(2.475.720)
Ajustes de Exercícios Anteriores		1.436.123	-	-	(1.514.624)	(78.501)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	3.515	3.515
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-
Incorporação de Reservas		-	-	-	-	-
Dividendos a Distribuir		-	-	-	-	-
Saldos Finais		(2.257.151)	16.929	(48.157)	(262.326)	(2.550.706)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)



**NOTAS
EXPLICATIVAS**

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	78
2.	RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS	79
3.	RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS SEGUNDO A LOA 2018	79
4.	CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES	80
5.	USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	81
6.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	81
7.	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	84
8.	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	85
9.	ESTOQUES	86
10.	VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	87
11.	CRÉDITO A LONGO PRAZO	87
12.	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	88
13.	INVESTIMENTOS	89
14.	IMOBILIZADO	90
15.	INTANGÍVEL	90
16.	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	91
17.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	91
18.	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	92
19.	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	92
20.	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	93
21.	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	93
22.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	94
23.	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	95
24.	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	96
25.	PROVISÕES A LONGO PRAZO	96
26.	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	96
27.	PASSIVO FINANCEIRO	96
28.	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	97
29.	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	97
30.	RESULTADO FINANCEIRO	97
31.	RESULTADO PATRIMONIAL	98
32.	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	98
33.	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	98

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Governo do Estado de Alagoas é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 12.200.176/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Maceió, no Palácio República dos Palmares, Rua Cincinato Pinto, S/N, Centro. Seguindo as premissas e competências estabelecidas pela Carta Magna, as atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2018 estão amparadas pela Lei Estadual nº 7.986, de 23 de janeiro de 2018 (Lei Orçamentária Anual) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2018.

A elaboração do balanço anual seguiu as orientações dos dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Do mesmo modo segue as orientações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCASP são compostas pelo Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). As notas integrantes dos demonstrativos visam detalhar informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social, desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas demonstrações. Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Os dados consolidados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL) e têm como escopo todos os poderes e órgãos.

2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS

O Governo do Estado de Alagoas manteve em 2018 o controle acionário de oito empresas, sendo 3 de caráter dependente e 5 independentes, constituídas em sua maioria por sociedades anônimas. A classificação em relação ao ente controlador de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) é de que empresa dependente é a que recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

EMPRESAS ESTATAIS	
ESTATAIS DEPENDENTES	EMPRESAS INDEPENDENTES
Serviço de Engenharia de Alagoas S/A (SERVEAL)	Gás de Alagoas S/A (ALGÁS)
Cia. de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais S/A (CARHP)	Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL)
Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE)	Alagoas Ativos S/A
	Laboratório Industrial Farmacêutico (LIFAL)
	Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas (CEPAL)

3. RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS SEGUNDO A LOA 2018

Esta nota contém a lista órgãos da administração pública estadual conforme a Lei Orçamentária Anual nº 7.986, de 23 de janeiro de 2018.

PODERES E ÓRGÃOS 2018	
PODER LEGISLATIVO	
01001	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
01002	TRIBUNAL DE CONTAS
01500	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
01503	ESCOLA DE CONTAS PUBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA
PODER JUDICIÁRIO	
02003	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
02501	FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
02561	FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO	
03004	MINISTÉRIO PÚBLICO
03554	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PODER EXECUTIVO	
11006	GABINETE CIVIL
11008	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
11009	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
11011	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
11013	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
11502	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
11504	AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
11564	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
13017	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO
13510	COMPANHIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMONIAIS

13511	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
13548	AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
13551	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS
13569	ALAGOAS PREVIDÊNCIA
13570	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS
13571	FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DE ALAGOAS
13572	FUNDO DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
14030	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA
14528	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS
14541	INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS
14555	AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS
14566	INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - EMATER
15024	SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
15526	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
16026	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO
16506	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO
16514	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS
16537	INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE
17010	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO
17517	INSTITUTO ZUMBI DOS PALMARES
18021	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
18520	DIRETORIA DE TEATROS DO ESTADO DE ALAGOAS
18557	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS
19033	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
19034	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19035	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS
19036	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19047	PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
19049	COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL-CEDEC
19512	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS
19563	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
19565	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
20020	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
20516	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS
21018	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
21513	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO
23032	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
23542	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS
23543	FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS
24037	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS
24547	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

4. CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

Não houve no exercício cisão, fusão, extinção, incorporação, transformação ou liquidação de entidades controladas pelo Governo do Estado de Alagoas.

5. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

O Governo do Estado no uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis não realizou no exercício quaisquer alterações com impactos substanciais nos montantes apresentados.

6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais brasileiro (BRL), moeda funcional do Governo do Estado. A depender da tabela ou gráfico, a disposição dos valores está em milhares ou milhões de reais, conforme indicado no título. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos conforme o câmbio vigente.

b) Disponibilidades

As disponibilidades englobam o dinheiro em caixa, conta única, depósitos bancários e demais aplicações de curto prazo. Os valores são mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

e) Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da do Estado, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP e MCASP. As empresas controladas, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais. Sobretudo a depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos e postos em operação utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.700/2017.

i) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados até o final do período.

j) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

k) Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência.

m) Processo de Convergência

Conforme regulamentação da STN, o governo de Alagoas atua com um Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), cujos prazos foram estabelecidos pela Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015. As diretrizes do plano buscam a convergência com as normas internacionais de contabilidade editadas pela International Federation of Accountants (IFAC).

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais		
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	Prazo para Estados e DF	Alagoas
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receita tributária e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.	2020	Em estudo
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2020	Em estudo
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado parcialmente
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle em notas explicativas.	2019	Em estudo
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2017	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa pode ser entendido como o somatório dos valores disponíveis em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. No estado de Alagoas, esse grupo é composto pelos saldos da conta única do tesouro estadual, banco conta movimento (demais contas), aplicações financeiras de liquidez imediata. Os recursos alocados na conta sintética caixa e equivalentes de caixa são por definição as contas do ativo com maior liquidez.

Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Conta Única do Tesouro Estadual	235.971	11,09%	132.164	6,17%	78,54%
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	201.033	9,44%	150.433	7,02%	33,64%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.691.693	79,47%	1.860.824	86,82%	-9,09%
TOTAL	2.128.697	100,00%	2.143.421	100,00%	-0,69%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Em 2018, a conta caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 2.128.697 mil, decaindo em 0,69%. A análise horizontal demonstra que os fluxos de valores das aplicações financeiras de liquidez imediata tiveram redução em 2018 (-9,09%) com relação ao exercício anterior. Entretanto, os níveis de aplicação financeira de Liquidez Imediata mantêm-se elevados e isso é resultado da continuidade de uma política de investimentos para os recursos anteriormente em conta corrente, buscando assim uma maior rentabilidade das disponibilidades.

Aplicações Financeiras por Poder e Órgão (R\$ mil)					
ESPECIFICAÇÃO	2018				
	Poupança	Fundos de Investimento	CDB	Outras Aplicações	TOTAL
Executivo	259.346	1.268.860	14.392	10	1.542.609
Legislativo (Tribunal de Contas)	1	604	9.505	-	10.109
Judiciário	-	86.046	-	-	86.046
Ministério Público	-	7.130	-	-	7.130
Defensoria Pública	95	2.018	43.686	-	45.800
TOTAL	259.442	1.364.657	67.584	10	1.691.693

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Os montantes relativos as Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, as quais representaram 79,47% das disponibilidades do Estado na data de fechamento do balanço 91,19% estavam sob o controle do Poder Executivo. As aplicações estão distribuídas em Poupança (15,3%), Fundos de Investimento (80,7%), Certificado de Depósito Bancário -CDB (4%) e Outras Aplicações (<0,1%).

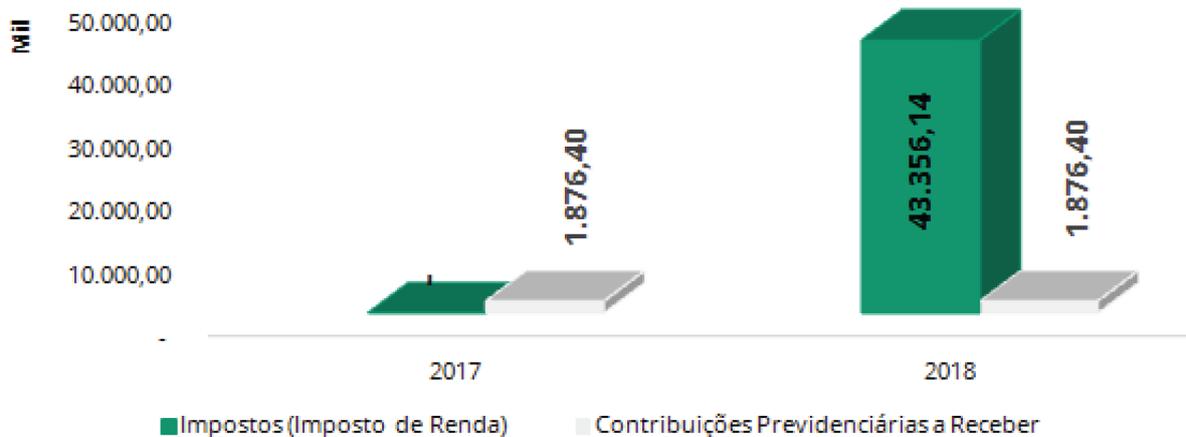
8. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Os créditos a curto prazo, como integrantes do ativo circulante, compreendem os ativos realizáveis no prazo de 12 meses após a publicação do balanço.

Créditos a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	45.233	5,90%	1.876	0,40%	2310,60%
Clientes	25.617	3,34%	41.556	8,88%	-38,35%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14	0,00%	102	0,02%	-86,47%
Dívida Ativa Não Tributária	1	0,00%	1	0,00%	0,00%
Adiantamentos Concedidos	30.385	3,96%	29.344	6,27%	3,55%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.386	0,18%	1.386	0,30%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	255.413	33,33%	176.698	37,76%	44,55%
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	320.946	41,88%	190.657	40,74%	68,34%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	87.375	11,40%	26.368	5,63%	231,37%
TOTAL	766.369	100,00%	467.988	100,00%	63,76%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

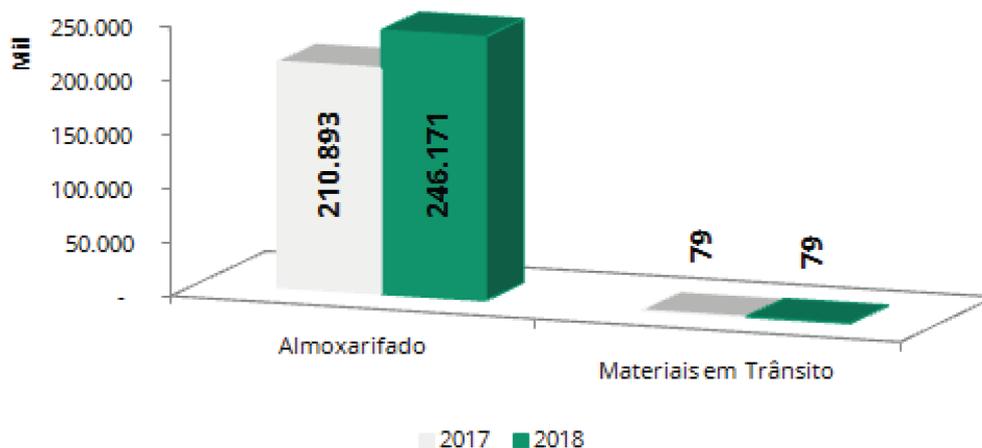
Conforme análise horizontal, a conta de Créditos Tributários a Receber apresentou crescimento de (2310,60%). No exercício de 2017, parte significativa dos valores de Contribuições Previdenciárias a Receber da conta de Créditos Tributários a Receber foi reclassificada para a conta de Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo, por essa razão a conta de Créditos Tributários a Receber apresentou valor no montante de R\$1.876 mil nesse exercício. Entretanto, em 2018 essa conta passou para R\$45.233 mil, acréscimo impulsionado pela classificação no valor de R\$ 43.356 mil em Impostos (Imposto de Renda), conforme pode se verificar no gráfico a seguir.



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

9. ESTOQUES

A conta de Estoques compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

10. VPD'S PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende os pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. No Estado de Alagoas estas variações resultam do registro de prêmios de seguros a apropriar, assinaturas e anuidades e apropriar, aluguéis pagos a apropriar e demais VPD a apropriar.

No exercício de 2018 não existiram VPD's decorrentes de Aluguéis Pagos a Apropriar. Já as VPD's com efeito das Assinaturas e Anuidades foi estimulado pelo acréscimo das assinaturas de periódicos e anuidades. Entretanto, as VPD's foram impulsionadas, principalmente pelo incremento dos Prêmios de Seguros a Apropriar atrelado ao acréscimo dos seguros pagos antecipadamente.

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Prêmios de Seguros a Apropriar	328	70,34%	27	21,41%	1104,10%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	88	18,77%	28	21,95%	213,31%
Aluguéis Pagos a Apropriar	-	0,00%	27	21,22%	-100,00%
Demais VPD a Apropriar	51	10,89%	45	35,42%	12,66%
TOTAL	466	100,00%	127	100,00%	266,46%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

11. CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Neste Grupamento de Contas estão classificados os créditos tributários a receber, clientes, empréstimos e financiamentos concedidos, dívida ativa tributária líquida e depósitos restituíveis e valores vinculados. Os créditos a longo prazo superior a 12 meses após a publicação do balanço. A análise horizontal demonstra que o Estado aumentou os Créditos a Longo Prazo referentes a Dívida Ativa Tributária Líquida.

Créditos a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	461.286	73,62%	444.627	74,23%	3,75%
Clientes	94.299	15,05%	94.299	15,74%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	48.347	7,72%	48.032	8,02%	0,66%
Dívida Ativa Tributária Líquida	20.186	3,22%	12.047	2,01%	67,56%
Dívida Ativa Não Tributária	2.416	0,39%	-	0,00%	-
TOTAL	626.535	100,00%	599.005	100,00%	4,60%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

A Dívida Ativa Tributária é o crédito da fazenda pública proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias. A provisão para perdas da dívida ativa é calculada considerando a média percentual de recebimentos passados. Os valores referentes créditos tributários a receber são decorrentes dos programas de parcelamento tributário e de recuperação fiscal realizados durante o exercício.

Dívida Ativa Tributária (R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2018	2017	AH %
Estoque Anterior	3.833.121	3.281.949	16,79%
Inscrição	582.078	563.420	3,31%
(-) Recebimentos	(23.792)	(12.248)	94,25%
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	1.376.053	-	-
Estoque Final	5.767.461	3.833.121	50,46%
Média % de Recebimentos	0,35%	0,32%	9,38%
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	(5.747.275)	(3.821.074)	50,41%
Dívida Ativa Líquida	20.186	12.047	67,56%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

O Estado de Alagoas findou o exercício de 2018 com a dívida Ativa Líquida totalizando R\$ 20.186 mil. Atualmente estão sendo realizados estudos que buscam a melhor evidenciação da dívida ativa, inclusive a proposta de integração da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) através de um sistema da informação que possa registrar apropriadamente o ativo realizável.

Com relação aos Demais Créditos e Valores a Longo Prazo no exercício de 2018 representaram um montante de R\$ 1.031 mil inscritos na conta de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

12. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO

Os investimentos e aplicações temporários a longo prazo compreende a conta títulos e valores mobiliários e a conta aplicações em segmentos imóveis. No exercício de 2018 essas contas apresentaram um montante de R\$ 72.810 mil e 10.878 mil, respectivamente.

13. INVESTIMENTOS

O método da equivalência patrimonial é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. As demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. O total dos investimentos, conforme demonstra a análise horizontal teve um decréscimo de 1,08%, influenciado, principalmente pela redução na conta de Participações em Sociedades Controladas em 14,91% com relação ao exercício anterior.

Investimentos (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	74.284	76,38%	75.344	76,63%	-1,41%
Participações em Sociedades Controladas	50.453	51,87%	59.293	60,31%	-14,91%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	23.830	24,50%	16.051	16,33%	48,47%
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	22.976	23,62%	22.976	23,37%	0,00%
Participações em Outras Sociedades	22.940	23,59%	22.940	23,33%	0,00%
Outras Participações	36	0,04%	36	0,04%	0,00%
TOTAL	97.260	100,00%	98.320	100,00%	-1,08%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

A empresa CASAL, por apresentar patrimônio líquido negativo, teve a sua participação reduzida a valor zero, conforme avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

Participações em Sociedades Controladas - Método da Equivalência Patrimonial (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Produban	626	1,24%	5.648	9,52%	-88,92%
Casal	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cepal	6.702	13,28%	6.606	11,14%	1,45%
Algás	14.565	28,87%	14.130	23,83%	3,08%
Lifal	11.910	23,61%	11.910	20,09%	0,00%
Alagoas Ativos	5.651	11,20%	10.000	16,87%	-43,49%
Outras Participações	11.000	21,80%	11.000	18,55%	0,00%
TOTAL	50.453	100,00%	59.293	100,00%	-14,91%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

14. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Já os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Imobilizado (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Bens Móveis	970.022	21,07%	907.637	23,87%	6,87%
Bens Móveis	1.084.211	23,55%	1.002.498	26,37%	8,15%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(114.189)	-2,48%	(94.862)	-2,50%	20,37%
Bens Imóveis	3.633.530	78,93%	2.894.345	76,13%	25,54%
Bens Imóveis	3.636.860	79,00%	2.896.928	76,20%	25,54%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(3.330)	-0,07%	(2.583)	-0,07%	28,93%
TOTAL	4.603.552	100,00%	3.801.981	100,00%	21,08%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Por motivo da ausência de um sistema de controle patrimonial, nem todos os órgãos realizam a depreciação/amortização/exaustão de seus bens, tal como o inventário necessário para adequação ao valor justo. Sobretudo é reconhecido que a implantação de um processo informatizado de gerenciamento, com construção já em andamento trarão muitos avanços para o controle patrimonial.

15. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis reconhecidos pelo Estado de Alagoas compreendem softwares, marcas, direitos e patentes industriais e representam os bens incorpóreos mantidos sobre controle da administração pública. O principal item na composição do ativo intangível é a conta de softwares, a qual evidencia os sistemas de informação adquiridos durante o exercício.

Intangível (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Softwares	72.555	100,60%	68.270	101,92%	6,28%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.111	4,31%	1.404	2,10%	121,59%
(-) Amortização Acumulada	(3.544)	-4,91%	(2.690)	-4,02%	31,77%
TOTAL	72.121	100,00%	66.984	100,00%	7,67%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Pessoal a Pagar	241.119	54,52%	245.671	83,68%	-1,85%
Benefícios Previdenciários a Pagar	5.601	1,27%	-	0,00%	-
Encargos Sociais a Pagar	195.572	44,22%	47.918	16,32%	308,13%
TOTAL	442.292	100,00%	293.589	100,00%	50,65%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

No exercício de 2018, houve um acréscimo de 50,65% nesse item patrimonial decorrente, sobretudo do acréscimo de 308,13% na conta de Encargos Sociais a Pagar, resultante do registro dos encargos referentes a cobertura de déficit financeiro dos Fundos Financeiro e Militar.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo. No exercício, as contas de Financiamentos a Curto Prazo Interno e Externo reduziram, possibilitando um decréscimo de 27,37% no saldo total.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	340.677	93,98%	445.304	89,22%	-23,50%
Financiamentos a Curto Prazo - Externo	21.834	6,02%	53.803	10,78%	-59,42%
TOTAL	362.511	100,00%	499.106	100,00%	-27,37%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as Obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. A análise horizontal demonstra que houve um acréscimo no item patrimonial de 29,45%.

Fornecedores e Contas a Pagar A Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	164.237	95,84%	115.917	87,56%	41,69%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	6.940	4,05%	16.474	12,44%	-57,88%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - União	197	0,12%	-	0,00%	-
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Municípios	0	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL	171.374	100,00%	132.391	100,00%	29,45%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

As obrigações fiscais a curto prazo compreendem as obrigações das entidades com o governo referente impostos, taxas e contribuições de vencimento no curto prazo. Em 2018 esse item patrimonial teve um acréscimo de 826,17% impulsionado pelo saldo na conta de Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados no valor de R\$ 41.500 mil.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	838	1,98%	4.531	98,97%	-81,50%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	41.500	97,88%	-	0,00%	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	63	0,15%	47	1,03%	32,58%
TOTAL	42.401	100,00%	4.578	100,00%	826,17%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Corresponde às demais obrigações a curto prazo não evidenciados nas outras contas. Inclui o montante de valores restituíveis de consignações e depósitos. No exercício de 2018 esse item patrimonial teve um acréscimo de 10,37%, influenciado, sobretudo pelo incremento na conta de Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS que cresceu 1661,56% em relação ao exercício anterior. Tal crescimento foi decorrente do registro dos recursos liberados por vinculação de pagamento (Limite de Saque).

Demais Obrigações a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Município	20.715	5,80%	20.053	6,20%	3,30%
Valores Restituíveis - Consignações	162.136	45,43%	141.153	43,66%	14,87%
Valores Restituíveis - Depósitos	36.747	10,30%	130.760	40,44%	-71,90%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	24.094	6,75%	25.494	7,88%	-5,49%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	103.328	28,96%	5.866	1,81%	1661,56%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	9.779	2,74%	-	0,00%	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	58	0,02%	-	0,00%	-
TOTAL	356.856	100,00%	323.325	100,00%	10,37%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

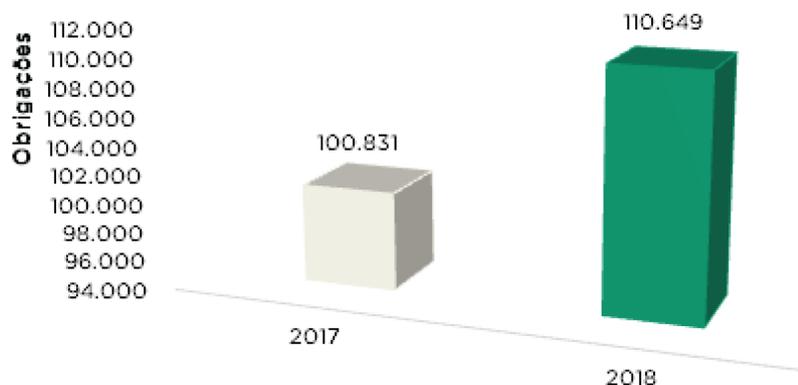


Gráfico - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Esse item patrimonial teve um acréscimo de 9,74% no exercício de 2018 em relação ao exercício anterior devido ao saldo na conta Contribuições Sociais – Débitos Parcelados, em contrapartida a conta de Contribuições ao RGPS – Débitos Parcelados apresentou redução.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	7.586.439	82,41%	6.807.113	83,17%	11,45%
Financiamentos a Longo Prazo - Externo	1.619.803	17,59%	1.377.864	16,83%	17,56%
TOTAL	9.206.242	100,00%	8.184.977	100,00%	12,48%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Os Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos somados totalizam um estoque da dívida de R\$ 9.568.753 mil (vide nota de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo).

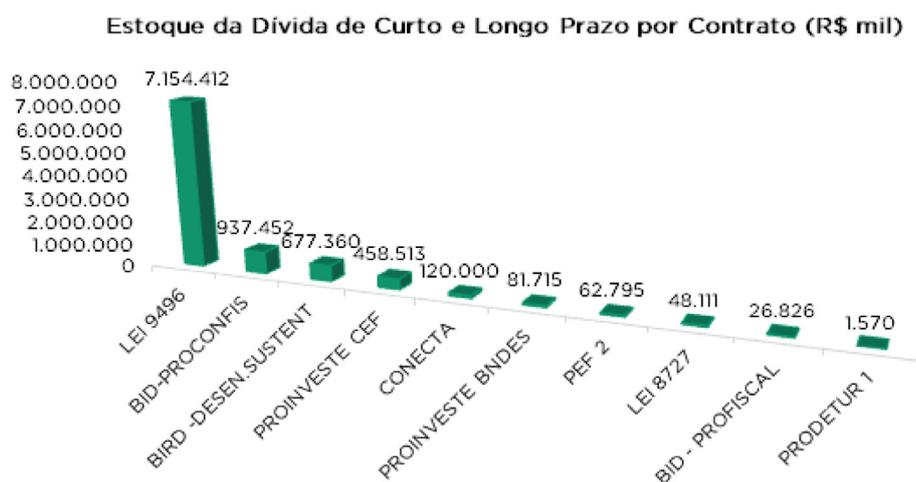


Gráfico - Estoque da Dívida de Curto e Longo Prazo por Contrato (R\$ mil)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

O estoque da dívida é fracionado também por sua domesticidade, sendo separado por estoque da dívida interno e externo. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos em reais brasileiros (BRL) na data de apresentação do balanço.

Estoque da Dívida de Curto e Longo Prazo por Domesticidade (R\$ mil)

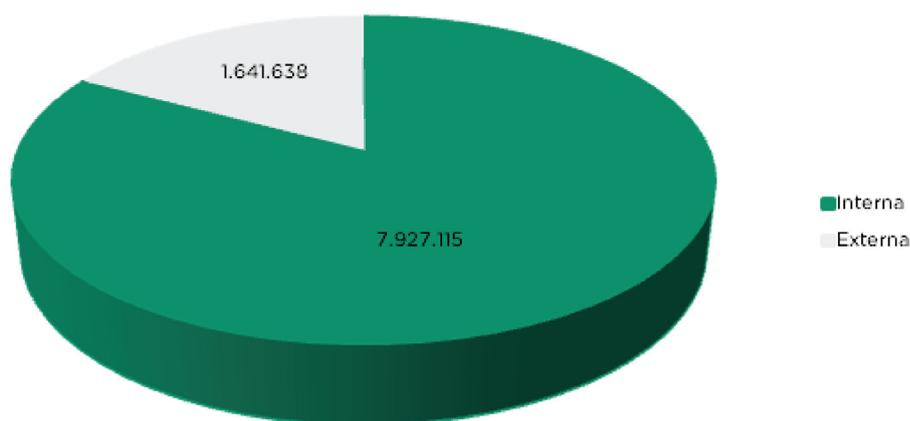


Gráfico - Estoque da Dívida de Curto e Longo Prazo por Domesticidade (R\$ mil)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Entretanto, no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquido - RGF 6º bimestre o Estado de Alagoas em virtude da decisão judicial exarada pelo STF nos autos da AO 7126 desconsiderou o montante de R\$1.019.560 mil da Dívida Contratual Interna com a União no âmbito da Lei nº 9496/97.

23. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo. No exercício de 2018 este item patrimonial teve saldo no montante de R\$ 103.289 mil.

24. OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo. No exercício de 2018 este item patrimonial teve saldo no montante de R\$ 1.044 mil.

25. PROVISÕES A LONGO PRAZO

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. As Provisões de Longo Prazo em 2018 tiveram um acréscimo de 30,64% decorrente, principalmente do incremento na conta de Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder.

DESCRIÇÃO	Provisões a Longo Prazo (R\$ mil)				
	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	315.127	100,00%	241.216	100,00%	30,64%
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	22.084	7,01%	30.632	12,70%	-27,91%
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	0,00%	-	0,00%	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	75.711	24,03%	55.811	23,14%	35,66%
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	172.202	54,65%	39.861	16,52%	332,01%
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	45.130	14,32%	114.913	47,64%	-60,73%
TOTAL	315.127	100,00%	241.216	100,00%	30,64%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

26. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

No caso do Estado de Alagoas, as demais obrigações a longo prazo compreendem os adiantamentos de clientes a longo prazo. No exercício de 2018 este item patrimonial teve saldo no valor de R\$ 64.889 mil.

27. PASSIVO FINANCEIRO

Com a implantação do novo Sistema de Administração Financeira do Estado - SIAFE/AL houve uma mudança no Procedimento de Registro da Folha de Pagamento que passou a ser descentralizado. Com isso, a baixa do passivo financeiro referente ao pagamento da segunda faixa salarial é realizada no mês subsequente ao da competência da Folha de Pagamento.

28. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações Contratuais são atos do passivo a executar que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. No exercício de 2018 com a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Alagoas - SIAFE/AL foi realizada a incorporação dos saldos a executar dos contratos sob a gestão do Estado. Por essa razão tem-se a variação de R\$ 2.572 mil com relação ao exercício anterior.

5.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

29. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi deficitário em R\$ 313.967 mil e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (10,084 bilhões) e a despesa empenhada (10,398 bilhões). Esse déficit foi influenciado pela insuficiência da receita de capital no financiamento das despesas de capital, elevando o esforço do estado em financiar os investimentos com recursos advindos de superávits entre receitas e despesas correntes.

5.3 BALANÇO FINANCEIRO (BF)

30. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi negativo em R\$ 114.064 mil e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 2,029 bilhões) e no início do ano (R\$ 2,143 bilhões).

5.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DPV)

31. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do exercício de 2018 foi de R\$ 3.515 mil, frente ao resultado apresentado em 2017 de R\$ 1.430.589 mil. A variação decorre principalmente do Aumento de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas resultante dos incrementos das VPD's de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

32. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2018, conforme a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foi negativa em R\$ 114.064 mil.

5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

33. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2018 foram realizados ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido, os quais corresponderam a uma transferência da conta “Resultados Acumulados” para a conta “Patrimônio Social/Capital Social”.



**ANÁLISE DAS
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

O que é **análise das demonstrações contábeis**?

Antes de introduzir o conceito da análise é importante compreender a ciência contábil como um instrumento de controle social e transparência, visto que é através da execução do orçamento, da gestão fiscal e patrimonial que se originam todas as políticas públicas. Trata-se, pois de uma ciência cujas possibilidades compreendem medidas quantitativas e qualitativas para a tomada de decisões dos usuários, ou cidadãos.

Para obtenção dessas medidas são aplicadas técnicas com o intuito de elaborar relatórios e demonstrativos que retratem adequadamente a realidade econômica, financeira, física e patrimonial das entidades. A análise contábil, portanto, é um processo secundário baseado nos relatórios e demonstrativos gerados anteriormente pelos sistemas de informação e seus inputs.

Vale frisar que a análise contábil vai além de ser um mero compilado de indicadores de desempenho, pois possui como objetivo transformar os dados extraídos em informações pertinentes ao ambiente interno e externo da entidade. Apesar de não haver limitações aos produtos da análise, no sentido de serem restritamente pré-definidos, a doutrina consagra um rol de índices que são aplicáveis a várias situações, inclusive na análise de balanços públicos.

No caso do setor público existem nuances que são específicas e nem toda metodologia pode ser aplicada do mesmo modo que o setor privado. Para as DCASP os índices escolhidos devem obter como produto um resultado condizente com a legislação e que retrate a dinâmica governamental. A seguir estão descritos algumas das mais importantes definições trazidas pela Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e que auxiliam na compreensão dos números relativos às finanças governamentais.

Análise das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Patrimonial (BP)

Situação Financeira

Indicador	Metodologia	2018		2017		ΔH%
Situação Financeira	Ativo Financeiro	2.502.331		2.532.595		
	+	+	2,46	+	3,63	
	Passivo Financeiro	1.107.590		697.383		-32,29%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Situação Financeira	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.</p> <p>> 1 Há superávit financeiro. < 1 Há déficit financeiro. = 1 Há o equilíbrio da situação financeira.</p>

Liquidez

Indicador	Metodologia	2018		2017		ΔH%
Liquidez Geral	Ativo Circulante+Ativo Realizável a Longo Prazo	3.853.037		3.506.232		
	÷	÷	0,34	÷	0,35	
	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675		9.949.237		-2,18%
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.141.783		2.822.509		
	÷	÷	2,28	÷	2,25	
	Passivo Circulante	1.375.434		1.252.991		1,40%
Liquidez Seca	Disponibilidade+Créditos a Curto Prazo	2.895.532		2.611.536		
	÷	÷	2,11	÷	2,08	
	Passivo Circulante	1.375.434		1.252.991		1,00%
Liquidez Imediata	Disponibilidade	2.128.697		2.143.421		
	÷	÷	1,55	÷	1,71	
	Passivo Circulante	1.375.434		1.252.991		-9,53%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Liquidez Geral	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no médio e longo prazo.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no médio e longo prazo.</p>
Liquidez Corrente	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curto prazo.</p>
Liquidez Seca	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo, excetuando-se estoques e despesas antecipadas.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo. < 1 Há insuficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos de maior liquidez e as obrigações no curto prazo.</p>
Liquidez Imediata	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curtíssimo prazo.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curtíssimo prazo.</p>

Endividamento

Indicador	Metodologia	2018		2017		ΔH%
Índice de Solvência	Ativo Circulante+Ativo Não Circulante	8.625.969	0,77	7.473.517	0,75	2,74%
	÷	+				
Endividamento Geral	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675	1,30	9.949.237	1,33	-2,67%
	÷	+				
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	1.375.434	0,12	1.252.991	0,13	-2,28%
	÷	+				
Endividamento Oneroso Sobre o Ativo Total	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675	1,11	9.949.237	1,16	-4,53%
	÷	+				
Dívida Onerosa Líquida	Ativo Total	8.625.969	0,22	7.473.517	0,25	-9,87%
	÷	+				
	Passivo Circulante	1.375.434		1.252.991		
	÷	+				
	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675		9.949.237		
	÷	+				
	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	9.568.753		8.684.083		
	÷	+				
	Ativo Total	8.625.969		7.473.517		
	÷	+				
	Disponível	2.128.697		2.143.421		
	÷	+				
	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	9.568.753		8.684.083		
	÷	+				

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Solvência Geral	Indica o grau de garantia disponível para honrar as exigibilidades. > 1 Ativo total maior do que as exigibilidades. < 1 Ativo total menor do que as exigibilidades. = 1 Ativo total equilibrado com as exigibilidades.
Endividamento Geral	Indica o quanto do ativo total está comprometido com exigibilidades. > 1 Exigibilidades maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com exigibilidades. = 1 Todo ativo está comprometido com exigibilidades.
Composição do Endividamento	Indica o quanto da dívida é exigível no próximo exercício financeiro. < 1 Parcela da dívida exigível no próximo exercício financeiro. = 1 Toda dívida é exigível no próximo exercício financeiro.
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	Indica o quanto do ativo total está comprometido com dívidas onerosas. > 1 Dívidas onerosas maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com dívidas onerosas. = 1 Todo ativo está comprometido com dívidas onerosas.
Dívida Onerosa Líquida	Indica a quantidade de disponibilidades em relação a dívida onerosa. > 1 Sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 Falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. = 1 Há equilíbrio entre as disponibilidades e a dívida onerosa.

Análise do Balanço Orçamentário (BO)

Indicador	Metodologia	2018		2017		ΔH%
Quociente Equilíbrio Orçamentário	Previsão Inicial da Receita	10.214.925	1,00	10.242.454	1,00	0,00%
	÷			÷		
	Dotação Inicial da Despesa	10.214.925		10.242.454		
Quociente da Execução da Receita	Receita Realizada	10.084.489	0,93	10.665.919	0,96	-3,63%
	÷			÷		
	Previsão Atualizada da Receita	10.885.549		11.094.973		
Quociente Desempenho da Arrecadação	Receita Realizada	10.084.489	0,99	10.665.919	1,04	-5,20%
	÷			÷		
	Previsão Inicial da Receita	10.214.925		10.242.454		
Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	671.128	-5,15	852.519	2,01	-355,58%
	÷			÷		
	Excesso de Arrecadação	(130.437)		423.465		
Quociente da Utilização do Superávit Financeiro	Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	526.245	0,35	527.831	0,29	23,23%
	÷			÷		
	Superávit Financeiro	1.484.741		1.835.212		
Quociente de Execução da Despesa	Despesa Executada	10.398.455	0,91	10.460.635	0,90	1,24%
	÷			÷		
	Dotação Atualizada da Despesa	11.412.299		11.622.804		
Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada	10.084.489	0,97	10.655.919	1,02	-4,89%
	÷			÷		
	Despesa Empenhada	10.398.455		10.460.635		
Quociente de Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente	9.932.016	1,09	10.293.740	1,08	1,18%
	÷			÷		
	Despesa Empenhada Corrente	9.105.082		9.548.419		
Quociente de Execução Orçamentária de Capital	Receita Realizada de Capital	152.473	0,12	372.179	0,41	-71,11%
	÷			÷		
	Despesa Empenhada de Capital	1.293.374		912.216		
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada	10.084.489	1,04	10.665.919	1,04	0,34%
	÷			÷		
	Despesa Paga	9.688.406		10.281.666		

Nota¹: Os indicadores constantes nas análises foram elaborados com base no livro "Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público" (Feijó et al, 2017).

Nota²: Em alguns indicadores pode ocorrer a inversão do sinal por conter na base valores negativos.

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Indica se há equilíbrio na previsão e fixação constantes na LOA. > 1 Há desequilíbrio em favor das receitas. < 1 Há desequilíbrio em favor das despesas. = 1 Há o equilíbrio entre a receita e a despesa iniciais.
Quociente de Execução da Receita	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão atualizada e receita realizada.
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas, excluídos os créditos adicionais. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão inicial e receita realizada.

Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	<p>Indica os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior. A análise mais interessante acontece quando o quociente é desdobrado por fonte/destinação.</p> <p>> 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro. < 1 Crédito aberto menor do que o superávit financeiro. = 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.</p>
Quociente de Execução da Despesa	<p>Indica o quanto da despesa fixada foi executada, sendo portanto uma referência para o processo de planejamento-execução.</p> <p>> 1 Realização maior que a autorização da LOA. < 1 Realização menor que a autorização da LOA. = 1 Realização da despesa no limite da autorização da LOA.</p>
Quociente do Resultado Orçamentário	<p>Indica a relação do resultado orçamentário.</p> <p>> 1 Resultado superavitário. < 1 Resultado deficitário. = 1 Receita realizada igual ao montante da despesa empenhada.</p>
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	<p>Indica a relação do resultado orçamentário corrente.</p> <p>> 1 Resultado corrente superavitário. < 1 Resultado corrente deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.</p>
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	<p>Indica a relação do resultado orçamentário de capital.</p> <p>> 1 Resultado de capital superavitário. < 1 Resultado de capital deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.</p>
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	<p>Indica a relação das receitas e despesas pelo regime de caixa.</p> <p>> 1 A arrecadação superou os pagamentos < 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos. Provável utilização de recursos arrecadados em exercícios anteriores. = 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.</p>

Análise do Balanço Financeiro (BF)

Indicador	Metodologia	2018		2017		ΔH%
Quociente Orçamentária do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	(313.967)		205.284		
	÷	÷	2,75	÷	-48,64	-105,66%
Resultado dos Saldos Financeiros	Varição do Saldo em Espécie	(114.064)		(4.220)		
	Saldo que passa para o Exercício Seguinte	2.029.357	0,95	2.143.421	1,00	-5,14%
	÷	÷		÷		
Execução Extra-orçamentárias	Saldo do Exercício Anterior	2.143.421		2.147.642		
	Recebimentos Extraorçamentários	6.652.374	1,03	18.757.534	0,99	4,28%
	÷	÷		÷		
	Pagamentos Extraorçamentários	6.450.663		18.967.144		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Indicador	Metodologia	2018		2017		ΔH%
Resultado das Variações Patrimoniais	Variações Patrimoniais Aumentativas	30.487.009	1,00	26.634.777	1,06	-5,36%
	÷	÷		÷		
	Variações Patrimoniais Diminutivas	30.483.494		25.204.187		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

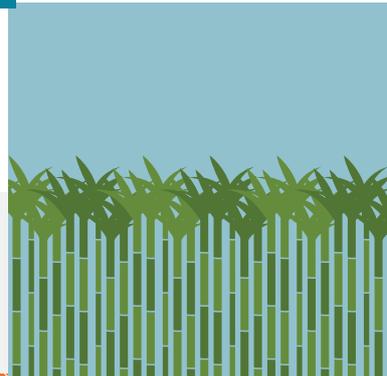
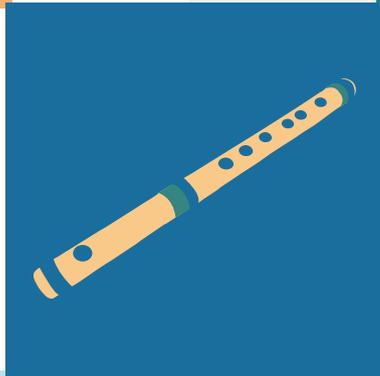
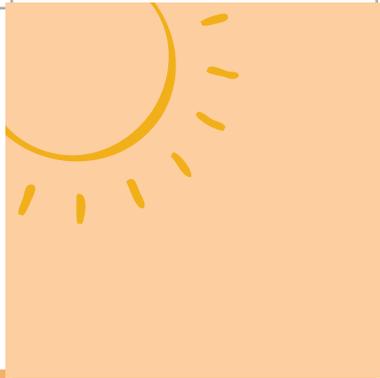
Indicador	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	<p>Indica a relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas</p> <p>> 1 Há superávit patrimonial no exercício. < 1 Há déficit patrimonial no exercício. = 1 Há equilíbrio entre as VPA e VPD.</p>

Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Indicador	Metodologia	2018		2017		ΔH%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial	Caixa Líquido Gerado nas Operações	939.668	267,31	754.330	0,53	50594,87%
	÷ Resultado Patrimonial	3.515		1.430.589		
Capacidade de Amortização da Dívida	Caixa Líquido Gerado nas Operações	939.668	0,08	754.330	0,08	10,89%
	÷ Total do Passivo	11.176.675		9.949.237		
Atividade Operacional	Caixa Líquido Gerado nas Operações	939.668	-8,24	754.330	-178,73	-95,39%
	÷ Total da Geração Líquida de Caixa	(114.064)		(4.220)		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Quociente do Impacto Patrimonial pelas Atividades Operacionais	<p>Indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.</p> <p>→ Requer análise detalhada do resultado patrimonial.</p>
Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida	<p>Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.</p> <p>→ Quanto maior, melhor.</p>
Quociente das Atividades Operacionais	<p>Indica quanto da parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais.</p> <p>→ Quanto maior, melhor.</p>



Secretaria da
Fazenda
GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS

